



**Maria Goreti Silva Prado**

**A ENUNCIÇÃO NA SEMIÓTICA DISCURSIVA:  
Um estudo historiográfico**

Araraquara – SP  
Agosto/2018

MARIA GORETI SILVA PRADO

**A ENUNCIÇÃO NA SEMIÓTICA DISCURSIVA:**  
Um estudo historiográfico

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e funcionamentos discursivos e textuais.

Orientador: Prof. Dr. Jean Cristtus Portela

Araraquara – SP  
Agosto/2018

Prado, Maria Goreti Silva

A enunciação na semiótica discursiva: um estudo  
historiográfico / Maria Goreti Silva Prado – 2018  
159 f.

Tese (Doutorado em Linguística e Língua  
Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio  
de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras  
(Campus Araraquara)

Orientador: Jean Cristtus Portela

1. Enunciação. 2. Historiografia. 3. Semiótica  
francesa. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA GORETI SILVA PRADO

**A ENUNCIÇÃO NA SEMIÓTICA DISCURSIVA:**  
Um estudo historiográfico

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estrutura, Organização e funcionamentos discursivos e textuais.

Orientador: Prof. Dr. Jean Cristtus Portela

Defesa da tese: 31/08/2018

Membros componentes da Banca Examinadora:

---

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Jean Cristtus Portela (UNESP/FCLAr)

---

Membro titular: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cintia Alves da Silva

---

Membro titular: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Renata Ciampone Mancini (UFF)

---

Membro titular: Prof. Dr. Arnaldo Cortina (UNESP/FCLAr)

---

Membro titular: Prof. Dr. Matheus Nogueira Schwartzmann (UNESP/FCLAs/FCLAr)

Local: Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP/Araraquara - SP

Aos meus filhos:  
Diego e Bruno

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Jean Cristtus Portela pela confiança em minha capacidade em realizar este trabalho, assim como pelo acompanhamento criterioso durante todo o processo de orientação. A ele toda minha gratidão;

Aos professores da banca de defesa, por terem, gentilmente, aceitado o convite para comporem a banca e pelo precioso tempo dedicado à leitura desta tese.

Às professoras Cíntia Alves da Silva e Renata Ciampone Mancini, pelas preciosas sugestões e correções no Exame Geral de Qualificação, corrigindo algumas rotas, o que tanto enriqueceu este trabalho;

Ao Prof. Dr. José Luiz Fiorin, pela generosidade e gentileza por ter aceitado participar de uma entrevista que tanto iluminou esta tese;

Aos companheiros de semiótica, de ontem e de hoje, pelo apoio, pelo incentivo e pela convivência que engrandeceu minha passagem pela UNESP/Araraquara;

À Fernanda Massi, a quem destinei a revisão deste trabalho. Os erros que ainda persistirem é teimosia minha;

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa e da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, pelo auxílio com os procedimentos burocráticos e pela presteza no atendimento fundamentais à elaboração deste trabalho;

Aos meus pais e irmãos, que mesmo distantes, apoiaram e incentivaram minha caminhada;

Aos meus filhos Diego e Bruno, os maiores “destinadores” de minha trajetória. Minhas maiores inspirações frente aos desafios da vida.

[...] é preciso que o homem seja lúcido naquilo que faz e que não deslize imperceptivelmente, que a vida seja um projeto voluntário e não circunstâncias ou deslizes cujo peso não se tenha avaliado. (GREIMAS, 1974, p. 25)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> No original: “[...] il faut que l'homme soit lucide de ce qu'il fait et qu'on ne glisse pas imperceptiblement, que la vie soit un projet volontaire et non pas des circonstances ou des glissements dont on n'a pas à apprécier les poids” (GREIMAS, 1974, p.25).

Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas. Mas voam faíscas e lascas como aços espelhados. (LISPECTOR, p. 24, 1977).



## RESUMO

### **Título: A enunciação na semiótica discursiva: Um estudo historiográfico**

Esta tese consiste em um estudo historiográfico do conceito de enunciação na semiótica de linha francesa, respeitando uma periodização que compreende meados dos anos de 1960 até o momento atual. A enunciação é um conceito que, embora não tenha sido explorado na fase inicial de constituição da teoria, já estava em germe em seu texto fundador, *Semântica estrutural* (1973 [1966]), pois Greimas, naquele momento, já afirmava que todo discurso pressupunha uma situação de comunicação que introduzia a problemática da subjetividade, mas, por opção metodológica, era preciso deixá-la de lado. Porém, essa exclusão não persistiu por muito tempo, visto que, no início da década de 1970, a questão começou a incomodar a comunidade semiótica, época em que, na linguística, esse assunto estava em seu auge em consequência, principalmente, dos estudos enunciativos que já vinham sendo desenvolvidos, há décadas, por Émile Benveniste. Metaforicamente falando, nos anos de 1970, as sementes desse conceito foram lançadas em um canteiro fértil chamado “semiótica”. Com o tempo e o bom trato dos jardineiros semioticistas elas germinaram e floresceram na década de 1980, não só consolidando os estudos dos anos de 1970, como também incorporando novos elementos, como foi o caso dos estudos das paixões, ou do elemento sensível presente nos textos. Todavia, muito embora as mudanças já fossem prementes, o mestre lituano não teve oportunidade de orientar os novos rumos que os estudos enunciativos tomavam, pois, no início dos anos de 1990, Greimas desaparece do cenário da semiótica. A partir desse momento, o grupo que permaneceu coeso sob o rigor do mestre se ramificou, originando as vertentes da semiótica lideradas por seus colaboradores. Cada semioticista passou a desenvolver seu ponto de vista teórico, assim, tem-se o ponto de vista teórico de Jacques Fontanille, de Claude Zilberberg, de Eric Landowski, de Denis Bertrand, estudiosos que contribuíram intensamente para o desenvolvimento do conceito de enunciação, e para o quadro teórico da semiótica como um todo. Além dos semioticistas já citados, destacam-se também as reflexões de Joseph Courtés, um dos mais fiéis ao pensamento de Greimas, e Jean-Claude Coquet. Dos estudiosos mencionados, Coquet foi o primeiro a se juntar a Greimas, antes mesmo da publicação de *Semântica estrutural*, dedicando-se ao estudo das instâncias enunciativas, podendo ser considerado o precursor da semiótica tensiva. Do solo brasileiro, muitos foram os pesquisadores interessados nessa área de estudos, todavia, por conta do assunto central deste trabalho, os estudos de José Luiz Fiorin, pesquisador que desenvolveu uma abordagem detalhada das categorias da enunciação em *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo* (2002 [1996]) foram priorizados. Esse percurso de cinco décadas dos estudos enunciativos da semiótica francesa foi reconstruído, analisado e descrito, baseando-se não só nos princípios da historiografia linguística postulados por Konrad Koerner e Pierre Swiggers, mas também no modo de contar a história do conceito de enunciação de semioticistas como Jacques Fontanille e Denis Bertrand.

**Palavras-chave:** Enunciação; Historiografia; Semiótica francesa.

## ABSTRACT

**Title: The enunciation in the discursive semiotics: a historiographical study**

This thesis consists of a historiographical study on the concept of enunciation in the French semiotics, respecting a pattern that comprehends from the middle of the 1960's until the current moment. The enunciation is a concept that, although has not been studied in the initial phase of the theory constitution, was in origin in its founding text, *Structural Semantics* (1973[1966]), because Greimas, in that moment, already affirmed that all discourse presupposed a communicative situation that introduced the problem of subjectivity, yet, by methodological choice, it was necessary to leave it aside. However, that exclusion did not prevail for a long time, as long as in the beginning of the 1970's, the question started to bother the semiotic community, moment that, in Linguistics, this subject was already in its heyday due to, mostly, the enunciative studies that were already being developed by Émile Benveniste for decades. Metaphorically speaking, in the 1970's, the seeds of this concept were sown in a fertile ground called "semiotics". Over time and with the good trait of the semiotician gardeners, they germinated and flourished in the 1980's, not only consolidating the 1970's studies, but also incorporating new elements, as it was in the case of the studies on the passions or on the sensitive element present in the texts. The changes were urgent, but the Lithuanian master did not have the opportunity of guiding the new paths that the enunciative studies were taking, because, in the beginning of the 1990's, Greimas vanished from the semiotics scenario. From that moment, the group that kept cohesive under the master's rigor ramified, creating the strands of the semiotics. Each semiotician started to develop his/her theoretical point of view, thus, there is the theoretical point of view of Jacques Fontanille, of Claude Zilberberg, of Eric Landowski, of Denis Bertrand, scholars that immensely contributed to the development of the enunciative concept, and to the semiotics theoretical framework as a whole. Besides the semioticians already mentioned, stand out the reflections of Joseph Courtés, one of the most loyal to Greima's thought, and Jean-Claude Coquet. Among the mentioned scholars, Coquet was the first to join Greimas, even before the publishing of *Structural Semantics*, dedicating himself to the studies of the enunciative instances, can be considered the precursor of the Tensive Semiotics. In Brazilian ground, many researchers were interested in this area, however, because of the main subject of this work, the studies of José Luiz Fiorin, researcher who developed a detailed approach about the enunciation categories in *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo* (2002[1996]). This five-decade course of the enunciative studies of French semiotics will be reconstructed, analyzed and described, grounded in the linguistic historiography principles postulated by Konrad Koerner and Pierre Swiggers and in the way of telling the history of the enunciative concepts of semioticians as Jacques Fontanille and Denis Bertrand.

**Keywords:** Enunciation; Historiography; French Semiotics.

## RÉSUMÉ

### Title : L'énonciation dans la sémiotique discursive : une étude historiographique

Cette thèse consiste dans une étude historiographique du concept d'énonciation dans la sémiotique française, respectant la période du milieu des années 1960 jusqu'au moment présent. Le concept d'énonciation, malgré qu'il n'ait pas été exploité dans le début de la constitution de la théorie sémiotique, était en germe dans son texte fondateur *Sémantique Structurale* (1973 [1966]), parce que Greimas, à ce moment, affirmait déjà que tout le discours présupposait une situation de communication qui introduisait la problématique de la subjectivité, mais, par choix méthodologique, c'était nécessaire l'abandonner. Cependant, cette exclusion n'a pas duré longtemps, car au début des années 1970, cette question a commencé à déranger la communauté sémiotique, époque où, en linguistique, ce sujet était à son apogée principalement à cause des études énonciatives déjà développés par Émile Benveniste depuis longtemps. Au sens métaphorique, dans les années 1970, les graines de ce concept ont été jetées dans un lit fertile appelé « sémiotique ». Au fil du temps et avec le bon traitement des jardiniers sémiotiques, ils ont germés et prospérés dans les années 1980, en consolidant non seulement les études des années 1970, mais aussi en incorporant de nouveaux éléments, tels que les études des passions ou l'élément sensible présent dans les textes. Les changements étaient pressants, mais le maître lituanien n'a pas eu l'occasion de guider les nouvelles orientations des études énonciatives, car au début des années 1990, Greimas a disparu de la scène sémiotique. A partir de ce moment, le groupe qui est resté cohérent sur la rigueur du maître s'est ramifié, originant les volets de la sémiotique. Chaque sémioticien a commencé à développer son point de vue théorique, donc il y a le point de vue théorique de Jacques Fontanille, de Claude Zilberberg, d'Eric Landowski, de Denis Bertrand, chercheurs qui ont contribué intensément au développement du concept d'énonciation, et au cadre théorique de la sémiotique dans son ensemble. En plus des sémioticiens déjà mentionnés, les réflexions de Joseph Courtés, l'un des plus fidèles à la pensée de Greimas, et de Jean-Claude Coquet se détachent. Coquet a été le premier des savants mentionnés à se joindre à Greimas, avant même la publication de *Sémantique Structurale*, en se mettant à l'étude des instances énonciatives et se consacrant le précurseur de la sémiotique tensive. Au Brésil, nombreux chercheurs a été intéressés par ce domaine d'étude, cependant, les études du chercheur José Luiz Fiorin, qui a développé une approche détaillée des catégories d'énonciation dans *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo* (2002 [1996]) ont été priorisés à cause du sujet traité dans ce travail. Le parcours de cinq décennies sur les études énonciatives de la sémiotique française sera reconstitué, analysé et décrit, en se basant sur les principes de l'historiographie linguistique postulées par Konrad Koerner et Pierre Swiggers et sur la manière de raconter l'histoire de l'énonciation des sémioticiens comme Jacques Fontanille et Denis Bertrand.

**Mots-clés :** Énonciation ; Historiographie ; Sémiotique française.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das obras de A. J. Greimas publicadas entre 1966 e 1993.....	53
Quadro 2 - Organização sintagmática das modalidades.....	69
Quadro 3 - Relação das obras de Jean-Claude Coquet selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo.....	82
Quadro 4 - Paralelo entre o pensamento de J.-C. Coquet e de A. J. Greimas.....	91
Quadro 5 - Relação das obras de Joseph Courtés selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo.....	93
Quadro 6 - Relação das obras de Denis Bertrand selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo.....	96
Quadro 7 - Relação das obras de Jacques Fontanille selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo.....	102
Quadro 8 - Relação das obras de Claude Zilberberg selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo.....	115
Quadro 9 - Obra de Eric Landowski selecionada para a investigação de seu ponto de vista enunciativo.....	120
Quadro 10 - Relação das obras de José Luiz Fiorin selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo.....	127
Quadro 11 - Classificação das categorias da enunciação.....	141
Quadro 12 - Historiografia do conceito de enunciação na semiótica francesa.....	148

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>1 Princípios metodológicos historiográficos.....</b>	<b>22</b>
<b>2 Contribuição da linguística e da teoria literária ao desenvolvimento dos estudos enunciativos na semiótica francesa.....</b>	<b>34</b>
2.1 Estudos enunciativos em Émile Benveniste.....	37
2.2 Roman Jakobson e o conceito de embreagem ( <i>shifters</i> ).....	46
2.3 Gérard Genette - o narrado e a maneira de narrar o narrado.....	50
<b>3 Os estudos enunciativos nas obras de A. J. Greimas.....</b>	<b>53</b>
3.1 Semiótica do enunciado.....	54
3.2 Enunciação pressuposta.....	57
3.3 A introdução do componente passional na epistemologia semiótica.....	75
<b>4 Principais percursos teóricos enunciativos da semiótica francesa.....</b>	<b>80</b>
Autores a priorizar no domínio francês.....	80
4.1 Ponto de vista enunciativo de Jean-Claude Coquet.....	81
4.2 Ponto de vista enunciativo de Joseph Courtés.....	92
4.3 Ponto de vista enunciativo de Denis Bertrand.....	96
4.4 Ponto de vista enunciativo de Jacques Fontanille.....	101
4.4.1 A dimensão cognitiva segundo Fontanille.....	103
4.4.2 De uma abordagem subjetiva da enunciação a uma abordagem intersubjetiva.....	106
4.5 Ponto de vista enunciativo de Claude Zilberberg.....	114
4.6 Ponto de vista enunciativo de Eric Landowski.....	120
<b>5 Contribuição brasileira para a semiótica francesa.....</b>	<b>124</b>
Ponto de vista enunciativo de José Luiz Fiorin.....	126

**Considerações finais.....144**

**Referências bibliográficas.....150**

**Apêndice.....160**

ENTREVISTA com José Luiz Fiorin – Percurso acadêmico

## Introdução

Uma das questões que costumam motivar os historiógrafos de uma disciplina científica a revisar os mitos edificados pela comunidade de seus praticantes é a possibilidade de restaurar os conceitos fundadores do paradigma que os uniu em uma especialidade, ou de surpreender algo que passou despercebido da geração que com ele conviveu, ou, ainda, de (re)capturar, da perspectiva privilegiada do presente, o prenúncio do que seria considerado genial anos depois. (ALTMAN, 2013, p. 21).

Esta tese tem como propósito elaborar um estudo historiográfico do conceito de enunciação na semiótica de linha francesa. Logo de início, duas dificuldades se colocaram. A primeira diz respeito ao próprio objeto de análise, pois, além de se tratar de um conceito que é de difícil compreensão em virtude de seu alto grau de abstração, ainda hoje, por conta de novos objetos de análise que surgiram, e mesmo devido a uma mudança de dimensão – enunciação pressuposta, enunciação em ato, práxis enunciativa –, apresenta algumas dificuldades teórico-metodológicas àqueles que se propõem a desbravá-lo. A segunda refere-se à metodologia escolhida para desenvolver a reflexão, ou seja, o ponto de vista historiográfico. Tal campo de estudo, nas últimas décadas e cada vez mais, vem conquistando seu espaço na comunidade acadêmica em consequência da relevância desse tipo de abordagem para a compreensão do desenvolvimento científico, porém, sendo um estudo novo, ele se constitui em um terreno movente que gera muitas dúvidas.

O conceito de enunciação não pertence apenas às ciências da linguagem, ele pertence às ciências humanas de um modo geral, todavia, como este trabalho pertence a um programa de pós-graduação voltado para os estudos da linguística e da língua portuguesa, no qual se insere a semiótica de linha francesa, é nesse campo que a reflexão se desenvolverá.

Há várias definições para enunciação. O *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, por exemplo, define enunciação como:

1 ato ou efeito de enunciar(-se); 1.1 ato ou efeito de manifestar(-se) por escrito ou oralmente; expressão, manifestação, declaração; 1.2 proposição afirmativa ou negativa de sentido completo e intenção declarativa, que pode ser verdadeira ou falsa; asserção, tese. 2 Ling. ato individual de utilização da língua pelo falante, ao produzir um enunciado num dado contexto comunicativo. (*Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, 2001, p. 1171).

Observa-se que as definições apresentadas pelo dicionário destacam, como condição específica da enunciação, o “ato”. Essa mesma condição será considerada, em uma visada teórica mais atual da semiótica, que entende a enunciação como um ato semiótico construído pelo sujeito.

Na linguística, tida como uma ciência autônoma a partir dos estudos de Saussure (1971 [1916]), que definiu a língua como objeto de estudo, Kerbrat-Orecchioni (2009, pp. 32-37 [1980]) entende a enunciação como o conjunto dos elementos observáveis durante o ato comunicacional, opondo-se ao enunciado como um ato a seu produto, ou seja, um processo dinâmico a seu resultado estático. Segundo essa autora, na impossibilidade de estudar o ato em si, a investigação enunciativa se pautará na identificação e na descrição dos traços do ato no produto.

Ainda no campo da linguística, Jean Cervoni (1989, pp. 09-22 [1987]) afirma que, para se traçar um panorama geral da problemática enunciativa, é preciso levar em conta as condições de produção do enunciado, pois alguns signos que o compõem – o actante, o componente espaço-temporal, o referente, o valor pragmático etc. – remetem a sua própria enunciação.

As sábias palavras de Joseph Courtés, semioticista francês, ilustram com maestria o quão complexo é tentar delimitar com clareza a abrangência desse conceito:

[...] o conceito de enunciação não é exclusivo das ciências da linguagem, muito menos da semiótica, ele figura, como objeto de busca, na maioria das ciências humanas em que, igualmente, se coloca a relação entre o observador, o objeto observado e o sujeito destinatário da observação. Essa questão apresenta-se também, por exemplo, nas ciências da natureza, da vida, nas ciências experimentais e até nas ciências ditas exatas [...], a enunciação – entendida em sentido amplo em ciências humanas – é um campo de pesquisa muito vasto para apenas uma disciplina [...]. Trata-se, de fato, de uma noção transdisciplinar que exige abordagens variadas e as mais sutis possíveis para precisar, ao menos, os contornos mais relevantes. (COURTÉS, 1998, pp. 19-20)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Todas as traduções de obras em língua estrangeira são nossas. Trecho no original: “[...] que le concept d’énonciation n’est pas propre aux sciences du langage, a fortiori à la sémiotique, qu’il figure, comme objet de quête, dans la plupart des sciences humaines où se pose également, le rapport entre l’observateur, l’objet observé et le sujet destinataire de l’observation. Cette question de l’énonciation se pose tout aussi, par exemple, dans les sciences de la nature, de la vie, dans les sciences expérimentales et jusque dans les sciences dites exactes [...] l’énonciation – entendue au sens le plus large en sciences humaines – est un champ de recherche trop vaste pour une seule discipline [...]. Il s’agit là, en effet, d’une notion transdisciplinaire qui exige des approches variées et les plus fines possibles pour en préciser au moins les contours les plus saillants”. (COURTÉS, 1998, pp. 19-20).



Diante de um conceito de sentido tão amplo, visando ao desenvolvimento desta pesquisa, primeiramente, estabeleceu-se o domínio de sua abrangência como sendo o da semiótica da Escola de Paris. Na sequência, estipulou-se uma periodização geral para a investigação que compreende desde meados da década de 1960, época que corresponde ao momento inaugural da semiótica francesa, até os dias atuais.

Assim, a presente tese propõe analisar, interpretar e descrever a origem e a evolução do conceito de enunciação dentro do quadro teórico-epistemológico da semiótica de linha francesa, buscando evidenciar as fases de seu desenvolvimento, com o objetivo de reconstruir de maneira detalhada, às vezes até repetitiva, o caminho trilhado por esse conceito por meio da investigação crítica do percurso teórico de Algirdas Julien Greimas e de alguns importantes estudiosos da semiótica, proporcionando, ao pesquisador interessado no assunto, material necessário para obter maior conhecimento desse campo de estudo.

A investigação de cunho historiográfico pretendida neste trabalho será norteadada pelo aparato metodológico desenvolvido pela historiografia linguística, fundamentada nos estudos de Konrad Koerner e de Pierre Swiggers. Entretanto, não só os princípios metodológicos historiográficos serão considerados; alguns modelos de abordagens do conceito de enunciação apresentados em capítulos de obras dos próprios semioticistas também balizarão este trabalho. Entre esses estudiosos, destacam-se as reflexões de Jacques Fontanille (2007 [1999]) e de Denis Bertrand (2003 [2000]). As questões referentes à contextualização histórica e ao argumento de influência serão norteadas pelos estudos de Fiorin (2011) que, na esteira de Hjelmslev (1975 [1946]), postulou que a linguagem não é neutra, pois ela traz em si a dimensão histórica. Agindo dessa forma, pretende-se elaborar uma historiografia que abordará o conceito de enunciação na semiótica mesclada aos próprios meios semióticos, pois, entende-se que

[...] a semiótica deve cumprir sua vocação generalista e se interessar radicalmente por todos os tipos de textos e discursos, especialmente pelos científicos, dando sua contribuição a uma meta-historiografia de inspiração semiótica. (PORTELA, 2018, p. 143).

Para que seja possível alcançar o objetivo proposto, esta tese pretende desenvolver um estudo do conceito de enunciação, investigando e descrevendo as várias fases de seu desenvolvimento, sua disseminação em todas as camadas do percurso e a fase de transformação em enunciação/percepção de cunho tensivo. Além disso, procurará precisar o momento em que se comprovou a necessidade dos estudos enunciativos em buscar novos rumos, culminando na expansão do quadro teórico da semiótica para, finalmente, refletir

sobre as principais vertentes teóricas divulgadoras da semiótica na atualidade, distinguindo, no conjunto teórico de cada uma dessas vertentes, seus aspectos enunciativos e suas especificidades.

Esse tipo de abordagem justifica-se porque, até o momento, não se desenvolveu um projeto específico relacionado à metodologia historiográfica voltado ao conceito de enunciação. O que se conhece são estudos que se pautam em uma reflexão de cunho histórico-epistemológico da semiótica geral, os quais Portela (2018) classificou em dois tipos de abordagens: uma memorialista, que se orienta pela diacronia dos fatos teóricos, destacando-se o trabalho de Jean-Claude Coquet, *Sémiotique: l'École de Paris* (1982), e de Anne Hénault, *Histoire de la sémiotique* (1992); e outra denominada “crítica ou inovadora”, ilustrada, principalmente, pela primeira parte do livro *Razão e poética do sentido* (2006b [1988]), de Claude Zilberberg, intitulada “O estruturalismo como continuidade”. Nela, o autor realiza uma investigação aprofundada em relação ao conceito de estruturalismo e apresenta uma síntese da herança teórica que a semiótica recebeu, a qual Greimas e seu grupo souberam homogeneizar muito bem, elaborando o modelo semiótico de análise.

O percurso trilhado pelos semioticistas, que dantes era único, atualmente, apresenta-se segmentado em várias direções. Acredita-se que essa segmentação sempre existiu dentro do universo semiótico, porém ela era orientada por A. J. Greimas. A partir do início de 1992, com a ausência do mestre lituano, seus colaboradores preocuparam-se em desenvolver suas próprias linhas de pensamento. Apesar dessa ramificação teórica, é evidente o comprometimento de todos esses semioticistas em buscar novas ferramentas de análise com a finalidade de enriquecer o quadro teórico geral da disciplina. Sobre esse assunto, Zilberberg postulou que

“[...] ao contrário do espectro que decompõe a luz, a semiótica soube homogeneizar algumas das mais notáveis aquisições contemporâneas e essa integração, ainda em curso, trouxe a cada uma dessas conquistas uma ressonância e uma irradiação bastante sensíveis”. (ZILBERBERG, 2006b, p.92).

Os caminhos percorridos pelos colaboradores de Greimas após sua morte permitiram que se estabelecesse uma periodização segmentada em dois grandes momentos, que constituem dois importantes capítulos desta tese: o capítulo 3, “Os estudos enunciativos nas obras de A. J. Greimas”, e o capítulo 4, “Aspectos teóricos das principais vertentes da semiótica francesa”.

A tese, como um todo, foi estruturada em cinco capítulos.

No capítulo 1, “Princípios metodológicos historiográficos”, procuraremos mostrar como se constituirá a base metodológica historiográfica que norteará a pesquisa. Veremos que os princípios de contextualização, de imanência e de adequação e o argumento de influência, critérios estabelecidos por Konrad Koerner para a historiografia linguística, serão ferramentas importantes que guiarão o desenvolvimento dos estudos que aqui serão apresentados, assim como o pensamento de Pierre Swiggers referente ao critério de periodização, ao tipo de historiografia – interna ou externa –, ao formato da exposição dos resultados etc. Em relação ao princípio de contextualização, que diz respeito aos aspectos histórico-sociais e socioeconômicos, respeitando o ponto de vista da semiótica francesa, buscaremos apoio teórico nos estudos de José Luiz Fiorin (2011), linguista e semioticista brasileiro para quem o texto traz as marcas do contexto, sejam elas históricas, políticas ou sociais.

Além dos modelos de abordagens historiográficas mencionados acima, esta pesquisa se pautará em estudos do conceito de enunciação apresentados em obras dos próprios semioticistas. Entre esses estudiosos, destacam-se Jacques Fontanille e Denis Bertrand.

Fontanille dedicou o último capítulo do livro *Semiótica do discurso* (2007 [1999]) à enunciação, apresentando uma breve retomada do desenvolvimento desse conceito. Bertrand, na segunda parte da obra *Caminhos da semiótica literária* (2003 [2000]), tratou desse mesmo assunto, resgatando a história da linguística na França, depois, definindo a posição da teoria semiótica dentro desse contexto e, por fim, apresentando as fases de evolução dos estudos enunciativos no interior da teoria semiótica. Orientando-se por meio desse conjunto metodológico diversificado, pretende-se investigar a evolução do conceito de enunciação na semiótica dita da Escola de Paris.

No capítulo 2, “Contribuição da linguística e da teoria literária para o desenvolvimento dos estudos enunciativos na semiótica de linha francesa”, apresentaremos um breve histórico do desenvolvimento dos estudos enunciativos na linguística e na teoria literária. Para tanto, será tomado como referência o pensamento de três grandes estudiosos, sendo eles Émile Benveniste e Roman Jakobson, na área da linguística, e Gérard Genette, no campo da literatura, cujos trabalhos foram de extrema importância para a constituição do conceito de enunciação no conjunto teórico-epistemológico da semiótica.

As investigações serão iniciadas pelos estudos de Benveniste, que apresentou uma vasta produção, cuja amplitude se desenvolveu não apenas nos vários domínios da linguística (morfologia, sintaxe, lexicologia, enunciação) como também em outras áreas do conhecimento (filosofia, psicanálise, antropologia, sociologia). Nesta tese, obedecendo a seu principal objetivo – de historiografar os estudos enunciativos na semiótica de linha francesa –,

serão contemplados apenas os trabalhos ligados ao campo da enunciação contidos em *Problemas de linguística geral I* (1976 [1966]) e *Problemas de linguística geral II* (2006 [1974]). Assim, os artigos selecionados para estudo foram: “A natureza dos pronomes” (1976 [1956]); “Da subjetividade da linguagem” (1976 [1958]); “As relações de tempo no verbo francês” (1976 [1959]); “Os níveis de análise linguística” (1976 [1962]); “A linguagem e a experiência humana” (2006 [1965]) e “O aparelho formal da enunciação” (2006 [1970]). Esses textos, primeiramente, foram publicados em revistas ou em jornais, no período de 1950 a 1970, posteriormente, reunidos nas duas obras acima citadas.

Na sequência do capítulo, serão apresentados os estudos que Roman Jakobson desenvolveu em seu texto “*Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe*” [1950/1957]<sup>3</sup>, referentes a uma classe especial de elementos gramaticais denominados *shifters*, termo que foi traduzido para o francês como embreadores. Tal texto compõe o capítulo 9 do livro *Essais de linguistique générale* (1963). Nessas reflexões, Jakobson, baseando-se nos pensamentos desenvolvidos por Burks (1949), referentes à classificação de Charles Sanders Peirce para os signos, principalmente, em relação à natureza dos símbolos e dos índices, concluiu que os embreadores não possuem uma significação única. A semiótica tomou emprestado a Jakobson o conceito de embreadores, porém, os dividiu em dois processos, denominando-os embreagem e debreagem.

Finalizando o capítulo 2, serão apresentados os postulados que Gérard Genette desenvolveu na teoria literária, abordando questões referentes às instâncias narrativas, conceito que, no campo da literatura, ficou conhecido como narração e, na área da linguística, como enunciação. As obras *Discours du récit* (2007 [1972]) e “Fronteiras da narrativa” (1972 [1966]), de Genette, fundamentarão tais reflexões.

No capítulo 3, “Os estudos enunciativos nas obras de A. J. Greimas”, será demonstrado como o conceito de enunciação foi, aos poucos, sendo construído e quais foram as influências recebidas nas sucessivas fases de seu desenvolvimento. Como ponto inicial da investigação, considerou-se o ano de 1966, ano da publicação de *Sémantique Structurale*, tida como o discurso fundador da teoria. Embora o termo enunciação não apareça explícito nessa obra, nota-se que já havia indícios de uma organização responsável pela produção da significação, pois é possível observar que, mesmo de forma implícita, seu autor colocou, dentre outras, a questão referente ao modo de presença – ou modo de manifestação – das estruturas elementares no ato da comunicação, esclarecendo que, nesse momento, o

---

<sup>3</sup> A fonte de consulta do texto “*Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe*” é o livro *Essais de linguistique générale*, 1963, que consta em Referências bibliográficas.

significante encontra o significado, isto é, se unem os dois planos da linguagem. Anos mais tarde, já na ausência do mestre, essa operação foi tratada não mais na perspectiva do texto, mas da instância do discurso, como a primeira tomada de posição do sujeito da enunciação. Fechando o ciclo greimasiano, portanto, representando o ponto final desse percurso, selecionou-se o último texto de Greimas, que foram as notas elaboradas pelo mestre para a sessão introdutória do seminário de Semântica geral (1991-1992), *Le beau geste*, publicado na revista *Recherches Sémiotiques. Semiotic Inquiry*, v. 13, n. 1-2 (1993), portanto, um ano após sua morte. O texto foi finalizado por Jacques Fontanille, com contribuições de Denis Bertrand, Henri Quéré e Claude Zilberberg.

Entre 1966 e 1993, período estabelecido para a investigação historiográfica do conceito de enunciação neste capítulo, a fortuna literária de Greimas foi ampla. Além das duas obras citadas, destacam-se também *Du sens – Essais sémiotiques* (1970); *Essais de sémiotique poétique* (1972); o artigo *L'énonciation: une posture épistémologique* (1974); *Maupassant – La sémiotique du texte: exercices pratiques, Sémiotique et sciences sociales*, as duas obras publicadas no ano de 1976; *Sémiotique, dictionnaire raisonné de la théorie du langage* (1979); *Du sens II – Essais sémiotiques* (1983); *De l'imperfection* (1987) e *Sémiotique des passions* (1991), obras que se constituirão em fontes historiográficas para as reflexões que serão apresentadas neste capítulo.

No capítulo 4, “Aspectos teóricos das principais vertentes da semiótica francesa”, serão priorizados alguns pesquisadores que tiveram participação ativa no projeto científico fundado por A. J. Greimas, cujo percurso teórico foi de grande importância para a evolução dos estudos enunciativos no conjunto epistemológico da semiótica. Esta seção será subdividida em seis subseções, correspondendo aos pontos de vista teóricos de cada um dos estudiosos selecionados.

Principiando-se com o pensamento de Jean-Claude Coquet, visto que ele foi um dos primeiros colaboradores a se juntar ao grupo de Greimas, logo no início da década de 1960, portanto, antes mesmo da publicação de *Sémantique Structurale* (1966). Desde o início de seus estudos, Coquet revelou certa independência em suas reflexões, pois sua preocupação estava voltada ao estudo de uma dimensão epistemológica que considerava o actante enunciante e sua presença corporal. As obras selecionadas para reconstituir o conceito de enunciação nesse percurso teórico são: *Sémiotique littéraire* (1973); *L'École de Paris* (In: *Sémiotique – L'École de Paris*, 1982); *Le discours et son sujet* (1984 e 1985) e *La quête du sens* (1997).

Na sequência, serão apresentados os estudos de Joseph Courtés. Ao ler as obras de Courtés, nota-se que ele não foi só um colaborador assíduo e atuante, mas também um dos mais fiéis aos postulados do mestre. Courtés participou, juntamente com Greimas, da elaboração de duas importantes obras para a evolução da teoria – os dois volumes do dicionário de semiótica<sup>4</sup> –, em que, sob a forma de verbetes, encontram-se sintetizados os principais conceitos da semiótica. Os textos a serem investigados nesta subseção são *Introdução à semiótica narrativa e discursiva* (1979 [1976]); *Analyse sémiotique du discours: de l'énoncé à l'énonciation* (1991); o artigo “*L'énonciation comme acte sémiotique*” (1998) e *La sémiotique du langage* (2011 [2003]), selecionados por entender que eles representam o pensamento de Courtés no período de 1976 a 2003.

Dando continuidade à apresentação das vertentes semióticas, o próximo percurso teórico que será contemplado é o de Denis Bertrand. Esse estudioso priorizou uma abordagem semiótica direcionada ao texto literário. Como base documental dessa vertente, selecionou-se o artigo “*L'impersonnel de l'énonciation. Praxis énonciative: conversion, convocation, usage*” (1993) e a obra *Caminhos da semiótica literária* (2003 [2000]).

Jacques Fontanille, outro estudioso que fez parte dos colaboradores de Greimas, juntou-se ao grupo no início da década de 1970, época em que se discutiam questões referentes aos estudos das modalidades. Em seus estudos, podem-se identificar dois momentos teóricos. Na primeira fase, que correspondeu a pouco mais de uma década, Fontanille desenvolveu um estudo semiótico voltado para o enunciado. A segunda fase iniciou-se com os estudos sobre as paixões, estendendo-se até o momento atual. Sua fortuna teórica é muito vasta, compreendendo mais de trinta obras, entre livros e artigos publicados em revistas. Para a elaboração dessa vertente teórica, foram selecionados alguns textos, publicados entre 1987 e 2015, iniciando-se com o livro *Le savoir partagé: Sémiotique et théorie de la connaissance chez Marcel Proust* (1987), finalizando-se com *Formes de vie* (2015).

Claude Zilberberg, semioticista que direcionou o foco de seu trabalho aos estudos tensivos, publicou, em 1981, a obra *Essais sur les modalités tensives*, considerada, por alguns estudiosos, o marco inicial dos estudos tensivos. Nessa obra, o autor postulou que a afetividade participa da produção e da direção do sentido. Em vez da concepção teórica das oposições, e das pressuposições, ele propôs uma semiótica dos intervalos, da dimensão concessiva do discurso, dando primazia aos afetos. As obras *Tensão e significação* (2001

---

<sup>4</sup> *Sémiotique: Dictionnaire raisonné de la théorie du langage* (GREIMAS; COURTÉS, 1979 e 1986).

[1998]), em coautoria com Jacques Fontanille, e *Elementos de gramática tensiva* (2011 [2006]) serão examinadas como textos-fonte de investigação do conceito de enunciação nesse percurso teórico.

Eric Landowski, outro destacado estudioso da semiótica, voltou sua atenção ao estudo das condições de emergência do sentido na interação das práticas sociais. Esse posicionamento teórico resultou em um reexame da gramática narrativa. Constatando a impossibilidade de descrever os modos de existência do sujeito pelo regime de “junção”, ele propôs o regime de “união”, definindo como “ajustamentos” as relações interativas entre parceiros. A investigação dos estudos enunciativos nesse ponto de vista teórico adotará como fonte documental de pesquisa o livro *A sociedade refletida: ensaio de sóciossemiótica I* (1992 [1989]), que trata da relação entre a significação e o sujeito.

No Brasil, os estudos discursivos, desde seu surgimento, pelos idos dos anos de 1960, cativaram estudiosos renomados. No campo da semiótica, destacaram-se Alceu Dias Lima, Cidmar Teodoro Pais, Diana Luz Pessoa de Barros, Edward Lopes, Ignácio Assis Silva, José Luiz Fiorin, entre outros.

No capítulo 5 “Contribuição brasileira para a semiótica francesa”, priorizou-se os estudos de Fiorin pelo fato de ele ter desenvolvido uma abordagem particular das operações enunciativas – embreagem e debreagem – que instauram as categorias de pessoa, tempo e espaço no discurso. Os textos-fonte usados como base documental foram sua dissertação *A ilusão da liberdade discursiva: Uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro*, 1980; a tese *A religião da imanência: Uma leitura de discursos presidenciais (1964-1978)*, 1983; o livro *As astúcias da enunciação: As categorias de pessoa, espaço e tempo*, 1996; e o artigo “*À propos des concepts de débrayage et d’embrayage: les rapports entre la sémiotique et la linguistique*”, 2016.

A escassez de trabalhos que versam sobre esse assunto somada à importância dos estudos enunciativos na construção do quadro teórico geral da semiótica de linha francesa foram quesitos determinantes para que se estabelecesse o tema a ser desenvolvido nesta tese. Na sequência, será apresentada as reflexões referentes aos princípios metodológicos historiográficos que orientarão este estudo.

## 1 Princípios metodológicos historiográficos

A todo agir liga-se um esquecer: assim como a vida de tudo o que é orgânico diz respeito não apenas à luz, mas também à obscuridade. Um homem que quisesse sempre sentir apenas historicamente seria semelhante ao que obrigasse a abster-se de dormir ou ao animal que tivesse de viver apenas de ruminação e ruminação sempre repetida. Portanto: é possível viver quase sem lembrança, sim, e viver feliz assim, como mostra o animal; mas é absolutamente impossível viver, em geral, sem esquecimento. [...] *o histórico e o a-histórico são na mesma medida necessários para a saúde de um indivíduo, um povo e uma cultura.* (NIETZSCHE, 2003, pp. 9-11 [1874]).

O interesse pelo desenvolvimento do pensamento histórico é uma questão que já vem de longa data, e seu início se deve, principalmente, aos estudos desenvolvidos pelos filósofos alemães. Como ilustração, pode-se citar as reflexões de Friedrich Wilhelm Nietzsche, que tinha como tema principal a afirmação da vida, ou daquilo que força o indivíduo a viver.

Entre os anos de 1873 a 1876, Nietzsche planejou escrever uma obra composta por 13 artigos. Tal obra foi intitulada *Considerações intempestivas* (também conhecida como “Considerações extemporâneas”), porém ela foi finalizada com quatro artigos denominados: “David Strauss, o confessor e o escrito” (1873); “Da utilidade e desvantagem da história para a vida” (1874); “Schopenhauer como educador” (1874); e “Richard Wagner em Bayreuth” (1876).

Na segunda das quatro considerações acima mencionadas, “Da utilidade e desvantagem da história para a vida” (2003 [1874]), como o próprio título indica, o filósofo colocou a questão do valor da história para a vida. Para ele, o importante era aprender “a impulsionar a história a serviço da *vida!*” (NIETZSCHE, 2003, p. 16 [1874]). De acordo com o texto, os conhecimentos históricos, dependendo da maneira como são utilizados, podem provocar estagnação, quando o homem se prende excessivamente ao passado, representando uma perspectiva que o autor denominou supra-histórica; ou impelir o movimento, nutrindo a vida de conhecimentos, situação que ocorre quando o ser humano utiliza a história para seu próprio desenvolvimento, buscando reconstruir um elo que tenha sido perdido em tempos



remotos. Essa última maneira de considerar o passado é uma visão, por excelência, histórica, que age em benefício da vida. Diferente das duas visões anteriormente colocadas, o filósofo alemão, fazendo uma comparação entre o animal e o homem, disse que o animal está ligado ao instante, ou seja, ele não distingue o ontem do hoje, portanto, o animal vive a-historicamente.

Nesse sentido, entende-se que são três diferentes visões: uma perspectiva a-histórica, presa ao momento presente, cuja característica é o esquecimento; uma supra-histórica, que considera que o passado e o presente são sempre iguais; e a visão histórica, na qual o homem olha para trás para entender o presente e desejar o futuro. A principal característica da visão histórica é saber estabelecer o limite entre o esquecimento e a lembrança. Segundo Nietzsche, para que o homem realmente viva, é necessário que ele saiba transitar entre o histórico, o a-histórico e o supra-histórico, ou seja, é preciso que haja uma justa medida, uma ponderação entre esses três pontos de vista, pois, se é verdade que a vida precisa de história, seu excesso pode prejudicar o homem, “a história seria uma espécie de conclusão da vida e balanço final para a humanidade” (NIETZSCHE, 2003, p. 17 [1874]).

Para esse filósofo, “A história é pertinente ao vivente em três aspectos: ela lhe é pertinente conforme ele age e aspira, preserva e venera, sofre e carece de libertação.” (NIETZSCHE, 2003, pp. 17-18 [1874]). Tomando por base esses três eixos, respectivamente, Nietzsche estabeleceu três tipos de considerações históricas: a monumental, na qual o homem apropria-se de seu passado para realizar seus feitos; a antiquária, em que o homem simplesmente cultiva o passado; e a crítica, na qual o homem sente-se oprimido pelo presente e precisa libertar-se desse peso. Nietzsche explicou que

Se o homem que quer criar algo grandioso precisa efetivamente do passado, então ele se apodera dele por intermédio da história monumental; em contrapartida, quem quer fincar pé no familiar e na veneração do antigo cuida do passado como o historiador antiquário; e somente aquele que tem o peito oprimido por uma necessidade atual e que quer a qualquer preço se livrar do peso em suas costas carece de uma história crítica, isto é, de uma história que julga e condena. (NIETZSCHE, 2003, p. 25 [1874]).

Dessa forma, observa-se que a reflexão sobre o pensamento histórico é antiga, porém seu lugar nas ciências da linguagem é recente, pois o início de sua institucionalização como uma disciplina dentro da linguística deu-se no limiar da década de 1970, principalmente no que se refere à constituição de um conjunto teórico-metodológico que oriente os pesquisadores interessados nesse tipo de abordagem. Tal feito, embora bem desenvolvido no final dessa mesma década devido aos esforços de estudiosos como Ernst Frideryk Konrad

Koerner, Pierre Swiggers, entre outros, ainda apresenta lacunas metodológicas e epistemológicas, e os próprios historiógrafos declaram que ainda há o que se fazer para uma sólida consolidação da historiografia linguística no universo acadêmico.

Deixando as reflexões de um passado longínquo e baseando-se em estudos mais recentes, destaca-se o pensamento de Koerner, pesquisador polonês, que se dedicou à tarefa de desenvolver uma metodologia e uma epistemologia voltadas ao estudo da história das ideias linguísticas. Como ponto positivo desse tipo de reflexão, o estudioso apontou a importância de uma abordagem histórica que contribua para o desenvolvimento da disciplina como um todo. Porém, ele destacou a crítica proferida por alguns pensadores de que um estudo desse caráter pode atrasar o desenvolvimento da ciência.

Segundo esse pesquisador polonês, ao longo dos anos é possível reconhecer três diferentes maneiras de se fazer história sobre a linguística, definidas como:

Compilar histórias da linguística

[...] consideram a evolução da área como tendo decorrido de uma forma essencialmente unilinear, com os desenvolvimentos mais recentes a representarem um avanço relativamente a atividades anteriores.

[...]

Histórias comemorativas ou propagandísticas

[...] caracterizado pela intenção, por parte de um indivíduo normalmente nos seus trinta anos (não com quarenta ou mais, como geralmente acontece no primeiro tipo: Benfey tinha sessenta anos quando apareceu o seu livro), novamente representando um grupo particular, em lançar uma campanha para se opor a visões anteriormente apreciadas e a doutrinas ainda em vigor.

[...]

Histórias isoladas da linguística

Este tipo pode ocorrer em qualquer momento do desenvolvimento de um campo específico de investigação, uma vez que a sua intenção final é menos partidária do que nos outros dois casos e tem frequentemente uma atitude mais holística, embora a motivação para o trabalho possa ser bastante pessoal. (KOERNER, 2014, pp.18-22 [1994]).

Uma quarta maneira de escrever a história sobre a linguística foi a que Koerner denominou “historiografia linguística”, fundamentada em critérios metodológicos e epistemológicos que auxiliam o historiador a organizar seu trabalho. Esse quarto tipo de lidar com os fatos do passado, estabelecido por Koerner, se aproxima do terceiro tipo (o crítico) estabelecido por Nietzsche.

Depois de refletir sobre vários estudos desenvolvidos por diferentes historiadores da linguística e de outras áreas do conhecimento, Koerner (2014 [1995])<sup>5</sup> postulou que o historiógrafo deve buscar no passado linguístico material para adquirir conhecimento da evolução de seu próprio campo de estudo. De posse desse conhecimento, ele terá condições de avaliar de maneira crítica as ideias novas e de aceitar os diferentes pontos de vista existentes na sua área. Para tanto, é necessário obedecer a critérios metodológicos e epistemológicos.

Um dos principais cuidados que um historiógrafo precisa tomar diz respeito ao uso inadequado da metalinguagem, pois esse fato pode causar distorções na interpretação de conceitos do passado. Nesse sentido, Koerner destacou que, ao discutir teorias ou conceitos de períodos passados, é importante ficar atento ao uso da metalinguagem. Segundo o historiógrafo polonês,

Nenhum escritor consegue escapar à questão ao discutir teorias de períodos passados, na medida em que deve tentar, ao mesmo tempo, torná-las acessíveis ao leitor do presente, ao passo que tenta não distorcer a intenção e significado originais. A menos que o único objetivo do historiógrafo seja antiquário, isto é, descrever conceitos desenvolvidos há muitos anos apenas nos próprios termos utilizados, será tentado a usar um vocabulário técnico moderno na sua análise. Este procedimento “modernizante”, porém, tem levado a inúmeras e sérias distorções na história da linguística, e qualquer historiógrafo perspicaz deve perceber as armadilhas e voltar-se para este problema potencial do uso da “metalinguagem”. (KOERNER, 2014, pp. 57-58 [1995]).

Para Koerner, grande parte do sucesso de um trabalho historiográfico depende do cuidado dispensado às questões da metalinguagem. Em suas reflexões, o autor esclareceu que a solução para essa problemática seria a adoção de três princípios:

- 1- Estabelecer o clima de opinião da época em que determinada teoria, ou conceito, se desenvolveu, o qual o autor denominou **princípio de contextualização**. Segundo Koerner (2014 [1995]), esse princípio diz respeito à influência socioeconômica e/ou política da época;
- 2- Definir internamente o quadro geral da teoria que será investigada, assim como sua terminologia. Essa segunda regra, Koerner (2014 [1995]) chamou de **princípio de imanência**, que consiste em buscar compreender o documento analisado, não em

---

<sup>5</sup> Nesta tese, com a finalidade de apresentar o conjunto metodológico e epistemológico que Koerner desenvolveu para a historiografia linguística, utilizou-se a coletânea “Quatro décadas de historiografia linguística”, 2014, que reúne artigos que o autor escreveu e publicou em diferentes épocas.

relação ao momento atual (em que ele está sendo analisado), mas considerando o momento em que ele surgiu;

- 3- Após os dois primeiros princípios acima serem seguidos, isto é, depois de um conceito ser localizado e compreendido em seu contexto histórico original, o historiógrafo pode usar uma terminologia mais atual, introduzindo aproximações modernas pertencentes ao vocabulário técnico que permitam uma melhor apreciação de um determinado trabalho, conceito ou teoria. A esse terceiro e último processo, Koerner (2014 [1995]) denominou **princípio de adequação**.

Além dos três princípios mencionados acima, o **argumento de influência** será outra questão de natureza metodológica a ser privilegiada neste estudo, pois, para interpretar com exatidão um documento, faz-se necessário considerar os dados que revelam influências contextuais compartilhadas, as quais podem ser, de maneira direta, uma referência explícita – ato que Koerner (2014, p. 60 [1995]) classificou como “genuíno, real”<sup>6</sup> –, ou de forma indireta, identificadas por meio da análise do texto, porém, nesse caso, o historiógrafo tem de ter bom conhecimento do pensamento de diferentes estudiosos do assunto a fim de poder identificar uma influência indireta. Koerner salientou que a influência pode ser

[...] real ou provável, sugerida ou alegada, no desenvolvimento de uma ideia linguística, ou de um conceito particularmente central, quando não de todo um quadro de trabalho na investigação científica. (KOERNER, 2014, p. 91 [1987]).

Koerner (2014 [1987]), objetivando estabelecer um quadro metodológico para a questão do argumento de influência, discutiu três exemplos característicos na historiografia linguística que provocaram debates tanto favoráveis quanto contrários a tais influências. Os três casos são: influência de Herder sobre Humboldt, de Darwin sobre Schleicher e de Durkheim sobre Saussure.

A questionada influência de Herder sobre Humboldt, preconizada por diferentes historiadores da linguística, deve-se ao fato de eles entenderem que as fontes documentais não foram devidamente investigadas e as escolas de pensamento não foram consideradas. Para esses estudiosos, Humboldt seria tributário do clima de opinião da época, no qual Herder teve importante participação. Em suas investigações, Koerner concluiu que,

Mesmo se não encontrarmos prova textual suficiente para provar, sem qualquer sombra de dúvida, que o pensamento linguístico de Humboldt deve

---

<sup>6</sup> No original: ‘*bona fide*’ (KOERNER, 2014, p. 60 [1995]).

muito a Herder, creio podermos ter a certeza de que as ideias de Herder sobre a origem da linguagem [...] e o seu desenvolvimento histórico exerceram, de facto, um impacto sobre o estudo da linguagem em inícios do século XIX.

[...] se hesitamos em manter a forte reivindicação tradicional da ‘profunda influência’ de Herder sobre Humboldt, é bastante seguro afirmarmos que Herder fazia parte do ambiente intelectual do período no qual as ideias de Humboldt tomaram forma. (KOERNER, 2014, pp. 95-96 [1987]).

A influência de Darwin sobre Schleicher configurou-se na ideia de que Schleicher abandonou o pensamento referente à linguística como parte das ciências humanas em detrimento à visão de que a ciência da linguagem pertenceria ao domínio das ciências naturais, baseadas na teoria de Darwin. Essa reflexão foi desenvolvida por estudiosos que investigaram a história da linguística do século XIX. Apesar de refutada nos anos seguintes, ainda há traços desse pensamento na comunidade linguística. Para Koerner (2014 [1987]), essa interpretação era distorcida, pois

Os historiógrafos da linguística falharam em duas coisas: em primeiro lugar, não leram muitos dos escritos do próprio Schleicher, se é que o fizeram, mas confiaram apenas e demasiadas vezes nos relatos de outros [...]. Em segundo lugar, falharam em estabelecer as verdadeiras fontes da inspiração teórica de Schleicher, em particular a sua familiaridade com a botânica, com a teoria evolucionista pré-darwiniana, com o princípio do uniformitarismo na geologia, e assim por diante.

[...], o retrato tradicional de Schleicher, como tendo desenvolvido o seu modelo naturalista da estrutura da linguagem e da evolução linguística sob a influência de Darwin [...], pode ser facilmente refutado e deveria ser substituído por uma apresentação das ideias de Schleicher que fosse baseada na leitura direta e na análise cuidadosa tanto das fontes primárias como das secundárias. (KOERNER, 2014, p.97 [1987]).

A influência da sociologia de Émile Durkheim sobre Ferdinand de Saussure refere-se ao conceito da *langue* como fato social, sendo assim, a natureza da linguagem, em Saussure, teria procedência extralinguística. Apesar de ser uma ideia muito aceita na história da linguística durante a primeira década do século XX, de acordo com Koerner (2014 [1987]), ela pode ser questionada, pois,

Na teoria de Saussure, a natureza social da linguagem parece exercer um papel secundário, particularmente na definição do seu conceito de ‘langue’. A distinção entre ‘langue’ e ‘parole’ não é feita estritamente com base na distinção entre ‘fait social’/‘fait individuel’, [...], e, certamente, não foi feita no sentido durkheimiano da coletividade que exerce coerção social sobre o indivíduo. É geralmente sabido [...], que o nome de Durkheim não surge mencionado em qualquer lugar nos escritos de Saussure, publicados ou inéditos. (KOERNER, 2014, p. 99 [1987]).

Buscando tratar o problema da influência na historiografia linguística de uma forma satisfatória, Koerner (2014 [1987]) estabelece três critérios para que tal argumento possa ser adequadamente aplicado. O primeiro critério refere-se ao *background* do autor, no qual se deve considerar seus antecedentes particulares, sua tradição familiar, a escolaridade, os interesses pessoais etc. Esses elementos podem ajudar a estabelecer empréstimos, integração e assimilação de pensamento; o segundo diz respeito à comparação de provas textuais, que são documentos referentes aos elementos citados no primeiro critério, isto é, cartas, históricos escolares, cursos etc; o reconhecimento público é o terceiro critério a ser considerado e configura-se nas citações diretas de um teórico às obras de outro. Esses critérios permitem ao historiógrafo estabelecer as heranças que os conceitos e as teorias receberam ao longo de sua evolução.

Assim sendo, o argumento de influência, quando bem identificado pelo historiógrafo, é uma ferramenta que permite não só a identificação de fontes de inspirações, mas principalmente, distinguir o que há de original na constituição de conceitos ou de teorias.

Pierre Swiggers (2009), outro importante estudioso que se dedicou às questões metodológicas e epistemológicas voltadas à constituição da historiografia linguística como um campo autônomo de investigação, isto é, como uma disciplina institucionalizada no universo acadêmico, postulou que o fazer do historiador (ou do historiógrafo) consiste na reconstrução do pensamento linguístico e de como se desdobrou seu desenvolvimento por meio da investigação de textos (textos-fonte), que servem de base documental, considerando-se seu contexto. Sendo assim, o trabalho do historiógrafo resume-se em descrever, interpretar e explicar a história da linguística. Para esse autor, a descrição historiográfica baseia-se na constituição de um *corpus*, que pode ser tanto uma obra, ou um conjunto de textos de determinado autor, até uma coletânea de textos que deverá obedecer a uma delimitação geográfica, histórica e/ou temática.

De acordo com Pierre Swiggers (2009), o primeiro obstáculo com o qual o historiógrafo se depara diz respeito ao acesso aos textos-fonte, considerados o “reflexo material” da história da linguística. Após a seleção do material, o estudioso passa para a elaboração da análise, descrição e interpretação do material. Esse conjunto de práticas – seleção, análise, descrição e interpretação – consiste no trabalho central do historiógrafo e os critérios elencados abaixo devem ser respeitados nesse momento. São eles:

- a) cobertura – refere-se ao período, ao campo geográfico e ao tema do objeto que será historiografado;

- b) perspectiva – diz respeito à opção pela elaboração de uma historiografia interna, que analisa o pensamento e as práticas linguísticas em si mesmas; ou externa, que se focaliza no contexto no qual surgiram as ideias e as práticas;
- c) profundidade – tem a ver com o tipo de historiografia. Há trabalhos cujo foco é a apresentação de dados de textos, outros analisam ideias e práticas linguísticas e há aqueles que procuram explicar os processos de evolução na história da linguística. A profundidade do trabalho vai depender do material disponível e do objeto que será historiografado.

Após o historiógrafo cumprir esse percurso inicial, sua próxima tarefa consiste na exposição dos resultados. Essa fase é conhecida como executiva e deve seguir três etapas:

- a) formato da exposição – pode ser de forma sequencial (narrativa), em tópicos (análise de um tema ou de um tipo de problema), ou em forma de combinatória (focada nas relações entre o contexto e os pontos de vista em determinada época da história da linguística);
- b) intencionalidade do historiógrafo – que pode optar por uma historiografia classificadora, polêmica, teleológica etc.;
- c) dimensão do programa cognitivo – determinado pelo objeto de estudo, pelo material disponível, pelo interesse do historiador. É essa terceira etapa que define a característica da historiografia que será elaborada, ou o perfil do produto historiográfico, classificada como:
  - a) atomística – caracterizada por uma apresentação analítica dos acontecimentos na história da linguística;
  - b) narrativa – cujo aspecto é relatar, em sucessão cronológica, os acontecimentos na história da linguística;
  - c) nocional-estrutural – que apresenta uma análise estrutural do conjunto de ideias da história da linguística;
  - d) arquetônica-axiomática – cujo caráter é a descrição e análise da estrutura lógica de teorias e modelos como sistemas de axiomas e enunciados;
  - e) correlativa – que consiste no estudo das relações entre teorias e das correlações entre pontos de vista teóricos da linguística e o contexto sociocultural, político, institucional etc.

De acordo com Koerner (2014) e Swiggers (2009), três pilares corroboram para o sucesso de um trabalho historiográfico: a escolha do tema; os conceitos historiográficos que servirão de baliza ao desenvolvimento do trabalho; e a organização do trabalho, ou do plano

de estudo, em que cada historiador pode estabelecer uma metodologia pessoal em face do objeto de estudo e em consonância com seus interesses, seu conhecimento, seus objetivos etc., resultando em uma investigação historiográfica personalizada. Portanto, pode-se dizer que há várias maneiras de se elaborar uma investigação historiográfica.

Na semiótica de linha francesa, Portela (2018) distinguiu dois tipos de abordagem historiográfica, a memorialista e a crítica (ou inovadora), denominando “cronista” aquele que se ocupa do primeiro tipo e “inovador” quem se dedica ao segundo. De acordo com esse estudioso, a abordagem memorialista

[...] orienta-se essencialmente pela diacronia dos fatos teóricos (aqui, chamo “fatos teóricos” um conceito-ocorrência pertencente a um sistema, assim como definimos também os “fatos de língua”), procurando mostrar suas correspondências, continuidades e discontinuidades em relação à grande cena científica de uma época, sob a forma de um romance de ideias [...]. (PORTELA, 2018, p. 141).

Em relação à abordagem crítica, Portela explicou que ela

[...] não rejeita a diacronia – estamos no terreno da história – mas dela se serve de modo diferente. A diacronia apreendida nessa abordagem não é aquela dos fatos teóricos que, segundo as datas das publicações e dos acontecimentos julgados relevantes, se sucederam no tempo, mas aquela que se converte em sincronia para produzir seus resultados: o historiógrafo ultrapassa, suspende as coerções temporais e “faz sistema” com os fatos teóricos, não raramente reconstruindo o próprio sistema e inovando. (PORTELA, 2018, p. 141).

Portela (2018) salientou que as duas abordagens, cada uma a sua maneira, contribuem para a construção da teoria semiótica.

No âmbito da semiótica greimasiana, em relação a um estudo de caráter historiográfico direcionado ao conceito de enunciação, destacam-se as abordagens, breves que sejam, de Jacques Fontanille (2007 [1999]) e de Denis Bertrand (2003 [2000]).

Fontanille dedicou o último capítulo do livro *Semiótica do discurso* (2007 [1999]) ao conceito de enunciação na semiótica discursiva. Ao iniciar suas reflexões, o estudioso obedeceu a um percurso metodológico em que, brevemente, recapitulou tal noção, abordando conceitos fundamentais como o de proprioceptividade, de campo de presença e de regimes discursivos. Na sequência, distinguiu o domínio de enunciação de outros domínios com os quais tal noção se confunde, como é o caso da comunicação, da subjetividade e dos atos de linguagens. Para, finalmente, chegar à *práxis* enunciativa, “conceito introduzido em semiótica



no final dos anos 1980 por A. J. Greimas, retomado em *Semiótica das paixões* e, em seguida, desenvolvido por Denis Bertrand” (FONTANILLE, 2007, p. 271 [1999]).

Denis Bertrand, no início da segunda parte do livro *Caminhos da semiótica literária* (2003 [2000]), desenvolveu um estudo do conceito de enunciação, orientando-se pela diacronia dos fatos teóricos. Sucintamente, o autor contextualizou a história da linguística na França, depois, definiu a posição da teoria semiótica dentro desse contexto, e, por fim, apresentou as fases de evolução dos estudos enunciativos no interior de seu quadro teórico, desde sua rejeição inicial até os desenvolvimentos atuais, os quais consideram o discurso em ato. Essas duas maneiras de apresentar o desenvolvimento do conceito de enunciação na semiótica podem ser classificadas como abordagens memorialistas, aspecto que marcará também a reflexão desenvolvida por este trabalho.

Considerando a abertura metodológica preconizada pelos próprios historiógrafos, esta tese pretende investigar o conceito de enunciação, fundamentando-se não só nos postulados de Koerner e de Swiggers, mas também na maneira de “contar a história” de semioticistas como Jacques Fontanille e Denis Bertrand. Desse modo, procurou-se personalizar da seguinte maneira os princípios metodológicos que servirão de baliza para esta tese.

Levando-se em conta o fato de que a semiótica francesa é uma disciplina relativamente nova, o período estabelecido para historiografar o conceito de enunciação nos textos-fonte englobará desde meados da década de 1960, época considerada o início das reflexões semióticas, até os dias atuais, constituindo-se em um intervalo de tempo que compreende pouco mais de 50 anos, fato que pode tornar “[...] difícil lançar um olhar de conjunto sobre a produção historiográfica que trata sobre a semiótica do discurso.” (PORTELA, 2018, p.140), porém é a esse ofício que esta pesquisa se debruçará.

Durante o período temporal estabelecido acima, ocorreu um fato marcante que permitiu seccioná-lo em dois momentos. Esse acontecimento diz respeito à morte de Greimas em 27 de fevereiro de 1992. Assim, a primeira segmentação dentro desse espaço de tempo global considerou a época em que Greimas esteve à frente do projeto semiótico, sendo o responsável pela organização e pela unicidade de seu grupo de colaboradores. Esse período perdurou de 1966, ano da publicação de *Sémantique structurale*, obra tida como texto fundador da teoria semiótica, até 1993, ano da publicação do último texto do mestre lituano, *Le beau geste*. A investigação do conceito de enunciação nas obras desse autor, obedecendo a uma leitura cronológica, constituirá o capítulo 3 deste trabalho.

A partir do momento em que Greimas saiu do cenário semiótico sem deixar um sucessor, seus colaboradores passaram a desenvolver seus próprios pontos de vista teóricos,

postura que propiciou o aparecimento de diferentes vertentes semióticas. Os estudos enunciativos desenvolvidos por cada uma dessas vertentes serão contemplados no capítulo 4 desta tese, respeitando sempre um exame cronológico das obras que abordam o conceito de enunciação. Portanto, esse material selecionado, obedecendo a uma sucessão cronológica e temática, além de constituir o *corpus* para a investigação dos estudos enunciativos, é fundamental para a periodização, interpretação e descrição das transformações, visando a uma maior visibilidade da evolução desse conceito no quadro teórico da semiótica francesa. Porém, visto que o conceito de enunciação na semiótica é herdeiro dos estudos desenvolvidos na linguística, como é o caso das reflexões de Émile Benveniste e de Roman Jakobson, e na teoria literária, por meio dos estudos de Gérard Genette, os textos desses pesquisadores também farão parte do inventário de textos-fonte que compõem esta tese, pois revelam influências compartilhadas, configurando-se no que Koerner definiu como argumento de influência.

Destaca-se ainda que escolher investigar, como fonte historiográfica, obras inteiras, ou partes delas, foi um critério metodológico adotado por entender que tais textos representam um saber estabilizado em relação aos estudos enunciativos. Entretanto, é importante salientar que, em algumas dessas obras, foram inseridos, em forma de capítulos, artigos anteriormente publicados em diferentes revistas. Pode-se citar como exemplo o livro *Du sens II – Essais sémiotiques* (1983), de Algirdas Julien Greimas, em que todos os capítulos são artigos publicados entre 1973 e 1982; outro exemplo é a obra *La quête du sens* (1997), de Jean-Claude Coquet, constituída por artigos publicados entre o final da década de 1970 e o início dos anos de 1990.

Depois de estabelecida a periodização e catalogados os textos-fonte, a próxima etapa será a investigação do conceito de enunciação, obedecendo-se aos três princípios postulados por Koerner (2014 [1995]) – de contextualização, imanência e adequação.

Respeitando o ponto de vista da semiótica francesa, o princípio de contextualização será examinado sob o primado da forma. Esse pensamento é oriundo de Hjelmslev (1975 [1946]), mas foi retomado por José Luiz Fiorin (2011) para explicar como a semiótica incorpora a historicidade ao seu quadro teórico. Pretende-se, dessa maneira, respeitar uma perspectiva interna da teoria, ou seja, imanente, sem com isso desconsiderar o contexto da época, pois, conforme afirmou Fiorin (2011), o texto não é apenas uma estrutura imanente, ele é também o lugar de inserção da história na língua. A segunda regra estabelecida por Koerner, o princípio de imanência, será seguida à risca uma vez que o conceito de enunciação foi investigado e descrito respeitando os postulados e as terminologias da semiótica francesa. Em

relação ao terceiro princípio, o de adequação terminológica, ele também será respeitado, sendo possível observar essa conduta no transcorrer da investigação, pois, à medida que o conceito investigado vai se desenvolvendo e evoluindo, adquire outra dimensão, ou seja, primeiramente a enunciação foi tratada como instância pressuposta ao enunciado, posteriormente, a atenção dos semioticistas foi direcionada ao ato enunciativo propriamente dito e, nesse percurso evolutivo, recebeu denominações como enunciação, ato enunciativo, enunciação em ato, discurso em ato etc.

Após esse conjunto de práticas historiográficas, isto é, após a periodização, a seleção dos documentos que dão destaque ao conceito de enunciação, análise e interpretação dos dados, a exposição dos resultados será apresentada em forma de narrativa organizada em sequência cronológica a partir da data de publicação das obras, conforme propôs Swiggers (2009).

Entende-se que, adotando essa postura metodológica, este trabalho estará buscando no passado da teoria semiótica material que demonstre como ocorreu a evolução do conceito de enunciação. O conhecimento adquirido pelo exame desses documentos permitirá avaliar de forma crítica os diferentes pontos de vista teóricos existentes atualmente na semiótica. É a essa tarefa de reconstrução do conceito de enunciação, de como se desdobrou seu desenvolvimento por meio de textos que serviram de base documental, balizados por meio de princípios historiográficos e mesmo semióticos, que se ocuparão os próximos capítulos desta tese.

## 2 Contribuição da linguística e da teoria literária para o desenvolvimento dos estudos enunciativos na semiótica de linha francesa

O estudioso de semiótica não se acanha de tomar emprestadas as ideias dos outros, de se servir de informações heurísticas de segunda mão: o que é que não acharíamos, tentando reconstruir as fontes filosóficas de um Saussure ou de um Hjelmslev? O que realmente importa a este estudioso é a conformidade destas ideias com o que ele acredita ser o estado atual de sua disciplina [...]. (GREIMAS, 1975, p. 11).

Os estudos linguísticos modernos, iniciados a partir das reflexões de Saussure (1971 [1916<sup>7</sup>]), caracterizaram-se por delimitar e definir um objeto de estudo para a Linguística, diferente do estudo que vigorava até então, conhecido como histórico-comparativo, o qual “[...] se dedicava a estudar, de um ponto de vista genético e substancialista, um punhado de termos-objetos, tomando-os em separado, um por um”. (LOPES, 1997, p. 15).

O mestre de Genebra considerou a língua como um sistema de signos, cujos elementos devem ser estudados uns em relação aos outros no interior da própria língua. Essa concepção teórica resultou na crítica de que esse tipo de abordagem, devido ao fato de não considerar os fenômenos externos, empobrecia o estudo da linguagem. Porém, o próprio Saussure afirmou que a língua é um conjunto de regras estabelecidas por uma sociedade com a finalidade de estabelecer o exercício da fala, surgindo desses postulados a dicotomia *langue/parole*.

No “Prefácio à primeira edição”, do *Curso de linguística geral* (1971, pp. 1- 4 [1916]), Bally e Sechehaye esclareceram que Saussure investigava os princípios em profundidade e só se preocupava com tais princípios em superfície quando era pertinente ao desenvolvimento de seu pensamento. Esse fato pode explicar o porquê da semântica e de uma linguística da fala terem ficado às margens naquele momento. A esse respeito, os organizadores do *Curso de linguística geral*, no “Prefácio à primeira edição” disseram que,

---

<sup>7</sup> A data de 1916 refere-se à publicação, na França, da obra *Cours de linguistique générale*, organizada por Charles Bally, Albert Sechehaye e por Albert Riedlinger, resultante das anotações feitas pelos estudantes no transcorrer de três cursos ministrados por Saussure entre os anos de 1907 a 1911 na Universidade de Genebra. Nesta tese, utilizou-se a tradução brasileira elaborada por Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, publicada em 1971, 3.ed., da referida obra.

Assim se explica que certas disciplinas mal tenham sido afloradas, a semântica, por exemplo. Não nos parece que essas lacunas prejudiquem a arquitetura geral. A ausência de uma “Linguística da fala” é mais sensível. Prometida aos ouvintes do terceiro curso, esse estudo teria tido, sem dúvida, lugar de honra nos seguintes [...]. (BALLY; SECHEHAYE<sup>8</sup>, p. 4)

Sobre essa mesma questão, José Luiz Fiorin, linguista e semioticista brasileiro, em sua dissertação (1980), declarou que,

[...] embora Saussure deseje eliminar da definição de língua tudo o que seja externo ao sistema, não deixa de salientar que a Linguística externa trata de coisas de real importância para a compreensão do fenômeno linguístico [...]. O pensamento saussuriano, como se vê, parece ser muito mais rico e multifacetado do que o permitia ver o reducionismo estruturalista. (FIORIN, 1980, p. 21).

Na citação de Fiorin, observa-se uma crítica que alguns estudiosos atribuíam à linguística saussuriana, de ter sido uma abordagem reducionista por não considerar o contexto externo. Essa mesma crítica, a semiótica francesa da primeira geração, liderada por A. J. Greimas, recebeu também. Esse assunto será tratado no capítulo 3 “Os estudos enunciativos nas obras de A. J. Greimas”.

Conforme o exposto acima, pode-se observar que o início dos estudos linguísticos se configurou em uma abordagem voltada para as estruturas, isto é, uma abordagem preocupada em estudar os níveis e as dimensões da linguagem, portanto, era um estudo imanente à língua, que não considerava o contexto sócio-histórico. Posteriormente, a linguística da enunciação incorporou a esses estudos novos elementos, como a subjetividade, a referência, o contexto, a modalização. Esses novos elementos introduzidos nos estudos linguísticos permitiram considerar que o sistema de signos fosse assumido por um sujeito identificável por meio das marcas deixadas no enunciado.

Considera-se que Bally (1965 [1944]) foi um dos primeiros pesquisadores a se preocupar com esse tipo de abordagem. Sua obra, intitulada *Linguistique générale et Linguistique française*, apresenta-se dividida em duas grandes partes. A primeira voltada para uma linguística geral e a segunda, para a linguística francesa. A primeira seção da primeira parte, o autor dedicou a uma “teoria geral da enunciação”, porém o estudioso desenvolveu suas ideias respeitando o limite da frase.

---

<sup>8</sup> Essa citação de Bally e Sechehaye foi retirada do “Prefácio à primeira edição” do *Curso de linguística geral* (1971, p. 4 [1916]).

Nesse texto, Bally apresentou três formas características de enunciação, denominando-as: frase coordenada; frase segmentada e frase ligada (subordinada). Quem amplia esse universo para além da frase e reconhece a enunciação na constituição do discurso foi Émile Benveniste, cujo pensamento contemplou, além da linguística, outras áreas do conhecimento tendo em vista que seus textos foram publicados em revistas literárias, de filosofia, de psicologia, de psicanálise e de sociologia.

Sendo o objetivo desta tese desenvolver um estudo historiográfico do conceito de enunciação no quadro teórico geral da semiótica de linha francesa, faz-se necessária uma retomada do desenvolvimento desses estudos na linguística europeia e na teoria literária, uma vez que, na semiótica da Escola de Paris, tal conceito é tributário desses postulados. Essa herança que a semiótica recebeu de estudiosos de outras áreas configura o princípio denominado por Koerner (1996) de “argumento de influência”, importante para se entender como determinado conceito se constituiu dentro do quadro teórico de determinada disciplina.

Nesse sentido, destacam-se as reflexões de três importantes pensadores, sendo eles: Émile Benveniste (1902-1976) e Roman Jakobson (1896-1982), na linguística e Gérard Genette (1930-2018), na teoria literária.

Na linguística europeia, no limiar da década de 1950, as reflexões de Émile Benveniste foram fundamentais para o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos enunciativos, pois ele foi, e continua sendo considerado um dos maiores linguistas da enunciação, cuja influência na semiótica pode ser notada em vários momentos. A título de ilustração da influência desse estudioso à semiótica francesa, destaca-se, entre outras obras, *Semiótica e ciências sociais*, (1981, p. 4 [1976]) em que Greimas, referindo-se ao sujeito falante, fez uma citação direta ao pensamento de Benveniste, ou ainda, no verbete “Enunciação”, inserido no *Dicionário de semiótica* (2008, p. 166 [1979]), no qual Courtés e Greimas mencionaram os estudos desse importante linguista. Jean-Claude Coquet, outro renomado semioticista, foi considerado discípulo de Benveniste, pois seus estudos referentes às instâncias enunciantes fundamentaram-se nas ideias desse estudioso.

Outra influência de grande valia que veio também da linguística, no início da década de 1960, foi o pensamento de Roman Jakobson referente à noção de embreagem, sendo citado por Greimas, em 1974, no artigo “*L'énonciation: une posture épistémologique*”, posteriormente, no verbete “debreagem”, que consta no *Dicionário de semiótica* (2008, p. 113 [1979]), em que Courtés e Greimas declararam que o conceito de debreagem foi tributário tanto de Benveniste quanto de Jakobson.

Jacques Fontanille, em *Sémiotica do discurso* (2007, p. 99 [1999]), reforçou essa

questão ao explicar que “A teoria das embreagens e debreagens foi elaborada por Greimas a partir do conceito de ‘*shifters*’ que, em Jakobson, designava os elementos da língua que podiam manifestar a presença da enunciação”.

Por fim, outra contribuição, desta vez oriunda da teoria literária, foram as ideias desenvolvidas por Gérard Genette, no início dos anos de 1970, sobre as instâncias narrativas, principalmente em relação ao conceito de ponto de vista. No *Dicionário de semiótica* (2008, p. 214 [1979]), seus autores destacaram a contribuição dos estudos de Genette à elaboração do conceito de focalização, que, na semiótica, diz respeito à delegação de voz, feito pelo enunciador, a um sujeito denominado “observador”. Para Fontanille (1989), o conceito de observador desenvolvido pela semiótica aproximou-se do que Genette (2007 [1972]) denominou o “modo de narrar”.

Dessa maneira, destacaram-se alguns exemplos que comprovam a importante influência desses três estudiosos para os estudos enunciativos na semiótica de linha francesa. Nos dois próximos capítulos desta tese, essas influências ficarão mais evidentes, pois serão mais detalhadas. Na sequência, apresentaremos cada uma delas.

## 2.1 Estudos enunciativos em Émile Benveniste

É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto enunciado, que é nosso objeto. (BENVENISTE, 2006, p. 82 [1974]).

As reflexões de Émile Benveniste foram de grande importância para o desenvolvimento dos estudos enunciativos, principalmente as ideias apresentadas nos célebres artigos escritos entre as décadas de 1950 a 1970, sendo eles “A natureza dos pronomes”, “Da subjetividade da linguagem”, “As relações de tempo no verbo francês”, “Os níveis de análise linguística”, “A linguagem e a experiência humana” e “O aparelho formal da enunciação”. Esses artigos foram primeiro publicados em revistas e jornais, posteriormente, inseridos nos livros *Problemas de linguística geral I* (1976) e *Problemas de linguística geral II* (2006), edições brasileiras. Tais obras foram publicadas, em Paris, respectivamente, nos anos de 1966 e de 1974, pela Gallimard (esse último foi publicado dois anos antes da morte do autor em 1976), com os títulos originais de *Problèmes de linguistique générale I* e *Problèmes de linguistique générale II*.

Em “A natureza dos pronomes”<sup>9</sup>, como afirma Flores, “O título do artigo é enganador. O leitor poderá pensar que se trata tão-somente de um texto sobre pronomes.” (FLORES, 2013, p. 92), mas sua amplitude é bem maior. Nele, o estudioso observou que alguns pronomes indicam a pessoa do discurso (o subjetivo), como é o caso do pronome “eu/tu”, outros pertencem ao sistema, pois não são reflexivos da instância do discurso, podendo remeter a qualquer objeto, como acontece com o pronome de terceira pessoa “ele”, considerado não pessoa (objetivo), ou seja, alguns pronomes pertencem à enunciação, outros à sintaxe. Partindo desse pensamento, Benveniste postulou que,

[...] os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as “instâncias do discurso”, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor. (BENVENISTE, 1976, p. 277 [1956]).

Destaca-se, na citação acima, o emprego da expressão “instância do discurso”, termo empregado por Benveniste em um texto de 1956, que posteriormente foi incorporado à metalinguagem da semiótica discursiva na década de 1980, conforme será demonstrado no Capítulo 4 desta tese, “Aspectos das principais vertentes teóricas da semiótica francesa”.

A partir das reflexões suscitadas no artigo “A natureza dos pronomes”, o autor abordou a questão da posição ocupada pela pessoa, ou pela não pessoa, na linguagem; postulou também que a característica fundamental que liga “eu/tu” às categorias de tempo e de espaço não é apontar para o referente, mas remeter à enunciação, constituindo a dêixis enunciativa - de pessoa, de tempo e de espaço -, considerando-as posições subjetivas.

Na continuação de seus estudos, Benveniste explorou outro assunto muito complexo e polêmico, a questão “da subjetividade na linguagem”<sup>10</sup>, título de seu artigo publicado em um jornal de psicologia. O texto trouxe à discussão outras problemáticas como as questões referentes à temporalidade, à realidade, à fenomenologia e à psicologia.

Para o autor, a linguagem não é um simples instrumento de comunicação, ela está relacionada ao homem e a sua natureza, daí sua afirmação: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’.” (1976, p. 286 [1958]).

Assim, para Benveniste, a subjetividade, cuja base está no exercício da língua,

<sup>9</sup> Texto publicado pela primeira vez em *For Jakobson*, Mouton & Co., Haia, 1956. Neste trabalho, utilizamos a tradução brasileira inserida na obra *Problemas de linguística geral I*, 1976, pp. 277-283.

<sup>10</sup> Texto publicado pela primeira vez em 1958, em *Journal de psychologie*, P.U.F. Neste trabalho, utilizamos a tradução brasileira inserida no livro *Problemas de linguística geral I*, 1976, pp. 284-293.



[...] é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo [...] mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade”, quer a apresentamos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que *diz ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo status linguístico da “pessoa”.

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade [...]. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. (1976, p. 286 [1958]).

Observa-se que, nesse artigo, Benveniste empregou os termos “homem”, “locutor”, “sujeito”, “eu” e “pessoa”. Flores (2013, p. 101-102) explica que esses termos não são equivalentes, pois “homem” designa o ponto de vista antropológico de Benveniste; “locutor” é aquele que se apropria da língua; “sujeito” é a instância procedente da apropriação feita pelo locutor; “pessoa” é o fundamento linguístico da subjetividade; e “eu”, a marca linguística da pessoa. Portanto, o indicador de subjetividade na linguagem, para Benveniste, era representado pela categoria de pessoa.

Em 1959, Benveniste publicou o artigo “As relações de tempo no verbo francês”<sup>11</sup>, cujo tema, como o próprio título indica, tem a ver com a temporalidade, mas comandada pela categoria de pessoa, portanto, pela presença de indicadores de subjetividade. O autor explicou que os tempos do verbo francês se distribuem em dois sistemas distintos e complementares que se manifestam em dois planos de enunciação: da história e do discurso.

A enunciação histórica, reservada somente à língua escrita, caracteriza-se por apresentar os fatos sem intervenção do locutor. Assim, em relação à categoria de pessoa, no plano histórico, só será empregada a forma da terceira pessoa “ele”, pois as marcas pessoais “eu/tu”, do aparelho formal do discurso, nunca serão manifestadas, portanto, não há oposição entre pessoas. No que diz respeito à categoria temporal, a enunciação histórica apresenta três tempos: o aoristo, o imperfeito, o mais-que-perfeito e o prospectivo, sendo o aoristo considerado o tempo fundamental da enunciação histórica. De acordo com Benveniste (1976, p. 267 [1959]), nesse tipo de enunciação, “os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos”. Fiorin (2002 [1996]) ao detalhar os procedimentos e debragem e de embreagem temporal na

---

<sup>11</sup> Texto publicado pela primeira vez em 1959, em *Bulletin de la Société de linguistique*. LIV (1959), fasc. 1. Neste trabalho, utilizamos a tradução brasileira inserida no livro *Problemas de linguística geral I*, 1976, pp. 260-276.

semiótica francesa fundamentou-se nesses estudos benvenistianos. Esse fato será demonstrado mais adiante no capítulo 5 da tese, no qual se destacará a contribuição de Fiorin à semiótica francesa.

No plano do discurso, primeiramente, é preciso entender discurso como “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (1976, p. 267 [1959]). Além disso, é necessário estar ciente de que esse plano engloba tanto a língua escrita como a falada. Em relação às formas pessoais, o discurso emprega tanto “eu/tu” como “ele”; nesse caso, o locutor opõe uma pessoa “eu/tu” a uma não pessoa “ele”. No que se refere aos tempos verbais, há três tempos fundamentais do discurso: o perfeito, o presente e o futuro, porém, no plano do discurso, todos os tempos são passíveis de serem encontrados, menos o aoristo, que é uma forma característica do plano histórico. Dessa maneira, Benveniste delimitou as formas verbais dos dois planos de enunciação, sintetizando-as da seguinte maneira:

- na enunciação histórica, admitem-se (em formas de terceira pessoa): o aoristo, o imperfeito, o mais-que-perfeito e o prospectivo; excluem-se: o presente, o perfeito, o futuro (simples e composto);
- na enunciação de discurso, admitem-se todos os tempos em todas as formas; exclui-se o aoristo (simples e composto). (BENVENISTE, 1976, p. 270 [1959]).

Nesse texto, quando Benveniste empregou o termo “enunciação” não estava se referindo ao ato de enunciar, mas às marcas formais da enunciação, que materializam a subjetividade a partir do aspecto singular imposto pela categoria de pessoa. Em continuidade a essa sua preocupação com os estudos enunciativos, no trabalho seguinte, o estudioso buscou estabelecer níveis para uma análise linguística.

Em “Os níveis de análise linguística”<sup>12</sup>, buscando estabelecer um princípio de análise linguística, Benveniste segmentou o domínio das línguas verbais em níveis de pertinência, estabelecendo os merismas (ou traços distintivos) como o nível inferior da análise – nível substituível, mas não segmentável –, e a frase considerada o nível superior da análise, sendo esse nível segmentável, mas não substituível. As unidades se distribuem dentro de um mesmo nível e são chamadas “unidades constituintes”. As unidades constituintes, ao integrarem um nível superior, são denominadas “unidades integrantes”. A noção de nível e as operações de segmentação e de substituição são fundamentais para a análise, pois todo o processo se

---

<sup>12</sup> Texto publicado pela primeira vez em *Proceedings of the 9th International Congress of linguists*, Cambridge, Mass, 1962. Neste trabalho, utilizamos a tradução brasileira inserida no livro *Problemas de linguística geral I*, 1976, pp. 127-140.

configura em segmentar os dados, reduzindo-os a elementos indecomponíveis, para em seguida identificar esses elementos através das substituições.

A importância desses pensamentos para os estudos enunciativos é a evidência de fronteiras entre os planos da língua. Essas reflexões corroboraram o pensamento desenvolvido por Benveniste em 1956, no qual, a partir do caráter reflexivo, ou não, dos pronomes, foram estabelecidos dois universos linguísticos, que levaram o autor a afirmar que

Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas linguísticas diferentes, embora os seus caminhos se cruzem a todo instante. Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classe, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva. (BENVENISTE, 1976, p. 139 [1962]).

Benveniste termina seu texto “Da subjetividade da linguagem” declarando que “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem.” (1976, p. 140 [1958]), portanto, para se estudar a linguagem é preciso que se leve em conta o discurso.

Em continuidade a sua insistente busca pelas questões enunciativas, no artigo “A linguagem e a experiência humana”<sup>13</sup>, Benveniste procurou explicar duas categorias essenciais do discurso, a de pessoa e a de tempo. Essas duas categorias constituem o eixo organizado da presença no discurso, ou seja, a experiência humana inscrita na linguagem.

Em relação à categoria de pessoa, o autor postulou que aquele que fala identifica-se sempre pela mesma forma gramatical “eu”. Esse indicador, fora do discurso, é uma forma vazia, pois não se refere nem a um objeto nem a um conceito. Entretanto, quando empregado no discurso, isto é, ao mudar de domínio, passando da língua ao discurso, torna-se uma forma plena e nele introduz a presença da pessoa, ponto central da instância do discurso considerada centro e ponto de referência da organização do campo discursivo. O autor esclareceu que

[...] aquele que fala se apropria desse *eu*, este *eu* que, no inventário das formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto em ação no discurso, aí introduz a presença da pessoa sem a qual nenhuma linguagem é possível. Desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda. [...] Quando alguém os pronuncia, este alguém os assume, e o pronome *eu*, de elemento de um paradigma, se transforma em uma designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa.

---

<sup>13</sup> Texto publicado pela primeira vez em 1965, na revista *Diogenes*, Paris, U.N.E.S.C.O., Gallimard, n. 51, pp. 3-13. Neste trabalho, utilizamos a tradução brasileira inserida no livro *Problemas de linguística geral II*, 2006, pp. 68-80.

Esta é a atualização de uma experiência essencial, que não se concebe possa faltar a uma língua. (BENVENISTE, 2006, pp. 68-69 [1965]).

Além do sistema de referências pessoais, Benveniste abordou as questões referentes ao tempo, ligando-o à experiência humana. Primeiramente, o estudioso distinguiu três níveis – o tempo físico, que apresenta um caráter contínuo, referente à existência humana; o crônico, que tem como ponto zero um acontecimento importante, uma direção que, a partir do ponto zero, enuncia-se em antes e depois, sendo mensurável em intervalos; e, por fim, o tempo linguístico. O tempo linguístico é aquele que está ligado ao ato de fala, tem seu centro na instância de discurso e se renova a cada vez em que é enunciado, portanto, o presente é o tempo intrínseco ao discurso. Benveniste esclareceu que

Este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no presente da instância da fala. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente” (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona. (BENVENISTE, 2006, pp. 74-75 [1965]).

O tempo linguístico é considerado subjetivo, pois o ato de fala é individual e a instância de que resulta o presente é sempre nova, porém, ele funciona também como um fator de intersubjetividade, uma vez que a temporalidade do locutor é aceita por seu interlocutor. Com essas reflexões, o autor apresentou duas propriedades do discurso. A primeira, diz respeito à pessoa do discurso, e estabeleceu que quem fala refere-se a si mesmo pela mesma forma linguística “eu”. Essa propriedade configura o caráter reflexivo da instância do discurso; a segunda diz respeito ao tempo, mais especificamente ao tempo presente, reinventado sempre que o homem fala, portanto, sendo considerado um presente contínuo.

Dessa forma, constatou-se que as categorias de pessoa e de tempo eram fundamentais ao discurso. Baseando-se em dois níveis diferentes, o da forma linguística e o da função semântica, Benveniste distinguiu o sujeito de duas maneiras, o sujeito gramatical e a pessoa (ou indivíduo). Nesse sentido, tem-se, de um lado, a ordem da realidade, a presente instância do discurso que integra as noções de pessoa, de indivíduo; de outro, uma forma, indicadora de pessoa “eu”, chamada também de instância linguística. A mesma distinção esse estudioso aplicou à categoria temporal, isto é, ele diferenciou a forma temporal (da conjugação) da função temporal (do tempo inerente à enunciação).

No Capítulo 4 deste trabalho, intitulado “Principais percursos teóricos enunciativos da semiótica francesa”, veremos que essas duas categorias – a de pessoa, a partir da noção de corpo, e a de tempo linguístico, configurados, respectivamente, no par presença/presente

(corpo/tempo) –, constituíram o elo que uniu a semiótica à fenomenologia.

Fechando um ciclo de quase vinte anos de reflexões, em “O aparelho formal da enunciação”<sup>14</sup>, último texto publicado por Benveniste abordando questões referentes à enunciação, o autor, além de elaborar uma síntese de suas reflexões sobre o tema, introduziu uma distinção em relação ao emprego das formas e ao emprego da língua, explicando que tal diferença acarretaria “uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar” (2006, p. 81). Em decorrência dessa distinção, o autor formulou uma definição de enunciação, destacando a dificuldade em apreender esse fenômeno, que ele definiu como o “[...] colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (2006 [1970], p. 82). Buscando estabelecer um quadro formal da enunciação, primeiramente, ele destacou a presença do locutor, constituindo-se em um centro de referência, como condição necessária à enunciação. Os pronomes, antes considerados apenas como dêiticos gramaticais, tornaram-se classes de indivíduos linguísticos. As formas temporais foram estabelecidas a partir do centro de referência, e o presente, concebido como a origem do tempo, considerado o tempo inerente à enunciação.

Observa-se que, com esse artigo, Benveniste concluiu um ciclo de reflexões referentes aos estudos enunciativos constituídos por um conjunto de noções e de conceitos que se inter-relacionam. Assim, pode-se dizer que em cada artigo publicado, o autor buscou desenvolver um aspecto que, reunidos, compõe o que se denominou enunciação na linguística. Nesta tese, com a finalidade de elaborar uma breve retomada dos estudos enunciativos desenvolvidos por esse estudioso, foi delimitado um período abrangendo os anos de 1950, introdução da noção de discurso no campo da linguística, a 1970, estabelecimento de um quadro formal da enunciação.

Diante desse breve relato de anos de aprofundadas reflexões, nota-se que, a partir do quadro formal esboçado, principalmente, pelos estudos de Benveniste ligados ao domínio da enunciação, abriu-se um vasto campo para a análise das formas do discurso. A preocupação com a instância discursiva, embora não muito aceita nos anos de 1950 e início de 1960, tornou-se presente nos estudos atuais da enunciação, trazendo à baila o questionamento sobre o porquê da demora em reconhecer a importância dos pensamentos benvenistianos pela comunidade linguística.

Gérard Genette, importante estudioso da teoria literária, mencionou o fato da

---

<sup>14</sup> Texto publicado pela primeira vez em 1970, na revista *Langages*, Paris, Didier-Larousse, n. 17, pp. 12-18. Neste trabalho, utilizamos a tradução brasileira inserida no livro *Problemas de linguística geral II*, 2006, pp. 81-90.

comunidade linguística europeia demorar a reconhecer a contribuição dos pensamentos de Benveniste aos estudos enunciativos, principalmente aqueles referentes à subjetividade na linguagem, porque os estudos benvenistianos diziam respeito “a passar da análise dos enunciados à das relações entre esses enunciados e a sua instância produtiva - o que se chama hoje a sua enunciação” (GENETTE, 1976, p. 212 [1972]), que na literatura denominou-se “narração”. As ideias de Benveniste configuraram uma mudança de perspectiva na abordagem linguística de até então.

Em seu texto “Fronteiras da narrativa”, Genette (1972 [1966]) estabeleceu duas grandes divisões dentro da literatura - a prosa e a poesia -, reconhecendo que tal divisão aproximava-se da distinção apresentada por Benveniste (1976 [1959]) entre narrativa e discurso. Esse fato pode ser comprovado na seguinte afirmação:

Esta divisão corresponde aproximadamente à distinção proposta recentemente por Émile Benveniste entre *narrativa* (ou história) e *discurso*, com a diferença que Benveniste engloba na categoria do discurso tudo que Aristóteles chamava imitação direta, e que consiste efetivamente, ao menos por sua parte verbal, em discurso emprestado pelo poeta ou narrador a um de seus personagens. [...] enquanto que a narrativa em sua forma estrita é marcada pelo emprego exclusivo da terceira pessoa e de formas como o aoristo (passado simples) e o mais-que-perfeito. [...] todas estas diferenças se reduzem claramente a uma oposição entre a objetividade da narrativa e a subjetividade do discurso [...]: é “subjetivo” o discurso onde se marca, explicitamente ou não, a presença de (ou a referência a) *eu* [...]. inversamente, a objetividade da narrativa se define pela ausência de toda referência ao narrador [...]. (GENETTE, 1972, pp. 268-269 [1966]).

Na verdade, cada estudioso tem seu ponto de vista sobre o impacto do trabalho de Benveniste. Dessons (1993, pp. 9-10) entende que o motivo da demora do reconhecimento das ideias de Benveniste foi, primeiramente, porque, no início de seus estudos, ele se dedicou aos estudos da língua iraniana e da gramática comparada das línguas indo-europeias, sendo considerado um grande indo-europenista da época. Em relação aos estudos voltados para a linguística geral, seus trabalhos consistiram em publicações pontuais entre os anos de 1937 a 1972, não se concretizando em uma obra específica, sendo que seus artigos só foram organizados, anos depois, nos dois volumes conhecidos como *Problèmes de linguistique générale*, o primeiro publicado em 1966 e o segundo, em 1974. Porém, Dessons (1993) destaca que esse longo período de produção intelectual demonstrou que o interesse em elaborar uma teoria da enunciação foi uma preocupação constante desse teórico.

Na semiótica francesa, Jean-Claude Coquet foi um dos estudiosos que mais se interessou e que se manifestou a respeito do importante trabalho de Émile Benveniste e de sua

tardia aceitação pela comunidade linguística europeia, destacando duas razões que podem ter provocado a demora no reconhecimento dos postulados benvenistianos. Primeiramente, para Benveniste, todo sistema linguístico era constituído de significação e o formal só podia ser analisado sob o ponto de vista semântico, então,

Talvez seja essa uma das razões que afastaram de Benveniste a maioria dos jovens pesquisadores em um momento em que, nos anos 50, a linguística estrutural da França, sob influência americana, assumia a forma distribucionalista. Notemos, o fato é significativo, que entre 1963 e 1964 uma pequena sala do Collège de France acomodava sem dificuldade seus quinze ouvintes. (COQUET, 2013, p. 100).

A outra razão para que as ideias de Benveniste não tenham sido reconhecidas naquela época foi o fato de que importantes linguistas não o mencionaram. Segundo Coquet,

[...] deve-se a Paul Ricoeur a primeira percepção, em 1967, dos aportes da semântica de Benveniste, à qual ele então opunha, com muita propriedade e de forma bastante lúcida, à “semiologia hjelmsleviana, ciência dos signos nos sistemas”. (COQUET, 2013, p. 101).

Coquet, estudioso da semiótica, desenvolveu seu pensamento tomando como princípio as reflexões de Benveniste. Ele declarou que temas pertencentes à fenomenologia, como a noção de posição, centro de enunciação, instância etc., presentes nas obras de Benveniste, representaram alguns “[...] dos momentos em que o linguista está mais em ruptura com o pensamento dominante em seu tempo” (COQUET, 2013, p. 99), sendo que esse fato possibilitou estabelecer um elo entre Benveniste e a fenomenologia.

Outros dois semioticistas, Fontanille e Zilberberg (2001), trataram também da questão fenomenológica, porém, tomaram por base os pensamentos de Maurice Merleau-Ponty (1999), que reformulou o pensamento filosófico sobre a existência, culminando no conceito de “campo de presença”. Para esses autores,

O interesse dessa reformulação, de um ponto de vista semiótico, reside no fato de estar a presença aí definida em termos dêiticos, ou seja, em suma, a partir de uma espécie de presente linguístico; além disso, para a própria fenomenologia, a presença é o primeiro modo de existência da significação, cuja plenitude estaria sempre por ser conquistada. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 123).

Segundo Flores (2013, pp. 13-14), a vida de Benveniste foi marcada por acontecimentos desagradáveis como a prisão em 1925, sob a acusação de violar segredos militares, fato que ocorreu um ano após ele se naturalizar francês e mudar seu primeiro nome

para Émile, pois nascera em Alep, na Síria, como Ezra Benveniste; outro acontecimento, extremamente grave, foi sua exclusão do ensino público em 1940, porque era judeu; por fim, a doença que o acometeu em 1969, culminando em sua morte em 1976. Apesar da desventura que marcou sua existência, é indiscutível que os estudos desenvolvidos por Benveniste no decorrer de toda sua obra alteraram o panorama da linguística europeia, e uma das principais contribuições refere-se à mudança de foco nos estudos da linguagem, pois, a primazia que, na perspectiva estruturalista, era da língua como um sistema de signos passou a ser a do discurso.

Na sequência serão apresentadas as reflexões de outro grande linguista, Roman Jakobson, linguista versátil, que transitou também pela literatura. Sua herança à semiótica francesa diz respeito, principalmente, às operações enunciativas conhecidas como mecanismo de debragem e de embreagem.

## 2.2 Roman Jakobson e o conceito de embreagem (*shifter*)

Todo código linguístico contém uma classe especial de unidades gramaticais que chamamos de embreadores: a significação geral de um embreador não pode ser definida fora de uma referência à mensagem. (JAKOBSON, 1963, p. 178 [1950]) (Tradução nossa)<sup>15</sup>.

Outra importante influência para a construção do conceito de enunciação na semiótica de linha francesa, sendo inclusive citado por Greimas em seu artigo “L’énonciation: une posture épistémologique” (1974), veio do pensamento de Roman Jakobson, principalmente das ideias contidas no texto “Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe”, traduzido do inglês “Shifters, verbal categories, and the Russian verb” (1957). As duas primeiras partes desse texto - “Embrayeurs et autres structures doublés” e “Essai de classification des catégories verbales” - resultaram de resumos de duas comunicações apresentadas em 1950. O referido texto foi inserido no livro *Essais de linguistique générale*, publicado em 1963, em Paris.

Remetendo ao excerto que inicia essa seção, Denis Bertrand mencionou em seu livro *Caminhos da semiótica literária* (2003, pp. 89-90) que a semiótica emprestou do linguista

<sup>15</sup> No original: “Tout code linguistique contient une classe spéciale d’unités grammaticales qu’on peut appeler les embrayeurs: la signification générale d’un embrayeur ne peut être définie en dehors d’une référence au message.” (JAKOBSON, 1963, p. 178 [1950]).



russo o conceito de shifter, traduzido para o francês como “*embrayeurs*”, explicando que os embreantes manifestam a presença do sujeito da fala, portanto, são unidades gramaticais que só podem ser interpretadas no interior da própria enunciação.

Em seu artigo “*Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe*”, referente a questões envolvendo a mensagem e o código linguístico, Jakobson postulou que a mensagem emitida pelo destinador deve ser entendida pelo receptor, isto é, a mensagem é codificada pelo emissor para ser decodificada pelo destinatário. O estudioso afirmou também que quanto mais o destinatário conhecer o código usado pelo destinador, maior e melhor será a informação obtida e, por fim, que a mensagem e o código são os dois suportes da comunicação linguística, operando de maneira dupla, ou seja, podendo ser tratados como objetos de emprego ou como objeto de referência.

A partir desses estudos, o pensador russo distinguiu quatro tipos duplos de estruturas da comunicação, dividindo-os em dois grupos – de circularidade e de sobreposição.

O grupo denominado “circularidade” comporta dois tipos de estruturas duplas, sendo elas:

- Mensagem remetendo à Mensagem (M/M) – como exemplo, tem-se o discurso citado, direta ou indiretamente, que é um enunciado no interior de um enunciado e, ao mesmo tempo, um enunciado sobre um enunciado;
- Código remetendo ao Código (C/C) – os nomes próprios exemplificam esse tipo de estrutura, pois o sentido geral de um nome próprio não pode ser definido sem referência ao código; ao mesmo tempo, o nome refere-se a qualquer pessoa que tenha esse nome.

O grupo nomeado “sobreposição” constitui-se também por dois tipos de estruturas duplas:

- Mensagem remetendo ao Código (M/C) – toda interpretação que tem por objeto a elucidação de palavras ou frases é uma mensagem remetendo ao código. Esse tipo está ligado à citação, à repetição do discurso e desempenha importante papel na aquisição e no uso da linguagem;
- Código remetendo à Mensagem (C/M) – a esse tipo de estrutura pertence uma classe especial de elementos gramaticais denominados embreadores, que se distinguem das outras estruturas do código linguístico por se constituir em unidades que não apresentam uma significação única e constante e pelo fato de remeterem obrigatoriamente à mensagem.

Nesse texto, Jakobson cita os estudos desenvolvidos por Burks (1949) sobre a natureza semiológica dos emblemas. Tal estudo foi apresentado em um trabalho em que Burks elaborou uma análise crítica da tricotomia dos signos de Charles Sanders Peirce constituída por símbolo, índice e ícone. Esse estudioso explicou que, segundo o pensamento de Peirce, um símbolo associa-se ao objeto representado por meio de regras convencionais enquanto o índice estabelece uma relação de existência com o objeto que ele representa.

Assim, ao relacionar as funções do símbolo e do índice com classes gramaticais especiais (os pronomes), Burks concluiu que essas classes combinam as duas funções, de símbolo e de índice, isto é, associam-se ao objeto representado por meio de regras convencionais linguísticas (símbolo) e estabelecem uma relação existencial com o objeto que ele representa (índice). O estudioso citou como exemplo o pronome pessoal empregado na frase “Eu estou entrando nesta casa.”<sup>16</sup> (BURKS, 1949, p. 678) (Tradução nossa), explicando que, por um lado, o signo “eu” só representa seu objeto se estiver associado por uma regra de convenção linguística; de outro lado, o signo “eu” somente representa seu objeto se estiver em uma relação existencial com esse objeto; no caso da frase acima, “eu” refere-se ao locutor, portanto, “‘Eu’ significa a pessoa proferindo ‘eu’”<sup>17</sup> (1949, p. 678) (Tradução nossa).

Conforme já mencionado antes nesta tese, Émile Benveniste, em 1956, ao estudar a natureza dos pronomes, reflexão apresentada na primeira seção deste capítulo, apesar de não ter empregado o termo emblemas e de não citar as reflexões de Burks (1949), também atribuiu duplo caráter aos pronomes, declarando que “*eu* é o ‘indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*’” (BENVENISTE, 1976, p. 279 [1956]). Nesse enunciado, já era possível distinguir a existência de dois universos linguísticos - o discursivo e a língua como um sistema de signos -, pensamento que, poucos anos depois (1962), foi aprofundado quando Benveniste tratou de estabelecer um princípio de análise linguística. Em 1958, o autor, afirmou que a subjetividade na linguagem se determina pelo estatuto linguístico da pessoa, isto é, “É “ego” que diz *ego*.” (1976, p. 286 [1958]), declaração que também remete ao pensamento de Burks (1949).

Nesse sentido, pode-se dizer que existe um elo, no que concerne às operações enunciativas, que une a semiótica greimasiana à semiótica piereana. Esse fato não é mencionado pelos estudiosos da semiótica, pois, geralmente, postula-se que Greimas tomou emprestado de Jakobson o conceito de *shifter*, sem mencionar que o linguista russo se baseou nos estudos sobre a tricotomia piereana elaborados por Burks (1949).

<sup>16</sup> No original: “*I am going into this house*” (BURKS, 1949, p. 678).

<sup>17</sup> No original: “*I means the person uttering ‘I’*” (Ibid., 1949, p. 678).

A semiótica ao integrar o conceito de embreadores divide-os em dois tipos de mecanismos denominando-os “embreagem e debreagem”. Courtés e Greimas explicam que

O conceito de debreagem deve sua existência tanto a Benveniste quanto a Jakobson, cujo “shifter” foi traduzido em francês por N. Ruwert como “embrayeur”. O termo “débrayeur” (debreador) parece-nos mais adaptado à abordagem gerativa que vai da enunciação ao enunciado, tanto mais que a dicotomização do conceito jakobsoniano nos parece necessária: opondo à debreagem o termo embreagem\* (que designa o retorno das formas já debreadas ao enunciador), lança-se um pouco mais de clareza nesse mecanismo a um tempo elementar e fortemente complexo. (COURTÉS; GREIMAS, 2008, p. 113 [1979]).

Ainda sobre essas importantes operações enunciativas, Fontanille (2007, pp. 98-100 [1999]) empregou o termo “breagem”, considerando-o um termo complexo constituído pela embreagem e pela debreagem, porém com um sentido mais amplo, pois ele relacionou esses mecanismos ao ato de enunciação, não à enunciação pressuposta pelas marcas encontradas no enunciado conforme foi postulado por Greimas e por Courtés no *Dicionário de Semiótica* supra citado. Para o semioticista de Limoges, levando-se em conta que a tomada de posição é o primeiro ato fundador da instância de discurso, a debreagem é o segundo. De acordo com o pensamento de Fontanille,

A *debreagem* tem orientação disjuntiva. Graças a ela, o mundo do discurso separa-se do simples “vivido” indizível da presença. Com ela, o discurso certamente perde em intensidade, mas ganha em extensão: novos espaços, novos movimentos podem ser explorados, outros actantes podem ser postos em cena. Logo, a debreagem é, por definição, plural e apresenta-se como um desdobramento em extensão.

A *embreagem* tem, em contrapartida, orientação conjuntiva. Sob sua ação, a instância de discurso procura reencontrar sua posição original, o que não chega a fazer, pois o retorno à posição original é um retorno ao indizível do corpo próprio, ao simples pressentimento da presença. [...]. A embreagem renuncia à extensão, pois volta ao ponto mais próximo possível do centro de referência, e dá prioridade: ela concentra novamente a instância de discurso. (FONTANILLE, 2007, pp. 99-100 [1999]).

Na sequência das reflexões apresentadas neste trabalho, notar-se-á que Denis Bertrand (2003 [2000]) desenvolveu um ponto de vista diferente em relação aos conceitos de embreagem e de debreagem, fato que será demonstrado no desenvolvimento do capítulo 4 desta tese.

Da literatura, mais precisamente dos estudos elaborados por Gérard Genette sobre o conceito de instância narrativa, a semiótica recebeu outra importante herança, que será demonstrada na sequência.

### 2.3 Gérard Genette – o narrado e a maneira de narrar o narrado

“Durante muito tempo me deitei cedo”: com toda a evidência, tal enunciado não se deixa decifrar - como, digamos, “a água ferve a cem graus” [...] - sem considerar aquele que o enuncia, bem como a situação em que o enuncia; *eu* é apenas identificável em referência a ele, e o passado volvido da “acção” contada só o é em relação ao momento em que ele a conta. (GENETTE, 1976, p. 211 [1972]).

O excerto acima ilustra com precisão a importância dos estudos enunciativos desenvolvidos por Benveniste não só para a linguística como também para área da literatura. Observa-se, nas palavras de Genette, o estabelecimento de uma relação entre os conceitos benvenistianos “discurso” e “história” e o que na teoria literária ficou conhecida como “instância narrativa”, ou seja, o narrado e a maneira de narrar o narrado, considerados sob a categoria de voz.

Assim sendo, em outra perspectiva, dessa vez da teoria literária, pretende-se demonstrar que os estudos de Gérard Genette (1976 [1972])<sup>18</sup>, referentes à instância narrativa, não só trataram da problemática envolvendo a instância produtora do discurso narrativo que, na linguística, ficou conhecida como enunciação e na teoria literária como narração, mas também contribuíram para a constituição do conceito de enunciação na semiótica francesa. Para Genette, uma situação narrativa

é um conjunto complexo no qual a análise, ou simplesmente a descrição, só pode distinguir retalhando-o um tecido de relações estreitas entre o acto narrativo, os seus protagonistas, as suas determinações espaço-temporais, a sua relação com as outras situações narrativas implicadas na mesma narrativa, etc. (GENETTE, 1976, p. 214 [1972]).

Dessa forma, só se pode delimitar uma situação narrativa por meio da análise de determinados elementos que estão presentes na própria narrativa. Esses elementos são as categorias de tempo da narração, do nível narrativo e da pessoa, isto é, são as relações entre o narrador (e o narratário) e a história contada.

---

<sup>18</sup> A obra *Discours du récit* é um ensaio extraído de *Figures III* (1972).

Genette afirma que é possível contar uma história sem precisar o lugar (espaço), mas é quase impossível contá-la sem delimitar o tempo em relação ao ato narrativo, portanto, para esse autor, a categoria de tempo é mais importante que as determinações espaciais. Em relação ao tempo, sua principal característica é referente à sua posição em relação à história. Assim, do ponto de vista da posição temporal, há quatro tipos de narração: ulterior (posição clássica da narrativa no passado), anterior (narrativa profética), simultânea (narrativa contemporânea da ação) e intercalada (narração com várias instâncias).

No que diz respeito à diferença de nível narrativo, que se refere a diferentes níveis da instância narrativa, Genette explicou que todo “acontecimento contado por uma narrativa está em um nível diegético imediatamente superior àquele em que se situa o ato narrativo produtor dessa narrativa” (GENETTE, 1976, p. 227 [1972]). Nesse sentido, tem-se, em primeiro nível, o que o autor denominou “extradiegético” (instância narrativa de uma narrativa primeira); os acontecimentos contados nessa narrativa primeira estão em um nível denominado diegético (universo da narrativa primeira) ou intradiegético. Em uma narrativa de segundo grau, isto é, uma narrativa dentro de outra narrativa, os fatos narrados são considerados metadieéticos<sup>19</sup> (universo da segunda narrativa).

Na categoria de pessoa, tem-se a presença, explícita ou implícita, do narrador. O teórico esclareceu que

A escolha do romancista não é feita entre duas formas gramaticais, mas entre duas atitudes narrativas (de que as formas gramaticais são apenas uma consequência mecânica): fazer contar a história por uma das suas “personagens”, ou por um narrador estranho a essa história. (GENETTE, 1976, p. 243 [1972]).

De acordo com esse pensamento, o autor distinguiu dois tipos de narrativas, sendo uma de narrador ausente da história que conta e outra em que o narrador é personagem na história que conta. Ao primeiro tipo, denominou-se narrador heterodiegético e ao segundo, homodiegético.

Por fim, Genette estabeleceu um estatuto do narrador a partir do nível narrativo (extradiegético ou intradiegético) e de sua relação com a história (heterodiegético ou homodiegético), sendo constituído por quatro tipos:

- narrador extradiegético heterodiegético (narrador do primeiro nível – conta uma história da qual está ausente);

---

<sup>19</sup> Vale destacar que Genette empregou o prefixo “meta” em *metadiégese*, com o sentido contrário ao que a linguística empregou em metalinguagem.

- narrador extradiegético homodiegético (narrador do primeiro nível – conta sua própria história);
- narrador intradiegético heterodiegético (narrador do segundo grau – conta histórias das quais está geralmente ausente);
- narrador intradiegético homodiegético (narrador do segundo grau – conta a sua própria história).

Greimas reformulou a teoria da enunciação de Benveniste, introduzindo as operações de debreagem e de embreagem (PORTELA, 2012), empréstimo originário do pensamento de Jakobson referente ao conceito de embreadores (shifters). Classificou essas duas operações em enunciativa e enunciva. A debreagem enunciativa ficou conhecida como enunciação enunciada; e a enunciva como enunciado enunciado, que na terminologia de Genette diz respeito ao “narrado” e à “maneira de narrar o narrado”. A semiótica herdou esses notáveis conceitos, reformulando-os, dando-lhes outra dimensão, para construir seu próprio patamar conceitual que foi enriquecido e ampliado ao longo dos anos.

Entende-se que foi sobre essa base, porém, respeitando seu caráter imanente, que se elaborou o conceito de enunciação na semiótica no período de 1966 a 1993, assunto que será abordado a seguir.

### 3 Os estudos enunciativos nas obras de A. J. Greimas

[...] ou bem o sujeito da enunciação - produtor do texto - é um monstro inumerável, ou bem este sujeito já está manifestado ele mesmo em mil partes e será preciso recorrer a outras profundidades metafísicas para investigar aí o princípio da unidade. (GREIMAS, 1993, p. 9 [1976]).

Buscando organizar e reconstruir o percurso do conceito de enunciação nas obras de A. J. Greimas, selecionaram-se textos de sua própria autoria ou em coautoria com outros pesquisadores, como é o caso das participações de Joseph Courtés e de Jacques Fontanille em alguns de seus livros. Acredita-se que as obras escolhidas apresentam um caráter “terminativo” do conceito de enunciação que permitirá a investigação e a descrição das várias fases do seu desenvolvimento dentro do período estipulado. Os textos selecionados foram publicados entre os anos de 1966 a 1993 e estão relacionados na tabela abaixo:

Quadro 1 - Relação das obras de A. J. Greimas publicadas entre 1966 e 1993

<i>Sémantique structurale</i>	1966
<i>Du sens – Essais sémiotiques</i>	1970
<i>Essais de sémiotique poétique</i>	1972
<i>L'énonciation: une posture épistémologique</i>	1974
<i>Maupassant – La sémiotique du texte: exercices pratiques</i>	1976(a)
<i>Sémiotique et sciences sociales</i>	1976(b)
<i>Un accident fréquent dans les sciences humaines (Analyse d'un texte de Georges Dumézil), Pour une théorie des modalités</i> (Esses dois textos constituíram o primeiro volume da coleção Monografias de semiótica e linguística, com o título <i>Semiótica do discurso científico. Da modalidade</i> )	1976(c)
<i>Sémiotique, dictionnaire raisonné de la théorie du langage</i> (em coautoria com Joseph Courtés)	1993 [1979]
<i>Du sens II – Essais sémiotiques</i>	1983
<i>De l'imperfection</i>	1987
<i>Sémiotique des passions</i> (em coautoria com Jacques Fontanille)	1991b
<i>Le beau geste</i> (redigido por Jacques Fontanille, com sugestões de outros colaboradores)	1993

Fonte: Elaboração própria

A partir da leitura dessas obras, objetiva-se descrever a evolução do conceito de enunciação no período em que o projeto semiótico esteve sob a condução e a organização de Algirdas Julien Greimas.

### 3.1 Semiótica do enunciado

A semiótica francesa considera como seu texto fundador a obra *Sémantique structurale* (1966), de A. J. Greimas, publicada no mesmo ano do primeiro volume de *Problèmes de linguistique générale I* (1976 [1966]), de Benveniste, portanto, quando da publicação dos primeiros estudos teóricos semióticos, apesar de já se reconhecer a existência de “uma situação não linguística de comunicação”, por questões metodológicas, optou-se pela exclusão de sua abordagem, entretanto, na linguística europeia, por meio das reflexões de Benveniste, entre outros, a preocupação com as questões enunciativas já era uma realidade há décadas.

Em *Sémantique structurale*, Greimas salientou que o problema envolvendo a significação encontrava-se no centro das preocupações daquela época (anos de 1960), porém, a posição dos estudiosos que se interessavam por esses questionamentos era muito desconfortável, pois o objeto e os métodos que comporiam o conjunto de ferramentas analíticas necessárias a uma semântica científica ainda não estavam definidos. O lento desenvolvimento dos estudos semânticos, as dificuldades de definição de seu objeto e a onda de formalismo que vigoravam naquele momento foram motivos que contribuíram para o retardamento da evolução desses estudos.

Segundo o autor, uma semântica científica só poderia ser construída a partir da união de uma linguagem descritiva, metodológica e epistemológica, ou seja, a união desses três diferentes níveis de linguagem constituiria a semântica em uma metalinguagem científica. E foi a essa tarefa que, no decorrer de quase três décadas, Greimas se dedicou com muito rigor.

Relendo *Sémantique structurale*, com o olhar voltado ao conceito de enunciação, pautado por princípios historiográficos anteriormente apresentados, observou-se que, ao pensar o problema da significação, Greimas partiu do modo de existência (ou modo de descrição) das estruturas elementares de base. Para tanto, primeiramente, ele considerou as relações no nível fonemático, esclarecendo que a estrutura elementar deveria ser buscada na oposição dos fonemas, respeitando determinado eixo semântico. Extrapolando os modelos fonológicos, portanto, aplicando-os em unidades mais vastas, passou-se dos fonemas aos lexemas, os quais se articulam em semas, sendo definidos como um conjunto sêmico cujas relações podem ser caracterizadas como hiperonímicas ou hiponímicas, dependendo da



direção que se toma, isto é, na direção do lexema aos semas - da totalidade às partes -, ou, ao contrário, dos semas ao lexema - das partes à totalidade. Uma vez mais ampliando o seu escopo, ou seja, alcançando dimensões ainda maiores, como os sintagmas e os enunciados, o estudioso demonstrou que essas diferentes unidades de comunicação, com diferentes dimensões e estruturas, estabeleciam relações que podiam ser descritas da mesma maneira.

É importante esclarecer nesse momento, a fim de evitar confusão terminológica, que, nesse estudo, Greimas empregou o termo “discurso” enquanto “enunciado”, ou seja, como um “ato acabado de comunicação, bastando-se a si próprio”. (GREIMAS, 1973, p. 50 [1966]).

Ao mudar de dimensão, passando do léxico ao plano do discurso, portanto, ao enunciado, o autor colocou a questão referente ao modo de presença (ou modo de manifestação) dessas estruturas no ato da comunicação. Segundo Greimas, as estruturas elementares da significação manifestam-se no ato da comunicação, porque é nesse momento que o significante encontra o significado, ou seja, a significação reúne os dois planos da linguagem (expressão e conteúdo, na terminologia de Hjelmslev), ato que configura a função semiótica. O estudioso declarou também que “Num universo significante a partir do qual opera, ela [a comunicação] escolhe, a cada vez, certas significações e exclui outras.” (1973, p. 50 [1966]). Joseph Courtés, em um texto de 1998, retomou esse pensamento, mas, em vez de “comunicação”, o autor empregou o termo “enunicação”, postulando que todo objeto

[...] jamais seria apreendido em sua totalidade por qualquer disciplina que seja; ele apresenta uma multiplicidade de facetas, de relações, e cada enunicação está necessariamente obrigada a fazer uma escolha entre elas, de apenas eleger uma às custas de todas as outras definitivamente abandonadas. Daí a pergunta que não se pode deixar de se colocar, a saber: a singularidade do ato de enunicação [...] não é essencialmente, e primeiramente, uma questão de ponto de vista? (COURTÉS, 1998, p. 33)<sup>20</sup>.

Dessa forma, entende-se que as reflexões apresentadas por Greimas no texto de 1966 são vestígios de que havia uma organização responsável pela produção da significação que, mais tarde, seria tratada, primeiramente, sob o primado do texto, como a união dos dois planos da linguagem, posteriormente, na perspectiva da instância do discurso, como a primeira tomada de posição, ato que depende da enunicação. Em relação à existência dessas

---

<sup>20</sup> No original: “[...] ne saurait jamais être appréhendé dans sa totalité par quelque discipline que ce soit; il présente une multitude de facettes, de relations, et chaque énonciation est nécessairement obligée de faire un choix parmi elles, de n’en prélever que quelques unes aux dépens de toutes les autres définitivement abandonnées. D’où ici la question qui ne peut manquer de se poser, à savoir: la singularité de l’acte d’énonciation [...] n’est-elle pas essentiellement, et d’abord, une question de point de vue? (COURTÉS, 1998, p. 33).

duas dimensões - texto e discurso -, Fontanille (2007 [1999]), anos mais tarde, em continuidade a esses estudos, esclareceu que,

Do ponto de vista do discurso, o ato é um ato de enunciação que produz a função semiótica. Certamente a função semiótica pode ser examinada de um outro ponto de vista, como a reunião consumada do plano do conteúdo e do plano da expressão, mas se trataria, nesse caso, do texto. (FONTANILLE, 2007, p. 97 [1999]).

Ainda em *Sémantique structurale*, ao tratar da manifestação da significação no texto, entende-se que Greimas principiou suas reflexões pelo componente semântico da linguagem, pois, o estudioso declarou que,

[...] se as figuras sêmicas, simples ou complexas, dependem do nível semiológico global, dos quais são simples articulações particulares prontas a se investir no discurso, os classemas, de seu lado, se constituem sistemas de caráter diferente e pertencem ao nível semântico global, cuja manifestação garante a isotopia das mensagens e dos textos. (1973, p. 73 [1966]).

Desse modo, pode-se dizer que o início da organização discursiva constituiu-se na investigação das isotopias - recorrências semânticas - compostas pelas figuras e pelos temas. A constituição do estatuto do sujeito enunciador, ou seja, do agente responsável por instaurar as estruturas discursivas, não fez parte dos postulados de *Sémantique structurale*. Apesar de Greimas ter reconhecido que todo discurso apresenta uma situação não linguística de comunicação, ele chamou a atenção para a importância de se ter cautela quanto a essa questão, pois,

Esta situação é recoberta por um certo número de categorias morfológicas que a explicitam linguisticamente, mas que introduzem ao mesmo tempo, na manifestação, um *parâmetro de subjetividade*, não pertinente para a descrição, e que é preciso, portanto, eliminar do texto [...]. (GREIMAS, 1973, pp. 200-201 [1966]).

Nessa obra, Greimas mencionou o termo sujeito, porém, reportando-se ao actante da estrutura narrativa, conceito desenvolvido na semiótica baseando-se no pensamento de W. Propp (1928) referente às funções narrativas e à análise estrutural dos contos russos. Na semiótica da Escola de Paris, essas reflexões contemplaram o enunciado e o tempo descontínuo, pois as preocupações estavam voltadas à descrição dos enunciados de estados e de suas transformações.

Denis Bertrand (2003 [2000]), apresentando uma abordagem de caráter historiográfico dos estudos enunciativos na semiótica, explicou que,

Longe de ser ignorado, o problema [as questões enunciativas] se apresentou a Greimas desde meados da década de 1960, em *Semântica estrutural*, onde ele foi resolvido categoricamente: a descrição semântica do texto enunciado deve ser feita expulsando de seu campo de pertinência a atividade enunciativa do sujeito falante. Tratava-se de construir a objetivação do texto. Isso implica, escreve ele [Greimas], “a eliminação do parâmetro da subjetividade” e das principais categorias que o manifestam: a pessoa, o tempo da enunciação, os dêiticos espaciais, os elementos fáticos. Essa eliminação, estritamente metodológica, na verdade delineava, como num negativo fotográfico, o espaço de uma análise enunciativa da atividade do discurso. (BERTRAND, 2003, p. 80 [2000]).

Outro semioticista a corroborar com as afirmações acima foi Eric Landowski (1992 [1989]). Esse estudioso afirmou que até meados dos anos de 1960, a semiótica excluiu, quase que totalmente, a dimensão enunciativa de suas discussões teóricas, explicando que essa postura se tratava

[...] de uma opção metodológica deliberada, baseada na constatação da pluralidade dos níveis de apreensão possível dos discursos e na necessidade prática daí resultante (para efetuar sua descrição de maneira eficaz) de tratar separadamente cada um dos níveis. Donde a precisão, no quadro de uma “primeira semiótica”, de um conjunto de procedimentos ditos de normalização, que visam fornecer à análise um plano de trabalho homogêneo, reduzido ao que um texto enuncia, uma vez aliviado das “marcas enunciativas” que o emolduram. (LANDOWSKI, 1992, p. 165 [1989]).

Landowski declarou que se tratava de priorizar a análise do discurso objetivado, conforme demonstram suas palavras,

[...] o privilégio assim concedido à análise do discurso “objetivado” e “normatizado” não implicava, porém, nenhuma exclusão de princípio quanto ao desenvolvimento de uma problemática relativa à dimensão “subjetiva” (ou intersubjetiva) do discurso - a da enunciação, precisamente. Ao contrário, a pertinência das duas perspectivas de pesquisa - enunciativa e enunciativa - era reconhecida antecipadamente. (LANDOWSKI, 1992, p. 165 [1989]).

Dessa forma, na década de 1960, priorizou-se uma semiótica do enunciado preocupada com a descrição dos estados e de suas transformações, em que foram estabelecidas as regras de organização da narrativa, isto é, uma sintaxe narrativa passível de analisar qualquer tipo de texto.

### 3.2 Enunciação pressuposta

Assim, em *Sémantique structurale*, Greimas deu os primeiros passos rumo a um

projeto semiótico que não parou de se expandir. Naquele momento, estando o foco das atenções voltado para a organização interna da significação, não era pertinente a investigação do conceito de enunciação, visto que ele se apresentava como um terreno ainda desconhecido, que oferecia perigo à imanência. Em relação à exclusão do sujeito no início do projeto semiótico, mais uma vez, Bertrand (2003 [2000]) expôs seu ponto de vista, esclarecendo que, no princípio, a semiótica fez abstração

[...] do sujeito enunciador para desvendar a organização interna dos dispositivos significantes: estruturas elementares tais como o quadrado semiótico, estruturas narrativas centradas no actante, estruturas discursivas tecidas em isotopias. Essa concepção semiótica deixa pouco espaço para a enunciação, e ainda menos para a interação. (BERTRAND, 2003, p. 79 [2000]).

Em *Du sens – Essais sémiotiques*, publicado em 1970<sup>21</sup>, Greimas inicia a obra apresentando uma aprofundada reflexão sobre o que é o sentido e quais são as condições necessárias para sua manifestação, tanto ao nível da semiótica linguística quanto ao nível da semiótica natural (prática gestual), isto é, tanto no que se refere ao verbal quanto ao gestual. Para ele, a significação é resultante de uma atividade metalinguística, ou seja, de uma “transposição de um nível de linguagem a outro, de uma linguagem a uma linguagem diferente e o sentido é apenas esta possibilidade de transcodificação” (1975, p. 13 [1970]), sendo, então, tarefa da atividade científica construir técnicas que permitam realizar as transcodificações de maneira adequada. Nota-se que a preocupação em constituir uma disciplina científica voltada para a problemática da significação, que se iniciou em *Sémantique structurale* (1966), continuou em *Du sens* (1970).

Na linguagem filosófica, assim como no senso comum, o termo “sentido” pode significar também direção, intencionalidade. Dessa forma, linguisticamente falando, “sentido” significa um processo de atualização orientado que pressupõe um sistema virtual ou realizado. De acordo com Greimas,

Os processos do conhecimento poderão desde já tomar duas vias: 1º manifestando-se sob forma de uma extensão horizontal, paralelamente à restauração e anexação pela ciência de novas semióticas [...]; 2º manifestando-se também como um conjunto de construções verticais, sob a forma de análises baseadas em semióticas já descritas [...]. (1975, pp. 21-22 [1970]).

Assim, a transcodificação pode ser vertical (entre níveis linguísticos) ou horizontal

---

<sup>21</sup> Nas citações, utilizaremos a tradução brasileira: *Sobre o sentido – Ensaio semiótico*, publicada em 1975.

(dicotomia processo/sistema) e a interpretação, uma sucessão de transcodificações, devendo obedecer a regras epistemológicas conhecidas como “princípio do empirismo”, formulado por Hjelmslev (1975, p. 10 [1961]), que postulou que a descrição da análise deve ser exaustiva, simples e não contraditória.

Ao tratar das condições necessárias para o desenvolvimento de uma semiótica não linguística, que Greimas chamou de semiótica do mundo natural, tomando a prática gestual como exemplo, o autor explicou que essa prática podia ser considerada como um conjunto de operações de transcodificação se fosse reconhecida a existência do eixo da comunicação, isto é, que a existência de um destinador-codificador (sujeito destinador) e de um destinatário-decodificador (sujeito destinatário) fosse pressuposta. Segundo Greimas, a introdução do sujeito na análise da significação poderia explicar essas diferentes formas de significação. Porém, a problemática referente ao conceito de sujeito da enunciação na semiótica era ainda nova naquele momento, então, sem acanhamento, o autor tomou emprestado da linguística os princípios de procedimentos referentes ao assunto e, remetendo, de maneira indireta, a Benveniste, declarou que

Trata-se de tomar aqui a já clássica distinção entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação. Sabe-se que a nível da semiótica linguística, os dois sujeitos, ainda que originalmente distintos – o locutor pertencendo à ordem não-linguística do estatuto da comunicação, no papel de emissor de mensagens, e o sujeito verbal dependendo da ordem do discurso linguístico – , podem sincretizar-se em enunciados do tipo “eu ando”, onde “eu” é simultaneamente sujeito do enunciado e sujeito da enunciação [...]. A nível da semiótica natural, os dois sujeitos são bem distintos: na prática gestual, o homem é sujeito do enunciado [...]; na gestualidade comunicativa, o homem é sujeito da enunciação [...]. (GREIMAS, 1975, p. 62 [1970]).

Observa-se, assim, que na “semiótica linguística” (expressão empregada por Greimas na citação acima) pode ocorrer sincretismo entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, porém, no caso da “semiótica do mundo natural”, não há sincretismo entre os dois sujeitos da gestualidade comunicativa, pois eles estão situados em um mesmo código de expressão que é o corpo humano.

Diante das reflexões apresentadas até esse momento, percebe-se que a constituição de um estatuto do sujeito da enunciação, em poucos anos, tornou-se premente. Assim, logo no início da década de 1970, a problemática envolvendo a enunciação, que teve seu limiar de forma implícita, em 1966, como vestígio de uma organização responsável pela produção da significação, começou a incomodar de maneira mais intensa a comunidade dos semioticistas.

Na introdução do livro de *Ensaio de semiótica poética* (1975), publicado em 1972, na

França, sob o título *Essais de sémiotique poétique*<sup>22</sup>, obra direcionada à elaboração de uma teoria voltada a explicar os discursos poéticos, Greimas destacou que era preciso estabelecer o estatuto da enunciação, processo que se opõe ao texto enunciado, e que isso se daria por meio das marcas textuais, ou “da totalidade de suas determinações textuais”. Da mesma forma, deveria também estatuir o sujeito da enunciação. Nesse texto, o estudioso alertava para que,

[...] ao tempo em que se recusa uma nova mistificação, que permitiria a reintrodução, por portas travessas, da problemática do “inefável”, deve-se procurar determinar o estatuto e o modo de existência do sujeito da enunciação. A impossibilidade em que nos vemos de falar, em semiótica, em sujeito puro e simples, sem o conceber necessariamente como parte da estrutura lógico-gramatical da enunciação, da qual é actante-sujeito, revela ao mesmo tempo os limites dentro dos quais encerramos deliberadamente nossa reflexão semiótica e o quadro teórico no interior do qual o seu estatuto pode ser precisado. Ou a enunciação é um ato produtor não-linguístico e, como tal, escapa à competência do semiótico, ou então ela se acha presente, de uma maneira ou de outra, – como um pressuposto implícito no texto, por exemplo – e, neste caso, a enunciação pode ser formulada como um enunciado de um tipo particular, isto é, como enunciado dito enunciação, por comportar outro enunciado como seu actante-objeto, vendo-se portanto reintegrada na reflexão semiótica que vai procurar definir o estatuto semântico e gramatical de seu sujeito. (GREIMAS, 1976, p. 26 [1972]).

Nas palavras acima, pode-se observar que, apesar da dúvida que pairava sobre a definição do conceito de enunciação, havia um indício da distinção que mais tarde resultaria em dois tipos de enunciação: enunciação enunciada (eu/aqui/agora) e enunciação enunciva (ele/alhures/então). Porém, era preciso ter em mente que a enunciação propriamente dita caracteriza-se por ser uma instância pressuposta; a enunciação enunciada é o simulacro da enunciação e a enunciação enunciva diz respeito ao enunciado enunciado. Segundo Bertrand (2003 [2000]), nesse pensamento greimasiano sobre o discurso poético, pode-se observar que,

Uma nova definição do estatuto da enunciação se apresenta, então, desenvolvida por Greimas por ocasião de uma reflexão sobre o discurso poético, em que o “parâmetro da subjetividade” pode ser considerado, mais que nos outros, como um elemento essencial. [...], o lugar da enunciação é reconhecido na medida, e somente na medida em que ela está logicamente pressuposta pela existência do enunciado. (BERTRAND, 2003, pp. 81-82 [2000]).

Nesse estudo, Greimas deixou claro que

No plano gramatical, pode-se dizer que a estrutura econômica da enunciação, na medida em que pode ser identificada com a comunicação de um objeto enunciado, entre destinador e destinatário, se acha logicamente

<sup>22</sup> Na citação, utilizamos a publicação brasileira *Ensaio de semiótica poética*, 1976.

anterior e hierarquicamente superior à estrutura do enunciado simples. O resultado é que os enunciados linguísticos de tipo “eu-tu” dão a impressão de que se encontram mais próximos do sujeito da enunciação não-linguística e produzem uma “ilusão de realidade” mais intensa. [...]. A análise dos *engates actanciais* constitui um capítulo importante, ainda não redigido, da semiótica [...], não se percebe de que maneira, sem voltar a cair na ontologia do sujeito, de que a semiótica literária a tão duras penas se libertou, seria possível conceber a definição do sujeito da enunciação a não ser através da totalidade de suas determinações textuais. (GREIMAS, 1976, p. 27 [1972]).

Destaca-se que a subjetividade, que foi excluída em meados da década de 1960, foi reintroduzida já no início dos anos de 1970, sob a condição de pressuposição lógica do enunciado.

Em julho de 1973, em sua visita ao Brasil, Greimas ministrou o curso “Teoria Semio-Linguística do Discurso”, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Barão de Mauá, em Ribeirão Preto, SP. Em resposta aos questionamentos dos professores Edward Lopes e Inácio Assis Silva, referentes aos problemas fundamentais que, naquela época, incomodavam os semioticistas, envolvendo as dicotomias enunciado/enunciação e linguagem-objeto/metalinguagem e a questão da isotopia (coerência do discurso), Greimas (1974, pp. 09-25), primeiramente, definiu enunciado como qualquer encadeamento sintagmático que transcende a frase e compõe o discurso, explicando que, se existe um enunciado enquanto objeto do pensamento, isto é, da enunciação, existe um sujeito responsável por esse enunciado, que seria o sujeito da enunciação.

Nesse sentido, Greimas definiu enunciação como um enunciado no qual apenas o actante-objeto é manifestado. Assim, apresentando a mesma estrutura do enunciado manifestado, a enunciação só poderia ser apreendida pela forma de pressuposição lógica, sendo o sujeito da enunciação também um sujeito lógico, não ontológico como o consideravam os linguistas (Émile Benveniste), os literatos (Gérard Genette) e os filósofos (Merleau-Ponty), postulando a existência de um referente exterior à linguagem. Dessa forma, a partir do enunciado, seria possível identificar uma estrutura actancial da enunciação, implícita ou explícita, responsável pela produção de obras inteiras, portanto, o processo de escrita também poderia ser destacado. O autor postulou que o discurso comportava níveis isotópicos de enunciação que se apresentavam sob a forma implícita (nível do enunciado) ou sob a forma de enunciação explicitada (nível da enunciação enunciada), este último sim constituindo um domínio de pesquisa. Além desses dois níveis, o discurso pressupõe um terceiro nível, o da enunciação propriamente dita.

Nota-se que como o nível enunciativo era um terreno que começava a ser explorado com mais cuidado naquela época – início dos anos de 1970 –, conseqüentemente, pairavam

muitas dúvidas sobre o assunto. Segundo pode-se observar nas reflexões de Greimas, a enunciação “parecia” ser o lugar das embreagens<sup>23</sup> – actancial, temporal e espacial –, lugar em que se instaura o eu/aqui, configurando a situação de comunicação, ou o ele/alhures, lugar fora da situação da enunciação. Além de postular que a enunciação era o lugar da embreagem, ele afirmou que esse era também o lugar da instauração dos sistemas de valores e da veridicção, estabelecida por meio de um contrato enunciativo entre o sujeito da enunciação e o destinatário. Nesse texto, o autor não chegou a mencionar “debreagem”, termo que apareceu na metalinguagem semiótica a partir da obra *Maupassant* (1976).

Diante desse quadro teórico incerto que começava a ser esboçado, apesar de destacar a importância do desenvolvimento dos estudos referentes à enunciação no conjunto teórico-epistemológico da semiótica, Greimas, cauteloso, advertiu para que essa problemática ficasse restrita ao texto, sendo somente extrapolada por meio da pressuposição lógica a partir do texto. Portanto, para esse estudioso, havia limites que não deveriam ser ultrapassados.

No período de 1972 a 1975, Greimas escreveu a obra intitulada *Maupassant – La sémiotique du texte: exercices pratiques*, publicada em 1976a. Nesse mesmo ano, o mestre lituano publicou duas outras importantes obras, *Sémiotique et sciences sociales* (1976b) – traduzida no Brasil em 1981 –, e os textos “Un accident fréquent dans les sciences humaines (Analyse d’un texte de Georges Dumézil)” e “Pour une théorie des modalités” (artigo publicado pela primeira vez na revista *Langages*, n. 43, 1976) – traduzidos para o Brasil e publicados em 1976c, sob o título “Semiótica do discurso científico. Da modalidade”, constituindo o primeiro volume da coleção *Monografias de Semiótica e Linguística* destinada a publicar trabalhos atuais de pesquisas como teses, dissertações, ensaios etc. Esses dois textos foram também inseridos em *Du sens II* (1983) em forma de capítulos. O texto “Un accident fréquent dans les sciences humaines”, além das duas publicações mencionadas acima, foi publicado também, em 1979, em *Introduction à l’analyse du discours en sciences sociales*.

Na obra *Maupassant* (GREIMAS, 1993 [1976a]), o autor apresentou uma análise rigorosa de um texto literário – o conto “Dois amigos”, de Guy de Maupassant –, na qual buscava confirmar os modelos teóricos estabelecidos até aquele momento referentes às organizações narrativas e discursivas. Tal abordagem, considerada pelo próprio autor como autodidática, partiu primeiramente da segmentação do conto em doze sequências e no estabelecimento de três principais critérios analíticos. São eles: disjunções temporais e

---

<sup>23</sup> Termo empregado por Roman Jakobson em “Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe”. In: *Essais de linguistique générale*. Paris. Éditions de Minuit, 1963.



espaciais (a mudança de uma sequência a outra, geralmente, era acompanhada de uma transformação do espaço e/ou do tempo – debreagem/embreagem), disjunção atorial (a maioria das sequências se distinguem pela permanência de um sujeito discursivo – ora o sujeito “dois amigos”, ora o “oficial prussiano”, ou ainda, o sujeito “Paris” – isotopia atorial) e uma lógica das aproximações (o reconhecimento de dois níveis autônomos de representação semântica, o nível lógico e o nível discursivo, e a existência de equivalência entre as representações desses dois níveis permitem associar os dois tipos de transformações – estruturais e discursivas – dimensão cognitiva).

As reflexões analíticas despertadas por esse conto levaram o autor a considerar que a discursivização acontecia de duas maneiras, pelo desenvolvimento da isotopia do conjunto das categorias espaciais, temporais e actoriais (sujeito discursivo) e pela figurativização dos papéis temáticos.

Ao considerar a intercalação das sequências, o autor observou que ela permitia examinar não a inserção de uma sequência na outra, como um encadeamento, mas a expulsão de uma sequência da linearidade do texto, de uma determinada isotopia, expulsão realizada pelos processos de disjunção temporal e espacial, seguida de sua recuperação ao contínuo discursivo. Esses fenômenos ficaram conhecidos como debreagem e embreagem respectivamente.

A debreagem foi definida como “o mecanismo que permite a projeção fora de uma dada isotopia de alguns de seus elementos, a fim de instituir um novo “lugar” imaginário e, eventualmente, uma nova isotopia” (GREIMAS, 1993, p. 38 [1976a]). A embreagem, ao contrário, constituiu-se na recuperação, ou na reintegração, desses elementos – conhecidos como dêiticos espaciais e temporais – ao contínuo discursivo. Dessa forma, tem-se debreagem e embreagem temporal e espacial.

Entretanto, essas reflexões ainda careciam de muitos estudos e aplicações analíticas para se solidificarem. O próprio autor declarou que, na “hipótese” da análise dos mecanismos de debreagem e de embreagem estar correta, a intercalação desses dois mecanismos aparecia “como um procedimento formal de organização discursiva” (GREIMAS, 1993, p. 40 [1976a]).

Diante da complexidade do assunto, Greimas continuava incansável em sua busca, sempre respeitando a coerência teórica. No estudo da obra *Maupassant*, ele observou que a transição de uma sequência a outra acontecia em um espaço chamado intercalar e por meio de dêiticos temporais e/ou espaciais. No caso do texto em análise, a transição da primeira sequência para a segunda se deu em um espaço mental, representado pelo fazer cognitivo do

reconhecimento, de uma identificação pela memória quando os amigos se reencontraram, opondo-se ao espaço pragmático representado pelo encontro dos dois amigos. Assim, tem-se a introdução do plano cognitivo da narrativa e, conseqüentemente, do conceito de ponto de vista.

Na leitura das sequências, o autor destacou a existência de um fenômeno que ele denominou “defasagem”; esse fato acontecia entre o desenrolar discursivo e as mudanças narrativas. Greimas esclareceu que “A defasagem entre a organização discursiva e a organização narrativa do texto é provavelmente suscetível de explicar certos aspectos do fenômeno complexo, designado com o nome de ‘ponto de vista’” (1993, p. 160 [1976a]), que consistia na identificação do sujeito discursivo com um dos sujeitos narrativos. Esses dois assuntos – a dimensão cognitiva e o conceito de ponto de vista – foram temas desenvolvidos por Jacques Fontanille em sua tese de doutorado, intitulada *Les points de vue dans le discours: de epistemologie à l’identification*, defendida em 1984, estudo que será abordado na primeira seção do capítulo 4 desta tese.

Entende-se que os estudos desenvolvidos na obra *Maupassant* revelaram o início de um desenvolvimento mais aprofundado dos estudos enunciativos na semiótica. Com essas reflexões Greimas concluiu que

Os mecanismos da “colocação em discurso” que, na perspectiva da produção textual, chegam, a partir de instâncias semióticas mais profundas, a desenrolar o texto em todas suas variações de planos e de figuras, são ainda mal conhecidos. Somente dois modos de produção de unidades discursivas – pelo menos tais como os vimos empregados no texto de Maupassant – puderam ser determinados no momento: são primeiramente procedimentos de debreagem e de embreagem, criadores de distâncias desiguais e variadas entre a instância da enunciação e a do enunciado, que instauram as unidades discursivas autônomas, definíveis pelo seu modo de produção gramatical; são em seguida procedimentos de conexão de isotopias que asseguram a coerência do discurso, apesar das variações de planos – abstratos e figurativos – de manifestações semânticas. (GREIMAS, 1976, p. 246 [1976a]).

Em *Sémiotique et sciences sociales* (GREIMAS, 1981 [1976b]), obra em que Greimas apresentou uma reflexão sobre o estatuto semiótico do discurso científico, logo no início do texto, o autor declarou que para passar do sistema a uma abordagem dos processos (ou da língua à fala, na terminologia saussuriana) exigia uma instância de mediação e um lugar de passagem – do virtual ao atual –, representado por um conceito gramatical cujo estatuto era de “actante sintático”, não de sujeito ontológico, que diz respeito à essência de qualquer ser existente, pois, se assim fosse, a coerência interna da teoria estaria em xeque.

O autor postulou que, na semiótica, o sujeito discursivo constituía-se em uma instância virtual construída no quadro geral da teoria, sendo tal instância a responsável pela transformação do sistema em processo, ou da forma paradigmática em sintagmática da linguagem, portanto, uma instância de mediação concebida sob a forma de actante. Nesse sentido, para o autor,

O sujeito do discurso é, portanto, aquela instância que, segundo a concepção saussuriana, não se limita a assegurar a passagem do estado virtual ao estado atual da linguagem: ele aparece como o lugar em que se encontra montado o conjunto dos mecanismos da *colocação em discurso da língua*. Situado em um lugar em que o *ser da linguagem* se transforma em *um fazer linguístico*, o sujeito do discurso pode ser chamado, sem falsa metáfora, de produtor do discurso. [...] A instância do sujeito falante, sendo ao mesmo tempo o lugar da *atualização da língua*, é também o lugar da *virtualização do discurso*; lugar em que estão depositadas, gozando de existência semiótica, as formas pressupostas do discurso, formas que este último, ao atualizar-se nas suas *performances*, só poderá manifestar incompleta e inacabadamente. (GREIMAS, 1981, p. 5 [1976b]).

Do ponto de vista das *performances* discursivas, Greimas destacou três planos, o individual, o social e o da práxis semiótica. No plano individual da linguagem, as competências são adquiridas pelo sujeito e aumentam com a prática discursiva; no plano social, as estruturas sintáticas são passíveis de transformações, conseqüentemente, o sujeito discursivo, considerado uma instância pressuposta, é um sujeito sempre em construção. Por fim, no plano da práxis semiótica, que busca apreender como se dá o fazer linguístico, a identificação do sujeito discursivo, ou do processo segundo o qual ele organiza e produz o discurso ocorre de duas maneiras: explicitamente, por aquilo que o sujeito nos faz saber de si mesmo; ou implicitamente, isto é, de uma maneira pressuposta por meio do discurso realizado, dando a conhecer as condições de sua existência semiótica e de sua produção. Portanto, o discurso é o lugar da construção do sujeito e o lugar de onde provém toda informação sobre esse sujeito. Assim, “Os mecanismos da colocação em discurso [...] só podem ser apreendidos pelos processos de pressuposição lógica ou pelo reconhecimento de suas explicitações parciais que se acham manifestadas nesse discurso.” (GREIMAS, 1981, p. 14, [1976b]).

A existência semiótica dos objetos se manifesta por meio do modo de sua presença no discurso, e a consolidação dessa existência, segundo Greimas, “[...] só pode ser uma tomada de posição efetuada pelo sujeito da enunciação a respeito de seu enunciado.” (GREIMAS, 1981, p. 12 [1976b]). Desta forma, o parecer verdadeiro característico da existência semiótica, isto é, sua modalização veridictória, está diretamente ligado à atividade do sujeito discursivo.

O sujeito da enunciação exerce um fazer persuasivo, que é um tipo de contrato enunciativo estabelecido entre os dois participantes do discurso. O fazer persuasivo é uma estratégia que se constitui nas escolhas feitas pelo destinador, baseadas em um conhecimento implícito compartilhado. Para Greimas, “Esse contrato enunciativo pressuposto, na medida em que é aceito pelo destinatário e mantido pelo destinador, garante as condições satisfatórias da transmissibilidade do discurso” (GREIMAS, 1981, p. 17 [1976b]).

Outro fato que se destaca nessa obra refere-se à estrutura da “Introdução”, segmentada em duas partes denominadas “Ciência: sistema e processo” e “O discurso e seu sujeito” (*Le discours et son sujet*). Jean-Claude Coquet, no início década de 1980, tomou emprestado a Greimas o título dessa segunda parte para intitular os dois volumes de sua obra *Le discours et son sujet* (1984 e 1985). Esse assunto será detalhado na primeira seção do capítulo 4 intitulada “O ponto de vista teórico de Jean-Claude Coquet”.

Ainda no ano de 1976, dois textos de Greimas – *Un accident fréquent dans les sciences humaines* (Analyse d’un texte de Georges Dumézil) e *Pour une théorie des modalités* – foram apresentados na obra *Semiótica do discurso científico. Da modalidade* (1976c)<sup>24</sup>, publicação brasileira. O primeiro texto, traduzido como “Semiótica do discurso científico”, teve como objetivo o exame do discurso científico, considerado pelo mestre uma “aventura cognitiva”. Para realizar essa tarefa, o autor selecionou, como objeto de análise, o prefácio da obra metodológica intitulada “Naissance d’Archanges”, de Georges Dumézil. A análise de um texto não literário como esse só foi possível porque o avanço do conhecimento da organização dos discursos figurativos propiciou a elaboração de regras direcionadas à organização dos discursos não figurativos. Assim, seguindo o mesmo princípio analítico utilizado no conto de Maupassant, isto é, de segmentar o texto em vários fragmentos, Greimas principiou seu estudo dividindo o texto (o prefácio) em três partes, denominadas “Discurso do saber e discurso da pesquisa”, “A narrativa do revés” e “A narrativa da vitória”.

Na primeira parte, a análise apresentou duas concepções de discurso, o realizado, configurado no livro propriamente dito – objeto produzido –, e o discurso na fase da atualização, como processo de produção. Destaca-se que essas duas concepções, por analogia, podem ser homólogas aos conceitos de enunciado (objeto produzido) e de enunciação (processo de produção).

A análise desse texto revelou que o enunciador instalou em seu discurso “um actante da comunicação” explícito, o qual Greimas, tomando o termo emprestado a Genette (1976

---

<sup>24</sup> Nas citações, utilizaremos como referência bibliográfica a tradução brasileira inserida no livro *Sobre o sentido II – Ensaio semióticos*, de 2014.

[1972]) denominou “narratário”, formando com o “narrador” o par de actantes debreados no discurso. Baseando-se nesse raciocínio, determinou que, em uma dimensão mais abstrata, ao enunciador caberia o correspondente enunciatário, completando o par de actantes da enunciação, implícitos e pressupostos pelo enunciado. Dessa forma, em uma nota de rodapé, Greimas explicou que,

Ao nos valermos do termo *narratário*, proposto por Genette, sugerimos que a terminologia da enunciação seja completada com a introdução de um par de actantes pressupostos e implícitos: *enunciador* vs. *enunciatário*, distinguindo-os, assim, dos mesmos actantes, *narrador* vs. *narratário*, instalados e manifestados no discurso pelo procedimento de *debreagem actancial*. (GREIMAS, 2014, p. 186 [1976c/1979/1980]).

É interessante destacar que Greimas, em uma nota de rodapé de um texto publicado em 1976, citou Genette, conforme apresentado acima, por sua vez, Genette (1976, p. 214 [1972]) também citou Greimas em nota de rodapé ao se referir à mesma questão, ou seja, à denominação de “narratário”, dizendo que ele deu essa denominação ao destinatário da narrativa seguindo a oposição proposta por Greimas entre destinador e destinatário. Esse fato é curioso, porque da forma como foi colocada, não ficou claro a quem se atribuir a iniciativa da denominação.

Seja como for, a partir de então, ficaram instituídos dois pares de actantes, narrador/narratário, referindo-se aos actantes delegados pelo enunciador por meio do mecanismo de debreagem actancial, e enunciador/enunciatário, constituindo o sujeito da enunciação.

Na continuidade, ficou demonstrado que, no discurso científico em análise, houve uma expulsão do sujeito da enunciação com traços antropomórficos. Essa ausência aconteceu de duas maneiras: pela construção sintática passiva, em que há o apagamento do narrador, e por meio de uma construção reflexiva que não deixou marcas da enunciação. Em relação a essas questões enunciativas, Greimas apresentou a seguinte explicação,

No primeiro caso, o enunciado produzido estava ligado e era submetido à interpretação, simulada do enunciatário, ao passo que no segundo ele é desligado, tanto quanto possível, da instância da enunciação para surgir como o discurso da não-pessoa, que não pertence a ninguém, isto é, como discurso objetivo cujo sujeito seria a ciência que se faz por si mesma. (GREIMAS, 2014, p. 188 [1976c/1979/1980]).

No segundo texto, inserido na publicação brasileira acima mencionada, cujo título foi traduzido como “Da modalidade”, Greimas sinalizou para a necessidade de se explicitar uma

teoria das modalidades discursivas. Buscando atingir esse objetivo, primeiramente, o autor definiu modalização como “uma modificação do predicado pelo sujeito”. A partir dessa definição, entende-se que quem realiza essa modificação, esse ato, é a instância do sujeito; nesse sentido, o ato de linguagem só se manifestava na forma de enunciado. Greimas (2014, p. 80 [1976c]) explicou que todo ato pode ser representado por “aquilo que faz ser”. Nesse enunciado, dois predicados se sobressaem, fazer e ser. Sendo o predicado o núcleo de um enunciado elementar, então, dois tipos de enunciados elementares foram estabelecidos: enunciado de fazer (de transformação) e enunciado de estado (de junção), sendo que o enunciado de fazer rege o enunciado de estado. Essa organização representada pelos dois enunciados – “fazer-ser” –, foi denominada *performance*. Porém, a *performance* não representa o ato em si. Toda *performance* pressupõe a competência, entendida como o “ser do fazer”. Nesse sentido, o ato pode ser representado por uma estrutura de subordinação (denominada hipotática) que conjuga competência e *performance*, sendo, tanto uma como a outra, estruturas modais. Entretanto, só a competência não garante a realização do ato, pois,

[...] o sujeito pode, por exemplo, ser dotado do poder-fazer e nem por isso possuir o querer-fazer que deveria precedê-lo. Trata-se aqui de uma dificuldade que a catálise, a explicitação dos pressupostos, não pode resolver sozinha, pois tudo se passa como se as modificações sucessivas que constituem a competência pragmática do sujeito não fossem provenientes de uma única instância original, mas de várias [...]. (2014, p. 93 [1976c]).

Landowski em *A sociedade refletida: ensaio de sociosemiótica* (1992 [1989]) fundamentou suas reflexões na teoria das modalidades para definir enunciação. Tal reflexão será apresentada no capítulo 4 deste trabalho.

Outra estrutura modal importante, que se situa no plano cognitivo, investigada e apresentada nessas reflexões de Greimas, foi a categoria de veridicção, que ocorre quando um enunciado de estado modifica outro enunciado de estado, sendo configurado em “ser do ser”. Em se tratando do ato de linguagem, no plano actancial, cada enunciado tem seu sujeito, sendo um sujeito modal e um sujeito de estado. No plano actorial, esses dois actantes correspondem ao sujeito da enunciação (enunciador/enunciatário). O enunciatário é o sujeito modalizador que sanciona o enunciado produzido pelo enunciador. O predicado modal “ser do ser”, que representa a competência cognitiva, pode ser projetado no quadrado semiótico como uma categoria modal decomposta no esquema “ser/não ser”, denominada imanência, articulada a outra categoria modal decomposta no esquema “parecer/não parecer”, chamada de manifestação, assim, a veridicção atua sobre as dimensões do ser e do parecer. Tal

articulação constitui-se de dois eixos: dos contrários “ser/parecer” (verdade) e dos subcontrários “não parecer/não ser” (falsidade) e de duas dêixis: positiva “ser/não parecer” (segredo) e negativa “parecer/não ser” (mentira). Greimas postulou que “o ato de um sujeito qualquer se encontra como que envolto por instâncias modalizantes de um segundo sujeito situado na dimensão cognitiva” (GREIMAS, 2014, p. 87 [1976c]).

Até esse momento, observa-se que a organização sintagmática do ato é muito parecida à do programa narrativo, que, articulado em competência e *performance*, se referia ao destinador que “faz o sujeito fazer” e, em seguida, o sanciona. Nota-se que, nesse texto, Greimas expressou seu desejo em relação à constituição de uma teoria das modalidades ao declarar que

Esperamos que a instalação do dispositivo sintagmático das modalidades que acabamos de propor ajude a estabelecer os pontos de reflexão e a traçar as configurações dos campos epistêmicos a partir dos quais uma teoria das modalidades poderia ser concebida e construída. (2014, p. 88 [1976c]).

Quer se trate da competência pragmática (ser do fazer), quer da competência cognitiva (ser do ser), o “ser” se apresenta como uma instância potencial, lugar de tensão entre o ponto zero (instância *ab quo*) e o ponto de realização do fazer ou do ser (instância *ad quem*). Por conta dessa tensão, a instância potencial recebe sobredeterminações modais (querer, dever, poder, saber), que modulam o estado potencial (competência) e regem os enunciados de fazer e de estado. Articulando-se os enunciados modais (fazer/ser) com os quatro predicados modais, chega-se às modalidades deônticas (fazer) e às aléticas (ser).

Considerando-se somente a competência pragmática e articulando-a em dois níveis de existência semiótica – virtualizantes e atualizantes, na tradição saussuriana “virtual e atual” – que se relacionam por pressuposição, a partir da *performance*, tem-se a seguinte organização sintagmática das modalidades:

Quadro 2 - Organização sintagmática das modalidades

COMPETÊNCIA		PERFORMANCE
Modalidades virtualizantes	Modalidades Atualizantes	Modalidades Realizantes
Dever-fazer Querer-fazer	Poder-fazer Saber-fazer	Fazer-ser

Fonte: Greimas (2014, p.93 [1976c])

De definições em definições, de articulações em articulações, as categorias modais foram, aos poucos, tomando forma, porém havia um vasto campo a ser explorado. Em seu

texto, Greimas declarou que ainda era impossível dar respostas a todas as questões que surgiam e concluiu seu pensamento postulando que

A necessidade, sentida há muito, de introduzir e explicitar a componente modal de uma gramática discursiva vindoura está na origem deste texto e das reflexões nele contidas. O que inicialmente se resumia a um desejo de assinalar a existência de um local de questionamentos e um campo teórico a ser desbravado propiciou alguns desenvolvimentos mais aprofundados, algumas formulações provisórias; isso porém não significa que o imenso domínio de intervenções modais – pensamentos principalmente nas modalizações epistêmicas – tenha sido explorado. (GREIMAS, 2014, p. 101 [1976c]).

A teoria das modalidades foi a grande “guinada” da semiótica porque, a partir de então, foi possível explicar os efeitos passionais nos discursos. De acordo com Fontanille (2007, p. 184 [1999]), “Do ponto de vista da história da semiótica do discurso, a teoria das modalidades foi o primeiro passo na direção de uma semiótica das paixões [...]”.

A cada análise, os princípios de organização discursiva foram se desenhando. Greimas, aos poucos, foi construindo o complexo conjunto teórico dos conceitos enunciativos da semiótica, até culminar, em 1979, na publicação do *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, obra elaborada juntamente com Joseph Courtés. Portela (2008) afirma que

Se o Dicionário I, de Greimas e Courtés (1979) é, de fato, o divisor de águas no pensamento semiótico, é justamente porque concentra, explica e emenda as aquisições teóricas que podem ser encontradas de maneira explícita (algumas vezes em fase de testes, outras, mais primárias, em fase de construção) nessas duas obras<sup>25</sup> de 76. (PORTELA, 2008, p. 69).

O dicionário apresentou uma reflexão sobre os conceitos que constituíram os princípios gerais da teoria semiótica até aquele momento. Seus autores reforçaram e complementaram as definições desenvolvidas no período de mais de uma década de estudos. Segundo esses dois semioticistas,

[...] **enunciação** se definirá de duas maneiras diferentes: seja como estrutura não-linguística (referencial) que subtende à comunicação linguística, seja como uma instância linguística, logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que dela contém traços e marcas\*). (COURTÉS; GREIMAS, 2008, p. 166 [1979]).

---

<sup>25</sup> As duas obras a que Portela (2008) se refere dizem respeito à *Maupassant - A semiótica do texto: exercícios práticos* (1993 [1976]), de A. J. Greimas, e à *Introdução à semiótica narrativa e discursiva* (1979 [1976]), de Joseph Courtés.



Os autores explicaram que a primeira definição de enunciação como instância de colocação em discurso se deve aos estudos de Benveniste, uma concepção que se relaciona ao contexto extralinguístico em que a comunicação acontece; e a segunda é a da semiótica que a considera instância pressuposta pelo enunciado e de mediação entre as estruturas semionarrativas – que compreendem as estruturas semióticas do nível fundamental e do narrativo –, e as discursivas – pertencentes a um nível mais superficial. As estruturas discursivas organizam, por meio da enunciação, a colocação em discurso das estruturas semionarrativas. As estruturas semionarrativas, ao se atualizarem por meio do processo de enunciação, constituem a competência do sujeito da enunciação. Os autores do dicionário esclareceram também que

O conjunto dos procedimentos capazes de instituir o discurso como um espaço e um tempo, povoado de sujeitos outros que não o enunciador, constitui assim para nós a **competência discursiva** no sentido estrito. Se se acrescenta a isso o depósito das figuras\* do mundo e das configurações\* discursivas que permitem ao sujeito da enunciação exercer seu saber-fazer figurativo, os conteúdos da competência discursiva – no sentido lato desse termo – se encontram provisoriamente esboçados. (COURTÉS; GREIMAS, 2008, p. 167 [1979]).

Além de apresentar uma definição do conceito de enunciação de uma maneira mais elaborada, uma vez que os estudos enunciativos já vinham sendo desenvolvidos há alguns anos, porém não uma definição acabada, pois, em se tratando de ciência, as formulações não são definitivas, são “permanências de objetivos”<sup>26</sup>, os autores apresentaram também uma definição do procedimento de debreagem

[...] como a operação pela qual a instância da enunciação\* disjunge e projeta fora de si, no ato\* de linguagem e com vistas à manifestação\*, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso\*. Se se concebe, por exemplo, a instância da enunciação como um sincretismo\* de “eu-aqui-agora”, a debreagem, enquanto um dos aspectos constitutivos do ato de linguagem original, inaugura o enunciado, articulando ao mesmo tempo, por contrapartida, mas de maneira implícita, a própria instância da enunciação. O ato de linguagem aparece, assim, por um lado, como uma fenda criadora do sujeito, do lugar e do tempo da enunciação e, por outro, da representação actancial, espacial e temporal do enunciado. (COURTÉS; GREIMAS, 2008 [1979], p. 111).

Considerando que a instância da enunciação emprega as categorias de pessoa, tempo e espaço para construir o discurso, tem-se, então, a debreagem actancial, temporal e espacial.

---

<sup>26</sup> Termo empregado por Fiorin no “Prefácio” do *Dicionário de semiótica* (2008, p. 7).

Em relação à debreagem actancial, o enunciador pode projetar no discurso tanto os actantes da enunciação como os do enunciado. No primeiro caso, tem-se debreagem enunciativa, que resulta na forma discursiva conhecida como “enunciação enunciada”, considerada o simulacro da enunciação propriamente dita; no segundo caso, a debreagem é denominada enunciva, produzindo o “enunciado enunciado”. Além desses dois tipos de debreagens actanciais, há também debreagens internas (de 2º ou de 3º grau), quando o narrador delega voz a um actante do enunciado. Aos actantes da enunciação denominou-se enunciator/enunciatário; seguindo a terminologia de Genette, os actantes da enunciação enunciada ficaram conhecidos como narrador/narratário; interlocutor/interlocutário foram os termos reservados aos actantes das debreagens internas.

A debreagem temporal também apresenta dois tipos de unidades discursivas, a enunciativa e a enunciva. O tempo enunciativo relatado é o “tempo de agora”, o tempo enuncivo é o “tempo de então”. Como as debreagens actancial e temporal, a debreagem espacial também se apresenta em duas formas discursivas, espaço enunciativo relatado que é o espaço “aqui”, e o espaço enuncivo inscreve-se como o espaço “alhures”.

Da mesma maneira, definiu-se também o mecanismo de embreagem. Primeiramente, em 1974, no artigo “*L’énonciation: une posture épistémologique*”, Greimas afirmou que a enunciação parecia ser o lugar das embreagens. A divisão embreagem/debreagem apareceu em 1976a, na obra *Maupassant*, como mecanismo de produção de unidades discursivas, criadores de distâncias entre a instância da enunciação e a do enunciado.

Sendo o processo de debreagem definido como um procedimento que instaura as categorias actanciais, temporais e espaciais no enunciado, a embreagem, por sua vez, produz um efeito contrário, isto é, de aparente retorno dessas categorias à instância da enunciação. Assim, os autores do dicionário definiram embreagem como:

[...] o efeito de retorno à enunciação, produzido pela suspensão\* da oposição entre certos termos da categoria de pessoa e/ou do espaço, e/ou do tempo, bem como pela denegação da instância do enunciado. Toda embreagem pressupõe, portanto, uma operação de debreagem que lhe é logicamente anterior. (COURTÉS; GREIMAS, 2008 [1979], pp. 159-160).

Da mesma forma como ocorre com o mecanismo de debreagem, há também embreagem actorial, temporal e espacial, e há a embreagem enunciativa, a enunciva e a debreagem interna (de segundo grau). Courtés e Greimas esclarecem que

6. A tipologia\* dos procedimentos de embreagem [...], aliada à dos procedimentos de debreagem que é dela inseparável, é a única capaz de dar

os fundamentos da definição – e da tipologia – das unidades\* discursivas, e de esclarecer, de um novo ângulo, o conceito de escritura\*. (COURTÉS; GREIMAS, 2008, p. 162 [1979]).

Em relação às definições do *Dicionário de semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979]), destacam-se ainda aquelas referentes às duas dimensões do nível superficial narrativo. Segundo Courtés e Greimas (2008, p. 141 [1979]), “No nível superficial da narrativa, distinguem-se dimensões pragmática\* e cognitiva\*, consideradas como níveis distintos e hierarquicamente ordenados nos quais se situam as ações, os acontecimentos descritos pelos discursos”. A dimensão cognitiva, sendo hierarquicamente superior, pressupõe a dimensão pragmática.

À dimensão pragmática, que serve de referente interno à dimensão cognitiva, correspondem as descrições narrativas, isto é, os encadeamentos de ações. Os objetos pragmáticos são valores descritivos. A atividade desenvolvida nessa dimensão chama-se “fazer pragmático” e o sujeito responsável por essa atividade é o “sujeito pragmático”, conseqüentemente, tem-se a competência e a *performance* pragmática.

A dimensão cognitiva diz respeito aos conhecimentos atribuídos ao sujeito do discurso. A expansão dessa dimensão nos discursos narrativos configura uma transposição entre o figurativo e o abstrato (ou menos figurativo). Assim como a dimensão pragmática, a dimensão cognitiva apresenta suas próprias atividades. Dessa maneira, tem-se o fazer cognitivo, o sujeito cognitivo – que, na semiótica, ficou conhecido como sujeito observador –, a sanção cognitiva, a competência e a *performance* cognitiva. Essa dimensão apresenta também a debreagem cognitiva enunciativa e a enunciativa. Levando-se em conta a atividade cognitiva do enunciador e do enunciatário, tem-se a seguinte tipologia dos discursos cognitivos: interpretativos, persuasivos e científicos.

Na semiótica, o reconhecimento da dimensão cognitiva ocorreu quando da análise de um texto literário apresentado por Greimas na obra *Maupassant* (1993 [1976a]). Na ocasião, o semioticista declarou que “O reconhecimento desta nova dimensão de que, por ora, se vê mal a configuração de conjunto não é senão uma abertura para novos campos de exploração”. (1993, p. 245 [1976a]). Com a constatação dessa dimensão, um dos novos campos de exploração a que o estudioso se referiu foi em relação ao conceito de ponto de vista, reflexão mencionada no início deste capítulo.

No *Dicionário de semiótica*, seus autores apresentaram uma definição de ponto de vista como sendo

Um conjunto de procedimentos utilizados pelo enunciador\* para fazer variar o foco narrativo, isto é, para diversificar a leitura que o enunciatário fará da narrativa, no seu todo, ou de algumas de suas partes. Esta noção é intuitiva e demasiadamente complexa: esforços teóricos sucessivos tentaram extrair daí articulações definíveis, tais como a colocação em perspectiva e a focalização; um melhor conhecimento da dimensão cognitiva\* dos discursos narrativos levou-nos, igualmente, a prever a instalação, no interior do discurso, do sujeito cognitivo dito observador. (COURTÉS; GREIMAS, 2008, p. 377 [1979]).

Assim como para o conceito de ponto de vista, o dicionário apresentou também uma definição para focalização, explicando que esse conceito

[...] serve para designar, na esteira de G. Genette, a delegação feita pelo enunciador\* a um sujeito cognitivo\*, chamado observador, e a sua instalação no discurso narrativo: esse procedimento permite, assim, apreender quer o conjunto da narrativa, quer certos programas pragmáticos\*, apenas do “ponto de vista” desse mediador. [...]. Notar-se-á, entretanto, que esse conceito de focalização que, conjugado com a colocação em perspectiva\*, **esgota a antiga noção de “ponto de vista”**, é ainda provisório [...]. (COURTÉS; GREIMAS, 2008, p. 241 [1979]) (Grifo nosso).

A declaração acima causa certa confusão, pois os autores afirmaram que o conceito de focalização, conjugado ao de perspectiva, esgotaria a antiga noção de ponto de vista. Na realidade, o conceito de focalização foi empregado no campo da literatura, enquanto o conceito de ponto de vista foi aprofundado pelo semioticista Jacques Fontanille, conforme será demonstrado no capítulo 4 desta tese.

Destaca-se que as reflexões apresentadas até esse momento correspondem a pouco mais de uma década de estudos semióticos, considerando o ano de 1966<sup>27</sup> como o marco inicial da teoria. Nesse período, enquanto na comunidade linguística esses estudos se firmavam cada vez mais, na semiótica, apresenta-se como um terreno instável. Em relação a esse panorama semiótico, Bertrand disse que,

Enquanto a enunciação ia se mostrando cada vez mais, ao longo dos anos de 1970, como a noção dominante de toda a pesquisa linguística, seu estatuto na semiótica permanecia ambíguo: ela criava problema. Mesmo reconhecendo sua importância crítica em relação ao estruturalismo formal, o semioticista percebia a enunciação e sua “situação” como a entrada de direito no universo extralinguístico na imanência tão laboriosamente construída do objeto-linguagem, ele desconfiava de um sujeito da fala soberano, ele temia, sob a invocação do *ego* ou acobertado pelo dialogismo, o retorno à ontologia do sujeito, que caracterizava particularmente os estudos literários. (BERTRAND, 2003, pp. 79-80).

---

<sup>27</sup> Ano de publicação, na França, da obra *Sémantique structurale*, de J. A. Greimas.

A obra publicada em 1983, intitulada *Du sens II: Essais sémiotiques*<sup>28</sup>, pode ser considerada uma coletânea de artigos publicados, entre 1973 a 1982, em revistas, ou mesmo, em capítulo de livro, como aconteceu com “*Des accidents dans les sciences dites humaines*” que foi publicado em *Introduction à l’analyse du discours en sciences sociales* (1979) . Na obra, o autor não só recapitulou o estudo que vinha sendo desenvolvido na semiótica como também antecipou concepções, que seriam desenvolvidas no decorrer da década de 1980, como foi o caso dos estudos sobre as paixões que, juntamente com a sintaxe modal, constituiu-se em um arcabouço teórico que permitiu uma análise mais precisa dos discursos. Greimas, na “Introdução” do livro, premunciou que os textos ali reunidos

[...] deixarão de ser testemunhos das errâncias de uma história verdadeira para ser, também, balizas que, com um pouco de sorte, permitirão reconstituir uma história verídica, pois o sobrevoo que ensaiamos nas páginas seguintes não se inspira em uma abordagem genética que retrata todas as hesitações do pesquisador, mas em uma aproximação gerativa que visa encontrar, partindo da foz e buscando a nascente, o fio condutor e o sujeito de uma prática semiótica que supera esforços particulares. (GREIMAS, 2014, p. 18 [1983]).

A década de 1980 foi muito produtiva para os estudos enunciativos, tanto para consolidar o quadro teórico que começou a ser esboçado nos anos de 1970, como para a incorporação de novos componentes à epistemologia semiótica, como foi o caso dos estudos das paixões, que tornou urgente a necessidade de expansão do projeto semiótico. Duas obras marcaram essa reviravolta no conjunto teórico-epistemológico da teoria: *Sémiotique des passions. Des états de choses aux états d’âme* (1991a) e *De l’imperfection* (1987).

### 3.3 Introdução do componente passional à epistemologia da semiótica

*Sémiotique des passions*, apesar de ter sido publicada em 1991, a obra reuniu reflexões desenvolvidas nos seminários organizados por A. J. Greimas, em Paris, no decorrer dos anos de 1980. Nesse livro, publicado em 1993 no Brasil, dois anos após seu lançamento na França, os autores apontam para a necessidade de se fazer ajustamentos epistemológicos no quadro teórico da disciplina por conta da introdução do componente passional que se tornou um elemento importante na construção do sentido global do texto.

A semiótica francesa, em seu primeiro momento, considerou a interpretação narrativa, distinguindo três modos de existência do sujeito narrativo: o virtualizado, o atualizado e o

---

<sup>28</sup> Na citação, utilizamos a tradução brasileira intitulada: *A busca do sentido*. A linguagem em questão, publicada em 2013.

realizado, determinados pela junção, isto é, pela relação que une o sujeito ao objeto, constituindo os enunciados de estado. Ao projetar esses três modos de existência no quadrado semiótico e correlacioná-los às categorias semânticas (conjunção, disjunção, não conjunção e não disjunção), percebeu-se que havia uma posição (não disjunção) a ser preenchida. Os autores de *Sémiotique des passions* (1991a) consideraram esse espaço um lugar hipotético, denominando-o modo de existência potencializado, isto é, que existe em estado latente, ainda não manifesto.

Com o modo de existência potencializado, preencheu-se a quarta posição do quadrado semiótico e tornou-se possível estabelecer uma correlação entre os quatro modos de existência do sujeito narrativo (realizado, virtualizado, atualizado e potencializado) e as quatro categorias semânticas da relação junctiva (conjunção, não conjunção, disjunção e não disjunção). A convocação dos elementos do nível semionarrativo dá origem ao sujeito discursivo, isto é, o procedimento de convocação corresponde à colocação em discurso tanto dos elementos do nível semionarrativo quanto das variações da tensividade fórica. A mudança de estatuto de sujeito narrativo para sujeito discursivo depende da práxis enunciativa<sup>29</sup>, considerada, nesse momento, como instância de mediação entre as instâncias semionarrativas e discursivas, cujo responsável é o sujeito potencializado. Dessa forma, a potencialização foi entendida como uma porta de entrada do imaginário e do universo passional, responsável pelo impulso que faz com que o sujeito passe da competência à *performance*.

Na verdade, sem empregar o termo “práxis enunciativa”, tal conceito foi considerado por Greimas em *Semiótica e ciências sociais* (1981 [1976]) ao explorar a oposição *langue/parole*. Para o mestre lituano, a fala é

[...] caracterizada pelo livre uso do *thesaurus* lexical, é criadora das zonas de comunicação particularizadas; porque, idealmente livre, ela se coagula e se congela no uso, dando origem, por redundâncias e amálgamas sucessivos, a configurações discursivas e estereotípias lexicais que podem ser interpretadas como outras tantas formas de “socialização” da linguagem. (GREIMAS, 1981, p. 41 [1976]).

Em 1998, na obra *Tension et signification* (2001 [1998]), Fontanille e Zilberberg introduziram uma modificação, na correspondência dos modos de existência apresentados em *Semiótica das paixões* (1993 [1991a]). Para esses autores, a atualização, antes considerada disjuntiva, passou a ocupar a posição da não-disjunção; a potencialização, a posição da não-

<sup>29</sup> O conceito de práxis enunciativa foi retomado e reformulado por Denis Bertrand (1993). Esse assunto será abordado no capítulo 4 “Principais percursos teóricos da semiótica francesa”.

conjunção; a virtualização foi considerada disjuntiva, uma vez que, na atual concepção linguística, a atualização corresponde ao percurso das estruturas virtuais em direção à manifestação, à realização e à potencialização, como um ciclo em contínua atualização.

Uma das consequências dos estudos das paixões, iniciados no limiar da década de 1980, foi a introdução, no conjunto teórico da semiótica, de questões referentes ao conceito de presença. Essa questão tomou proporções ainda maiores depois da publicação do livro *De l'Imperfection* (1987) em que seu autor, A. J. Greimas, empreendeu uma reflexão sobre a “estesia”. Além do conceito de presença, outros conceitos pertencentes ao quadro atual da semiótica francesa como os de acontecimento e os de formas de vida foram introduzidos a partir das reflexões semióticas dessa época, o que leva a concluir que Greimas estava ciente dos rumos que a semiótica poderia tomar no futuro.

A continuidade das investigações referentes ao universo sensível se desdobrou em várias vertentes dentro da semiótica de linha francesa. Um dos caminhos abertos com a introdução do componente passional foi a problemática envolvendo o conceito de presença na semiótica. Fontanille e Zilberberg, em *Tension et signification* (1998), apresentaram o conceito sob a forma de estrutura tensiva, ou seja, consideraram as dimensões enunciativas actanciais, temporais e espaciais como categorias tensivas. Os autores reconhecem também que a percepção é a base da apreensão da significação, atribuindo ao ato perceptivo prioridade na organização do processo de significação, essas questões serão tratadas no capítulo 4 desta tese.

No último Seminário de Semântica Geral de Algirdas Julien Greimas na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, que se realizou entre 1991 e 1992, em Paris, sob a organização de Jacques Fontanille, ocorreram vários debates referentes ao tema “estética da ética”. Foi a partir das anotações deixadas por Greimas após sua morte em 1992 que Fontanille organizou o artigo intitulado *Le beau geste* publicado na revista *Recherches sémiotiques. Semiotic inquiry*, 1993.

Nesse texto, que Greimas preparou para a sessão introdutória do seminário, o autor reflete a respeito dos laços que unem as dimensões estética e ética do belo gesto, sendo que a primeira é do domínio do sujeito do gesto e a segunda pertence ao espectador. Greimas esclarece que o belo gesto se configura na afirmação do individual em prejuízo do coletivo; no espetáculo intersubjetivo entre o sujeito do belo gesto e o observador (espectador), no qual este último é muito solicitado, pois, pode relê-lo a seu modo, dessa maneira, o espectador é instigado a participar da criação de um novo universo de valores como “coenunciador”; e na reinvenção da semiose, isto é, da relação entre o plano da expressão e do conteúdo a partir da

união da estética com a ética. Assim, o belo gesto é apreendido na totalidade do processo, ou seja, na figurativização de todas as suas etapas.

O belo gesto se caracteriza por uma moralidade intransitiva e pessoal, que aparece como ruptura do ato (da moralidade transitiva – social), como a irrupção do inesperado, portanto, não pode ser normatizado como se fosse um comportamento convencional pertencente a uma moralidade social. Nesse sentido, pode-se entender que há uma inversão de valores considerada como a negação de um percurso esperado. A ruptura do ato provoca uma nova concepção de vida, ou uma nova forma de vida, portanto, o belo gesto pode ser considerado um operador que desencadeia uma forma de vida.

Quanto maior for a negação, isto é, quanto maior for a economia do plano da expressão, maior será a abertura para o universo de valores, conseqüentemente, mais abundante serão as maneiras de interpretá-las. Dessa forma, a sutileza do belo gesto consiste em seu sujeito saber dosar o plano da expressão ao mínimo, de modo que haja uma maior abertura no plano de conteúdo. Sobre essa questão, Greimas e Fontanille postularam que

O belo gesto é uma invenção por negação: negação de uma moral social fundada sobre a troca, negação de um sistema de valores cuja valência é função dos desejos da coletividade, negação de programas narrativos cujo desenvolvimento em processo é dessemantizado e dessensibilizado; invenção de uma ética individual não reproduzível, de um universo de valores aberto sobre múltiplos possíveis ainda indeterminados, invenção de formas de vida [...] que se instalam, pouco depois da negação fundadora, graças a uma nova afirmação que imporá suas determinações. (GREIMAS; FONTANILLE, 2014, p. 32-33).

Da parte do espectador, ele apreende uma forma de vida por sua recorrência, sua permanência e por sua deformação coerente que se reflete a todos os níveis do percurso – sensível, tensivo, passional, axiológico, discursivo e aspectual.

Conforme ficou demonstrado, a problemática envolvendo as questões enunciativas estava presente desde o início da constituição teórica da semiótica. A evolução natural da teoria permitiu que, no final da década de 1970, uma definição do conceito fosse apresentada no primeiro volume do Dicionário de semiótica (2008 [1979]), obra tida como um manual conceituando as principais ferramentas teóricas da semiótica, assim, a enunciação ficou oficialmente conhecida como instância pressuposta pelo enunciado e instância de mediação entre as estruturas semionarrativas e discursivas. Na década de 1980, os estudos enunciativos foram intensificados, não só consolidando o quadro que vinha sendo esboçado como também abrindo novos horizontes. Foi o que aconteceu, ainda na década de 1980, resultante dos estudos sobre as modalidades, a dimensão passional tornou-se evidente e o quadro teórico-



epistemológico da semiótica expandiu-se mais uma vez. Consequentemente, nos anos de 1990, o conceito de enunciação adquiriu novas características, a da enunciação em ato, que passou a considerar a presença (do sujeito ou do corpo próprio) e o presente (linguístico), dois elos que ligou a semiótica à fenomenologia, porém, esses estudos foram desenvolvidos sem a presença de A. J. Greimas.

No próximo capítulo, investigaremos o conceito de enunciação nos principais percursos teóricos enunciativos da semiótica da Escola de Paris.

#### 4 Principais percursos teóricos enunciativos da semiótica francesa

“Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.

De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.”  
(João Cabral de Melo Neto)

Neste capítulo 4, encaixam-se muito bem os versos de João Cabral de Melo Neto, pois foi assim que a teoria semiótica se constituiu, juntando esforços de estudiosos que trabalharam, e ainda trabalham, intensamente na constituição e na evolução da semiótica. Essas ideias, que tiveram como berço o território francês, espalharam-se para outros territórios por meio de estudiosos que foram para a França em busca de novos conhecimentos e, voltando ao seu país de origem, não só difundiram a teoria como também colaboraram com seu aprimoramento.

De agora em diante, buscar-se-á apresentar a contribuição de importantes colaboradores que ajudaram Greimas a tecer o projeto semiótico. Será dado destaque àqueles que mais contribuíram para o desenvolvimento dos estudos enunciativos. Assim, foram priorizados os pontos de vista teóricos dos semioticistas franceses: Jean-Claude Coquet, Joseph Courtés, Denis Bertrand, Jacques Fontanille, Claude Zilberberg e Eric Landowski. Esses estudiosos foram selecionados por duas razões, de um lado, porque integraram o grupo de pesquisadores da primeira geração da semiótica; de outro, porque apresentaram estudos voltados para as questões enunciativas.

#### **Autores a priorizar no domínio francês**

[...] longa e fecunda vida à *semiótica da presença*, seja de Coquet, de Landowski, de Fontanille ou de

qualquer outro! Ao que parece, ela tem dias luminosos pela frente [...] que nos seja enfim possível formular a questão crucial da semiose em ato, e seus corolários, sem ter de tomar uma posição em favor dos antigos ou dos modernos, do objetual ou do subjetal, em favor do *isso já foi provado na prática ou do isso acaba de ser proposto!* Parece que o tempo dos epígonos (de uns e de outros) ficou para trás, e que chegou o das hibridizações fecundas. (FONTANILLE, 1998, p. 150).

#### 4.1 Ponto de vista enunciativo de Jean-Claude Coquet

O “discurso” é exatamente o produto de uma operação que postula a existência de um agente de execução, de um actante que enuncia sua relação com o mundo. [...] Prefiro denominar esse agente de “actante enunciante” a chamá-lo de sujeito da enunciação, para tentar contrapô-lo ao efeito de oralidade sempre presente, e ao de racionalidade, que está relacionado, o que quer que façamos, à noção de “sujeito”. (COQUET, 2013, p. 48-49).

Jean-Claude Coquet terminou seus estudos no final da década de 1950, época em que, oficialmente, a semiótica de linha francesa ainda não existia, entretanto, nessa mesma época, na Europa, Benveniste já preconizava uma mudança de foco nos estudos linguísticos.

Objetivando reconstruir o desenvolvimento dos estudos enunciativos nas obras de Coquet, selecionaram-se as obras *Le discours et son sujet* (v.1/1984 e v.2/1985) e *La quête du sens* (1997), esta última, constituída por artigos publicados entre os anos de 1978 a 1993. A partir da investigação desses textos-fonte, pretende-se estabelecer um panorama geral desse ponto de vista teórico. As obras estão relacionadas no quadro abaixo.

Quadro 3 - Relação das obras de Jean-Claude Coquet selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo

Obras	Ano de publicação
<i>Le discours et son sujet</i> (v.1)	1984
<i>Le discours et son sujet</i> (v.2)	1985
<i>La quête du sens</i>	1997

Fonte: Elaboração própria

No início da década de 1960, Jean-Claude Coquet foi trabalhar na Universidade de Poitiers. Entre os anos de 1962 e 1965, trabalhou com Greimas quando o mestre lituano teve uma breve passagem pela Universidade, época em que ele terminava de escrever *Sémantique structurale*, de 1966. Após a partida de Greimas, Coquet continuou seus estudos voltados à semiótica literária, porém, mesmo apresentando forte influência dos pensamentos de Greimas e de Lévi-Strauss, já revelava certa independência epistemológica. Esse fato foi mencionado por Ivan Darrault-Harris em um texto de 1996, conforme observa-se no excerto abaixo, em que o estudioso afirmou que,

Muito cedo a semiótica do sujeito – contribuição central de J.-C. Coquet -, denominada também subjetal em relação à semiótica objetual de Greimas, manifesta os primeiros elementos de sua construção, com uma diferença temporal pequena, muito menor do que o dizemos geralmente, em relação à teoria greimasiana, a qual parecia, no entanto, ocupar nos anos de 1970 a totalidade do espaço semiótico. Simplesmente, considerada por muito tempo, sem dúvida de forma errada, essa semiótica, embora original, permaneceu no mesmo nível, epistemológico e teórico, da teoria-mãe, contentando-se em prolongá-la em direções inéditas. (DARRAULT-HARRIS, 1996, p. 9)<sup>30</sup>.

Em 1984, Coquet publicou o primeiro volume da obra *Le discours et son sujet* e em 1985, o segundo volume. Observa-se que o autor se apropriou do título dado por Greimas à segunda parte da “Introdução” do livro *Semiótica e ciências sociais* (1981 [1976]). Sob o título “O discurso e seu sujeito”, Greimas, de uma maneira sucinta, procurou definir o estatuto do sujeito, explicando que, para a semiótica, a passagem do sistema ao processo era um procedimento que contribuía tanto para a economia geral como esclarecia as formas de organização do sistema. Para a linguística, a exploração da dicotomia língua/fala apresentava

<sup>30</sup> No original: C'est donc très tôt que la sémiotique du sujet – apport central de J.-C. Coquet -, dénommée aussi subjectale en regard de la sémiotique objetale de Greimas, manifeste les premiers éléments de sa construction, avec un décalage temporel faible, beaucoup plus faible qu'on ne le dit généralement, par rapport à la théorie greimassienne, laquelle semblait pourtant occuper, dans les années 70, la totalité de l'espace sémiotique. Simplement, il fut longtemps considéré, et sans doute à tort, que cette sémiotique pourtant originale restait de plain pied, épistémologiquement, théoriquement, avec la théorie-mère, se contentant de la prolonger dans des directions inédites. (DARRAULT-HARRIS, 1996, p. 9).

certa dificuldade, pois obrigava a conceber e a considerar uma instância de mediação que assegurasse a passagem de uma forma à outra. Assim, citando os postulados de Benveniste de que o discurso é a língua assumida pelo falante, Greimas esclareceu que não havia apenas uma identidade entre as duas formas linguísticas, mas havia também um lugar de passagem, cujo estatuto era de actante sintático, não de sujeito ontológico, pois se assim fosse, a coerência linguística estaria em risco. Oito anos depois de Greimas ter publicado o texto, Coquet retomou o mesmo assunto, porém sob outro viés.

Discípulo de Émile Benveniste, leitor de Maurice de Merleau-Ponty e de Paul Ricoeur, Jean-Claude Coquet desenvolveu um método de análise da linguagem conhecido como semiótica subjetal e discursiva, cujo domínio era o da realidade, não da realidade exterior, mas da realidade projetada, de uma ilusão referencial, portanto, ele recusava o formalismo e o imanentismo, contrapondo-se à semiótica greimasiana, a qual Coquet denominou semiótica objetal e narrativa, pertencente ao domínio da imanência, princípio oriundo dos estudos de Hjelmslev.

Portanto, na década de 1960, desenvolveu-se uma semiótica do enunciado preocupada com a descrição dos estados e de suas transformações, que estabeleceu as regras de organização da narrativa, isto é, uma sintaxe narrativa passível de analisar qualquer tipo de texto, desconsiderando as categorias de sujeito e de tempo, elementos esses que estão intimamente relacionados à questão da subjetividade. Ao contrário, a semiótica discursiva estabeleceu que a categoria do descontínuo subsume os estados das coisas e a do contínuo, suas transformações. Segundo Coquet,

A semiótica de primeira geração é uma semiótica do enunciado. Assim sendo, ela se ocupa do tempo do descontínuo. Os procedimentos de “normalização” colocados em prática e preconizados no momento de sua fundação, nos anos de 1960, impunham essa escolha. Para objetivar o texto - por isso a denominação “objetal” que propus associar a essa semiótica - era necessário “eliminar” tudo o que parecesse ter relação com um “tempo subjetivo”. (COQUET, 2013, p. 79 [1997]).

Observa-se que a citação acima, embora não o mencione, remete ao pensamento de Greimas inserido em *Semântica estrutural* (1973, p. 201 [1966]), que preconizava que era preciso abstrair tudo o que se ligava à subjetividade para não colocar em risco a imanência teórica.

Lendo-se a obra de Coquet, nota-se que a semiótica que despertou a atenção desse estudioso foi aquela cujo objeto era o discurso, entendido como o produto resultante de uma operação na qual o agente é um actante que enuncia sua relação com o mundo. Portanto,

desde o início de seus estudos, Coquet preocupou-se em elaborar as dimensões epistemológica e teórica de uma semiótica que considerava o actante enunciante e sua presença corporal, procedimento que na década de 1970 ainda não havia sido considerado por Greimas. Dessa forma, Coquet distinguiu-se do restante dos componentes do grupo de semioticistas franceses por apresentar em suas reflexões forte influência fenomenológica.

Tal expansão do universo semiótico foi possível a partir da noção de dinâmica introduzida com as reflexões de Jakobson, que criticou o sistema fixo de Saussure, e com o reconhecimento pela comunidade de pesquisadores da importância dos pensamentos de Benveniste, que propôs uma nova dimensão aos estudos linguísticos.

No limiar dos anos de 1970, a preocupação envolvendo o conceito de enunciação tomou grandes proporções nos estudos da linguagem. De acordo com o que, anteriormente, foi apresentado no capítulo 2, a partir das reflexões de Benveniste, as categorias de pessoa e de tempo tornaram-se fundamentais ao discurso. Baseando-se em dois níveis diferentes, o da forma linguística e o da função semântica, ele distinguiu o sujeito de duas maneiras, o sujeito gramatical e a pessoa (ou indivíduo). Nesse sentido, tem-se, de um lado, a ordem da realidade, a presente instância do discurso que integra a noção de pessoa, de indivíduo; de outro, uma forma indicadora de pessoa “eu”, chamada também de instância linguística. A mesma distinção Benveniste aplicou à categoria temporal, isto é, ele diferenciou a forma temporal (da conjugação verbal) da função temporal (do tempo inerente à enunciação).

Para Coquet, as questões enunciativas fundamentaram-se na existência de uma instância discursiva constituída por três categorias: o núcleo, que constrói seu espaço discursivo, isto é, organiza o espaço e o tempo ao seu redor; o tempo linguístico, considerado subjetivo, representado por um presente contínuo, o único tempo real, em vez do tempo cronológico, descontínuo, aspectualizado, tido como objetivo; e o espaço discursivo, heterogêneo, não euclidiano, em vez do espaço lógico, homogêneo, euclidiano. Coquet esclareceu que,

Ao paradigma dos anos 60, dominado pelo enunciado, se opõe o paradigma dominado pelas instâncias, nos anos 70. A clivagem é toda ela diferente. Benveniste introduziu a noção a partir de 1956. A instância está, no sentido literal, como sugere a etimologia, ancorada no real, no tempo e no espaço. [...]. É a ela [instância] que se reporta a origem do discurso. Não é, portanto, surpreendente que esse novo conceito tenha sido reforçado em 1965, depois em 1970, pelas ideias de “centro”, outro termo extraído do vocabulário da fenomenologia. [...] Centro de discursividade, a instância, ao mesmo tempo real e formal, tem, enfim, esse particular de não ser redutível à pessoa. (COQUET, 2013, p. 155).

Coquet (2007, p. 177) definiu o sujeito na semiótica objetual e narrativa como “[...] um autômato, um operador de conversão do paradigmático ao sintagmático, ou de transformação em um ‘enunciado de fazer’ [...]”<sup>31</sup>; na semiótica subjetal essa instância subdivide-se em: sujeito, tido como um operador de asserção, caracterizado pela presença de julgamento, e em não sujeito, responsável pela predicação, cuja característica é a ausência de julgamento.

A semiótica discursiva não incorporou integralmente o ponto de vista dos linguistas em relação à categoria de pessoa, isto é, não visou aos dêiticos da língua natural ou aos emblemas manifestos em um texto, como fez a semiótica do enunciado, mas se preocupou em identificar e caracterizar os centros de discursividade (instâncias enunciantes) situados em um nível mais abstrato.

No que diz respeito à categoria de tempo, ela foi integrada à teoria semiótica tal como foi desenvolvida por Benveniste (1965), principalmente no que concerne ao tempo presente, que é o tempo da realidade, pois é a partir desse marco que podemos identificar o passado, e pretender um futuro. Para Benveniste, quem fala se apropria do “eu” e nesse momento introduz a presença da pessoa, portanto, com o par presente/presença, a realidade, que havia sido excluída dos estudos de Saussure, foi reintroduzida nos estudos da linguagem.

O corpo próprio (presença) e o tempo linguístico (presente) são considerados os dois elos da semiótica atual com a fenomenologia, porém, para Benveniste e para a fenomenologia, o tempo é coextensivo ao ser, para a semiótica discursiva, ele é coextensivo à instância enunciante, ou seja, para Benveniste a presença está associada à presença da pessoa, para a semiótica discursiva a presença associa-se à instância enunciante. Dessa forma, a semiótica considera a realidade linguística, isto é, a representação da realidade.

Em relação ao emprego, por Benveniste, do termo sujeito, referindo-se ao ser, e não a uma instância, as palavras de Fontanille (2007, p. 103) ao declarar que “parece-nos ainda cedo para falar, a essa altura, em sujeito, referindo-se a um actante que só sente a intensidade e a extensão de uma presença e a proximidade ou distância dos horizontes”, corroboram o pensamento de Coquet. Para este semioticista, Benveniste

[...] não chega ao ponto de elaborar claramente uma organização transfrástica à maneira do semioticista. Esse mérito é de Greimas, que o fez. Mas ele [Benveniste] o invoca. Em contrapartida, Benveniste não tem equivalente quando se trata de definir e de diversificar o que ele chama as “instâncias do discurso”. (COQUET, 2013, p.58).

---

<sup>31</sup> No original: “[...] un automate, un opérateur de conversion du paradigmatique au syntagmatique, ou de transformation dans un «énoncé de faire» [...]” (COQUET, 2007, p. 177).

Na semiótica, pode-se notar a existência de dois domínios diferentes, um privilegiando o enunciado e o tempo descontínuo, denominado tempo crônico, aquele que é quantitativo e analisável em intervalos constantes (dias, mês, ano etc), portanto, um tempo objetivado; e outro, considerando a enunciação e o tempo contínuo, conhecido como tempo linguístico, qualitativo, que se organiza em função do discurso, caracterizado por ser um presente contínuo que é reinventado a cada vez que o homem fala, logo, um tempo subjetivado.

Baseando-se nesses diferentes domínios, Coquet considerou dois paradigmas na semiótica, um referente aos estudos da narratividade, que ele chamou de objetual; outro que diz respeito à discursividade, denominado subjetal, fato comprovado quando em um artigo de 1983 em que o próprio estudioso declarou que “Haveria, então, duas semióticas possíveis sem relação evidente entre elas, uma do enunciado, e outra da enunciação”<sup>32</sup>, (COQUET, 1983, p. 32).

Jacques Fontanille (2007 [1999]), apesar de considerar que a semiótica subjetal abriu caminho para um novo domínio de pertinência na semiótica francesa, não considerou que esse fato representasse dois paradigmas teóricos e expressou um ponto de vista diferente em relação a essa problemática:

[...] a divisão entre semiótica objetual e semiótica subjetal, que permitiu depreender um novo domínio de pertinência – aquele do campo posicional e da presença -, não pode mais ser mantida, pois os dois domínios de pertinência devem ser [...] associados no interior de uma mesma semiótica do discurso. Na verdade, não se pode reduzir a instância de discurso ao campo posicional nem reduzir o discurso enunciado à cena predicativa. Se reduzirmos a instância de discurso ao campo posicional e à presença, só conservaremos o substrato fenomenológico do discurso, sua forma intencional elementar, e perdemos, ao mesmo tempo, a outra dimensão do discurso, a dimensão que faz dele uma estrutura de recepção e de troca de valores, enfim um sistema de valores. Se reduzirmos o discurso enunciado unicamente à cena predicativa, só conservamos a dimensão narrativa e formal do discurso, e seu substrato axiológico, e perdemos de vista, ao mesmo tempo, tanto a dimensão do discurso em ato como as condições de emergência dos valores. [...] entre uma opção, que consiste em tudo explicar à luz do campo posicional do discurso, e uma outra, que consiste em tudo reduzir à estrutura actancial narrativa, escolhemos conservar para cada um desses pontos de vista seu domínio de pertinência e associá-los entre si graças à noção de *práxis enunciativa*. (FONTANILLE, 2007, p. 167-168 [1999]).

Denis Bertrand concorda com o pensamento fontaniliano de que as duas maneiras de abordar a enunciação na semiótica, a que se refere à convocação e aquela referente ao sujeito

<sup>32</sup> No original: “Il y aurait donc deux sémiotiques possibles sans relation évidente entre elles, l’une de l’énoncé, l’autre de l’énonciation” (COQUET, 1983, p. 32).



enunciante, são complementares, pois, em 2003, ele afirmou que “As duas vias de acesso à enunciação desenvolvidas pela semiótica, a que se refere à convocação dos produtos do uso e a que se refere à atividade do sujeito enunciante, são estreitamente complementares uma à outra”. (BERTRAND, 2003, p. 100 [2000]).

De acordo com Fontanille e Bertrand, entende-se que eles consideram que as ideias de Coquet não se constituíram em um novo paradigma, e sim, permitiram uma expansão no quadro teórico da semiótica. Conforme exposto no capítulo 3, a problemática envolvendo as questões referentes à percepção estava latente no quadro geral da teoria, apenas esperando o momento certo de seu desenvolvimento, como aconteceu com as questões referentes à narratividade, à modalidade etc. Essa foi uma postura característica da teoria, considerada um projeto científico em desenvolvimento. Em relação a esse assunto, Fontanille (1996) afirma que:

O próprio Greimas foi um leitor de Merleau-Ponty e, desde *Semântica estrutural*, insistia sobre o papel mediador da proprioceptividade e do timismo que dela decorre; mais recentemente, *Semiótica das paixões* pareceu em muitos aspectos, como a reformulação de certas teses fenomenológicas. [...]. Em relação à semiótica estrutural (semiolinguística), não podemos mais nos satisfazer com a definição do signo como pressuposição recíproca entre o significante e o significado ou entre um plano da expressão e um plano do conteúdo; de fato, os discursos concretos, e notadamente os discursos literários, colocam em cena a elaboração do sentido a partir do mundo sensível, e a teoria do signo se mostra insuficiente para fazer uma descrição adequada. Falta a essa teoria a mediação proprioceptiva. Nossa hipótese é, conseqüentemente, que entre os dois planos da linguagem (significante/significado, expressão/conteúdo) nós devemos introduzir o corpo próprio, operador da semiose, termo intermediário entre as duas faces do signo e que sensibiliza sua união no discurso; sob essa perspectiva, a definição pela “pressuposição recíproca” constituiria um esquecimento do corpo, uma supressão desse termo complexo, a proprioceptividade, sem a qual não podemos dar conta da incidência da exteroceptividade sobre a interoceptividade. (FONTANILLE, 1996, p.173)<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> No original: “Greimas lui-même était un lecteur de Merleau-Ponty et, dès *Sémantique structurel*, insistait sur le rôle médiateur de la proprioceptivité et du thymisme qui en découle; plus récemment, *Sémiotique des passions* apparaît à maints égards comme la reformulation de certaines thèses phénoménologiques”. [...]. Pour ce qui concerne la sémiotique structurel (sémio-linguistique), on ne peut plus se satisfaire d’une définition du signe comme présupposition réciproque entre le signifiant et le signifié ou entre un plan de l’expression et un plan du contenu; de fait, les discours concrets, et notamment les discours littéraires, mettent en scène l’élaboration du sens à partir du monde sensible, et la théorie du signe se montre notoirement insuffisante pour en faire une description adéquate. Il manque à cette théorie la médiation proprioceptive. Notre hypothèse est par conséquent qu’entre les deux plans du langage (signifiant/signifié, expression/contenu) nous devons introduire le corps propre, opérateur de sémosis, terme intermédiaire entre les deux faces du signe et qui sensibilise leur réunion dans le discours; dans cette perspective, la définition par la «présupposition réciproque» constituerait un oubli du corps, un refoulement de ce terme complexe, la proprioceptivité, sans laquelle on ne peut rendre compte du rabattement de l’extéroceptivité sur l’intéroceptivité. (FONTANILLE, 1996, p. 173).

Na obra de Greimas, a questão envolvendo a percepção correspondeu, principalmente, ao “retorno estético” que aconteceu no fim dos anos de 1980 com a obra *De l'imperfection*, e consistiu em identificar as estesias responsáveis pela emergência do sentido e no fato da intencionalidade repousar sobre a imperfeição.

Em relação ao elemento perceptivo, em seus estudos, Coquet postulou que o sujeito se apropria de uma experiência vivida e a transmite a outro. Esse processo representa a relação entre a linguagem e o ser, segmentada em duas fases. A primeira, correspondendo ao acontecimento e à vivência desse acontecimento percebida por um sujeito (corpo próprio); na segunda, essa realidade é transformada em discurso, é reproduzida. Essa sequência se constitui em um contínuo entre realidade, linguagem e instância enunciante. Fontanille (1998, p. 3-6) declarou que “No princípio dessa escolha, inspirada em Benveniste, encontra-se o substrato fenomenológico de todo discurso, a experiência própria da linguagem, a partir da qual se declinam as diferentes variedades de actantes”<sup>34</sup>.

Émile Benveniste, linguista que ao desenvolver suas ideias considerou o princípio da realidade, explicou que,

A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim, a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. (BENVENISTE, 1976, p. 26).

Na semiótica subjetal, esse mecanismo de apropriação e de transmissão de uma experiência vivida fundamentou-se em três níveis denominados instâncias enunciantes, por conta disso os estudos de Coquet ficaram conhecidos como semiótica das instâncias - instância de origem, instância produtora e instância receptora -, cuja base é a percepção.

Ao constituir a instância de origem (IO), baseando-se na dimensão modal, mais precisamente no par querer/poder, o autor mobiliza três diferentes etapas dessa instância, o primeiro actante (sujeito/não sujeito/quase sujeito), o segundo actante (objeto) e o terceiro actante (destinador transcendente). O que difere o primeiro actante do terceiro actante é o tipo

---

<sup>34</sup> No original: “Au principe de ce choix, inspiré de Benveniste, se trouve le sous-bassement phénoménologique de tout discours, l’expérience même du langage, à partir de laquelle se déclinent les différentes variétés de l’actant”. (FONTANILLE, 1998, p. 3-6).

de modalização. Destaca-se que esses actantes são instâncias enunciantes do discurso, não actantes da narrativa, portanto pertencem à lógica posicional, não à lógica transformacional.

O conceito de sujeito transcendente foi introduzido na semiótica por Greimas e Courtés em 1979<sup>35</sup>. No verbete “Imanência”, ao tratarem da oposição entre imanência e transcendência, os autores do *Dicionário de Semiótica* (2008) esclareceram que

4. A oposição *imanência/transcendência* pode ser utilizada, por outro lado, para explicar, no quadro do esquema narrativo\*, a diferença de estatuto do sujeito e do Destinatador\*. Enquanto o sujeito se encontra inscrito no **universo imanente** onde realiza seu percurso narrativo\* adquirindo a competência\* e efetuando as *performances\** (“realizando-se”), uma subclasse bastante considerável de discursos narrativos coloca o sujeito como o Destinatário de um Destinatador transcendente, o qual o institui como sujeito com o auxílio da comunicação\* participativa (que permite comunicar objetos-valor sob forma de doações, sem com isso deles se privar, da mesma forma como a rainha da Inglaterra, por exemplo, conserva o seu “poder” absoluto mesmo delegando-o quase inteiramente ao Parlamento). (COURTÉS, GREIMAS, 2008, p. 255-256).

Coquet, ao formular seu pensamento teórico, tomou por base o postulado de Benveniste referente à dupla dimensão do ato de enunciação - a predicação e a asserção - creditadas ao sujeito, porém ele vai além ao considerar essas duas operações, ou seja, ele atribuiu ao não sujeito a capacidade de predicação - ato fundador da frase - e ao sujeito, a predicação e a asserção, afirmando que

[...] a semiótica discursiva propõe que se diferencie a “predicação”, associada à atividade do não-sujeito, da “asserção”, específica do sujeito. [...]. O não-sujeito predica sem assertar; é o modo de significação da arquitetura sonora. O sujeito combina as duas funções; é o modo de significação do indivíduo que refaz e avalia sua experiência do corpo próprio. (COQUET, 2013, p. 11-12 [1997])<sup>36</sup>.

O ato de pregar funda a enunciação. Os atos de pregar e de assertar fundam a instância do “ego”, centro de enunciação, portanto, o ato de enunciar conjuga as instâncias corporal (não sujeito) e julgadora (sujeito). “A partir desse ponto central e primeiro, ordena-se o mundo dos objetos que o cercam e onde se desenvolve sua atividade” (Coquet, 2013, p. 332 [1997]). Dessa forma, Coquet estabeleceu a instância de origem (IO), cuja função é fazer conhecer o que enunciam suas componentes - sujeito/não sujeito/quase sujeito.

<sup>35</sup> Ano de publicação da primeira edição do *Dicionário de semiótica*, pela editora Hachette.

<sup>36</sup> A obra *A busca do sentido: a linguagem em questão* (2013), de Jean-Claude Coquet, é a tradução brasileira da obra *La quête du sens* (1997), que pode ser considerada uma coletânea de artigos publicados entre o final da década de 1970 e início dos anos de 1990.

O sujeito, instância julgadora, age conscientemente, portanto, é uma instância pessoal que predica e assera; o não sujeito constitui-se na instância produtora do discurso, desprovida de julgamento, cuja ação é inconsciente e submetida a pulsões emocionais, essa instância corporal apenas predica, ela se constitui em um centro de discursividade que forma par com o sujeito. “O não-sujeito é o agente que torna presente certa ausência no contato com a realidade primeira”. (Coquet, 2013, p. 337-338 [1997]).

Nota-se que ao introduzir o ato de asserção, muda-se de plano, isto é, do inconsciente (não sujeito) passa-se ao consciente (sujeito), pois asserter configura-se em um ato de vontade, de querer, é uma operação que implica atribuir um juízo de valor a determinado acontecimento, Coquet (2013, p. 310 [1997]) esclareceu que entre predicação e asserção “apenas a primeira é necessária ao ato de linguagem; quanto à segunda, ela é requerida somente para a manifestação do sujeito”. Por último, o quase sujeito, constitui-se na instância que faz fronteira entre o sujeito e o não sujeito, é o agente transformador que marca a passagem do inconsciente ao consciente, isso significa que apesar de, primeiramente, agir inconscientemente, logo em seguida ao primeiro impulso, ele pode retomar a consciência de seus atos. De acordo com Coquet,

Com a perspectiva fenomenológica que Benveniste abre na linguística, o primeiro domínio é o da predicação. Pela predicação manifestamos nossa inserção no mundo. O segundo domínio da realidade, que pode ser considerado o correlato objetivo do primeiro, é o da asserção. O primeiro pode existir sem o segundo, mas o segundo não pode existir sem o primeiro. Não há sujeito que seja privado de predicação. Falta dizer o essencial: o segundo domínio é também o lugar em que “o irrefletido é compreendido e conquistado pela reflexão”, vale dizer pelo *ego*. Assim se completa o retorno a Benveniste. (COQUET, 2013, p. 339 [1997]).

Coquet afirmou que *ego*, campo posicional, centro da enunciação, tempo da intersubjetividade, do diálogo, o presente contínuo são proposições empregadas por Benveniste que estabelecem ligações com o pensamento de Merleau-Ponty (Coquet, 2013, p. 194-195 [1997]).

Jacques Fontanille traçou um paralelo entre as categorias de sujeito e de não sujeito elaboradas por Coquet (1984) e os actantes posicionais (fonte, alvo e controle), conceitos definidos por ele em *Semiótica do discurso* (2007 [1999]), explicando que

[...] o *não-sujeito* seria a *fonte* de uma *visada*, enquanto o *sujeito* seria a *fonte* de uma *apreensão*. De fato, a *visada* é sensível, intensiva e afetiva, enquanto a *apreensão* é perceptiva, extensiva e cognitiva. Por outro lado, de um outro ponto de vista, a capacidade de julgamento do *sujeito* faria dele um bom candidato aos papéis de *controle* na ausência de um terceiro destinador.

Entretanto, como a tipologia proposta por Jean-Claude Coquet foi exclusivamente elaborada para dar conta dos discursos verbais, na tradição linguística oriunda de Benveniste, nós conservaremos as denominações *fonte*, *alvo* e *controle*, que além de oferecerem uma definição mais específica da dimensão perceptiva, dizem respeito a uma Semiótica geral. (FONTANILLE, 2007, p. 167).

Até esse momento, tratou-se da instância de origem (IO). Os outros dois níveis que constituem a instância enunciativa são a instância projetada (IP) formada pelo narrador, personagens, enfim, o texto como um todo; e a instância de recepção (IR), o leitor. A instância de recepção é constituída pelos mesmos componentes da instância de origem, porém realiza um percurso inverso, isto é, da instância projetada à instância de origem. No ponto de vista de Coquet (2007), a escrita é uma projeção, ela não se endereça primeiramente ao leitor exterior, ela começa pelo autor, portanto, o corpo participa da leitura enquanto escreve. Nesse sentido, a escrita se compõe em três partes, o autor, o leitor (seu duplo) e o texto, objeto de referência. Qualquer que seja o texto, oral ou escrito, é sobre o corpo que se estabelece, primeiramente, o acordo intersubjetivo.

Diante do que foi apresentado referente ao ponto de vista teórico de Jean-Claude Coquet, pode-se estabelecer um paralelo destacando as principais divergências entre seu pensamento e o de Greimas, conforme o quadro abaixo.

Quadro - 4 Paralelo entre o pensamento de J.-C. Coquet e de A. J. Greimas

Coquet	Greimas
realidade	Imanência
enunciação	Enunciado
contínuo	Descontínuo
subjetal	Objetal

Fonte: Elaboração própria

É inegável a contribuição desse teórico ao desenvolvimento dos estudos enunciativos na semiótica, sendo citado nas obras de vários semioticistas, dentre eles, Bertrand (2003 [2000]), que destacou a importância desses estudos ao afirmar que,

A luz trazida por J.-C. Coquet, pondo em destaque o sujeito e as implicações da fala em ato, contribui substancialmente para mudar o ponto de vista da semiótica sobre a enunciação. Ela une as condições perceptivas, sensíveis e afetivas da significação a suas condições languageiras na própria emergência do processo significante, no acontecimento de semiose. (BERTRAND, 2003, p.106-107 [2000]).

Apesar de reconhecer que a teoria da enunciação desenvolvida por Coquet tenha se afastado daquela elaborada por Greimas, pois ela se fundamentou no conceito de tempo, implicando a história e o devir, e na realidade, enquanto o mestre lituano primou pela imanência, ainda assim, classificá-la como outro paradigma seria uma atitude radical.

Sobre essa polêmica ainda existente dentro do universo semiótico, Bertrand (2003 [2000]) explicou que a semiótica discursiva se desenvolveu em duas direções epistemológicas,

[...] de um lado a de Trubetzkoy, Brondal, Jakobson, Benveniste, no rastro da fenomenologia husserliana, à qual se ligam as proposições de J.-C. Coquet; de outro lado a de Saussure, Hjelmslev e Greimas, que seria de caráter formalista, logicista e estruturalista, no estrito senso. (BERTRAND, 2003, p. 103 [2000]).

Porém, o autor ressaltou que,

A luz trazida por J.-C. Coquet, pondo em destaque o sujeito e as implicações da fala em ato, contribui substancialmente para mudar o ponto de vista da semiótica sobre a enunciação. Ela une as condições perceptivas, sensíveis e afetivas da significação a suas condições languageiras na própria emergência do processo significante, no acontecimento da semiose. A semiótica estrutural, por sua vez, preocupava-se em apreender o processo semiótico em seu aspecto pronto e acabado, sob a forma do enunciado realizado. Essa dupla abordagem não implica, no entanto, um antagonismo entre os dois paradigmas semióticos [...].

[...]. Parece-nos portanto que, levando a discussão para além dos problemas da metalinguagem, a radicalidade polêmica da oposição de paradigmas pode ser atenuada. (BERTRAND, 2003, pp. 106-107 [2000]).

Sendo, ou não, outro paradigma teórico, o fato é que os estudos de Coquet contribuíram para o desenvolvimento de um novo viés dos estudos enunciativos na semiótica francesa.

Na sequência, apresentaremos as reflexões desenvolvidas por Joseph Courtés. A leitura dos textos selecionados como base documental permitiu que se construísse a imagem de que esse semioticista foi um dos mais fiéis aos postulados do mestre lituano, fato que será demonstrado na próxima seção.

#### 4.2 Ponto de vista enunciativo de Joseph Courtés

[...] a enunciação consiste em projetar fora de sua instância os atores, os espaços e os tempos: na verdade, essa afirmação deve ser relativizada pelo fato de que essa “projeção” não elimina, no entanto, o contexto enunciativo (falamos frequentemente em **práxis enunciativa**) que lhe serve de ponto de partida, de justificativa. De um ponto de vista lógico, nós diremos que a enunciação implica o enunciado e que este pressupõe aquela. (COURTÉS, 2011, p.113 [2003])<sup>37</sup>.

Joseph Courtés, fiel colaborador de A. J. Greimas, desempenhou papel importante no desenvolvimento da teoria semiótica na França, pois suas obras são marcadas por forte traço pedagógico, além de ter sido coautor (juntamente com Greimas) do *Sémiotique, dictionnaire raisonné de la théorie du langage* (1979), obra conhecida e reconhecida mundialmente, tida como um tratado, um manual, endereçado a todos que se dedicaram, ou ainda se dedicarão, a desvendar o universo semiótico. Tal obra já foi contemplada no capítulo 3 “Os estudos enunciativos nas obras de A. J. Greimas”. Duas obras servirão de textos-fonte para a investigação desse percurso teórico.

Quadro 5 - Relação das obras de Joseph Courtés selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo

Obras	Ano de publicação
<i>L'énonciation comme acte sémiotique</i>	1998
<i>La sémiotique du langage</i>	2011 [2003]

Fonte: Elaboração própria

Em 1998, na revista *Nouveaux Actes Sémiotique* (números 58-59), Joseph Courtés, apresentou uma abordagem modal e interacional da enunciação. O próprio autor chegou a se desculpar por submeter um artigo científico que não propunha hipóteses inéditas em um momento em que várias concepções do conceito de enunciação agitavam a comunidade (ou a unidade) semiótica.

<sup>37</sup> No original: “[...] l'énonciation consiste à projeter hors de son instance des acteurs, des espaces et des temps: en réalité, cette affirmation doit être relativisée par le fait que cette ‘projection’ n'élimine pas pour autant le contexte énonciatif (on parle solvante de **práxis énonciative**) qui lui sert de point de départ, de justificatif. D'un point de vue logique, nous dirons que l'énonciation implique l'énoncé, et que celui-ci présuppose celle-là”. (COURTÉS, 2011, p.113 [2003]).

Nesse texto, Courtés retomou o assunto introduzindo primeiramente a maneira como a enunciação começou a ser investigada no quadro teórico da semiótica, destacando que a semiótica clássica, em um primeiro momento, insistiu em uma abordagem enunciativa cujo caráter era remeter a uma enunciação acabada, restringindo-se ao texto, cabendo ao semioticista reconstruir a organização interna e demonstrar a posição (uma posição passiva) do enunciatário diante do objeto semiótico. Dessa forma, a enunciação foi definida como uma relação subjetiva entre o sujeito e o objeto semiótico.

Courtés entende que a relação sujeito/objeto é a primeira da enunciação, somente depois, introduziu-se um modelo do tipo da comunicação em que um objeto semiótico é transmitido do enunciador ao enunciatário, sendo esta relação marcada pelo caráter intersubjetivo. Segundo o autor, as relações intersubjetivas não existem diretamente de sujeito a sujeito, elas são mediadas por um objeto semiótico produzido pelo enunciador, endereçado a um enunciatário relegado a uma posição passiva. Esses dois actantes - enunciador/enunciatário - estabelecem entre eles uma relação de pressuposição recíproca, ou seja, um não existe sem o outro.

Fundamentando-se na linguística, mais precisamente nas reflexões de Benveniste desenvolvidas no artigo “As relações de tempo no verbo francês” (1976 [1959]), enunciado e enunciação enunciada corresponderam, respectivamente, à oposição entre narrativa e discurso. Na perspectiva literária, principalmente nos estudos desenvolvidos por Gérard Genette, em *Discurso da narrativa*, o autor distinguiu o narrado, que na terminologia semiótica ficou conhecido como enunciado enunciado, da maneira de narrar o narrado, enunciação enunciada, em termos semióticos, sendo que a abordagem literária considerou os dados extratextuais, enquanto a semiótica se ateu ao texto, esse assunto foi anteriormente apresentado no capítulo 2 “Contribuição da linguística e da teoria literária para o desenvolvimento dos estudos enunciativos na semiótica de linha francesa”.

Observa-se que, até esse momento, o autor retomou a ideia já apresentada no *Dicionário de semiótica* (2008 [1979]), elaborado por ele e por Greimas, de que a descrição enunciativa na semiótica francesa obedeceu a uma sequência que priorizou o enunciado enunciado e depois a enunciação enunciada, considerando, portanto, como ponto de partida da organização descritiva o objeto semiótico acabado. Nessa concepção, a enunciação situava-se no final do percurso gerativo da significação, ou seja, no momento da discursivização. Courtés enfatizou que as estruturas profundas e as de superfície (denominadas também semionarrativas) pertencem ao domínio da virtualização e o ato de enunciação, ao domínio da



atualização, pois é ele quem produz o objeto semiótico. Uma vez produzido o objeto e colocado em circulação, a enunciação corresponde à fase da realização.

Entretanto, nesse mesmo texto, o autor reconheceu que a abordagem semiótica retrçou esse percurso, adotando como ponto de partida o próprio ato de enunciação, que produz o objeto semiótico. Todavia, para Courtés (1998), esse pensamento já estava implícito no *Dicionário de semiótica*, mas nele faltou aparentemente enfatizar que as estruturas profundas e as de superfícies são do domínio do virtualizado, enquanto a enunciação pertence ao domínio do atualizado. Uma vez produzido o objeto semiótico e colocado em circulação entre enunciador e enunciatário, a enunciação passa a corresponder ao estado de realização. Destaca-se que, até aqui, foram mencionados, conforme o *Dicionário de semiótica*, três modos de existência, o virtualizado, o atualizado e o realizado. O quarto modo de existência, o potencializado, foi introduzido por Fontanille e Greimas em *Semiótica das paixões* (1993 [1991]), assunto tratado anteriormente no capítulo 3 “Os estudos enunciativos nas obras de A. J. Greimas”. Segundo Courtés (1998), tanto o enunciador como o enunciatário são dotados de competência semântica e de competência modal. A competência modal pressupõe a competência semântica, sendo aquela a responsável pela realização do ato enunciativo. As competências do enunciador e do enunciatário devem manter uma relação de conformidade para o sucesso da compreensão comunicativa.

Fundamentando-se no modelo apresentado por Fontanille e Greimas em *Semiótica das paixões* (1993 [1991]), que estabeleceu para os modos de existência do sujeito a sequência: virtualização – atualização – potencialização – realização, Courtés (1998), introduziu uma modificação, substituindo as modalidades potencializantes pelas determinantes. Para esse semioticista, as modalidades determinantes seriam mais da ordem do “precisar fazer”, de natureza impessoal, exterior ao sujeito, diferentes das modalidades potencializantes, que são da ordem do /não poder não fazer/, que implica que o sujeito pode ou não realizar seus deveres. Assim, conforme propõe Courtés, tem-se o sujeito virtualizado, atualizado, determinado e o realizado. Nesse estudo, Courtés concedeu à enunciação uma posição dominante, dando ênfase à análise modal e passional (interação entre enunciador e enunciatário), porém, considerando a interação inscrita em um discurso realizado, a partir do qual as modalidades da enunciação podem ser reconstruídas por pressuposição.

Na obra publicada em 2003, *La sémiotique du langage*, Courtés apresentou novamente a definição de enunciação, dos processos de debreagem e de embreagem, das noções de proprioceptividade, interoceptividade, exteroceptividade, euforia, disforia etc, a partir do paradigma standard da semiótica, fato que corrobora a ideia defendida nesta tese de que a

investigação dos estudos enunciativos nesses dois textos-fonte comprovam a fidelidade de Courtés à tradição greimasiana, importante postura teórica para a semiótica francesa, em um momento em que o conceito de enunciação passa por transformações.

Na próxima seção, serão apresentados os estudos enunciativos desenvolvidos por Denis Bertrand.

#### 4.3 Ponto de vista enunciativo de Denis Bertrand

A história das relações que a semiótica manteve com a problemática da enunciação - a fala em ato - é complexa e rica em ensinamentos. A partir de uma rejeição inicial, ela foi pouco a pouco reintegrando a enunciação em seu corpo teórico e hoje faz dela o elemento central em sua análise da linguagem e do discurso. (BERTRAND, 2003, p. 108 [2000]).

Denis Bertrand, estudioso da semiótica e da literatura francesa, no ano de 1972, integrou-se ao grupo de colaboradores de Greimas. Seus estudos foram centrados, principalmente, nas questões fenomenológicas, no conceito de figuratividade e na relação entre a semiótica e a retórica. Com o objetivo de analisar e descrever a abordagem enunciativa desse importante semioticista, selecionaram-se duas obras, relacionadas no quadro abaixo.

Quadro 6 - Relação das obras de Denis Bertrand selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo

Obras	Ano de publicação
L'impersonnel de l'énonciation - Práxis énonciative: conversion, convocation, usage	1993
Caminhos da semiótica literária	2003 [2000]

Fonte: Elaboração própria

Em 1993, Bertrand publicou o artigo “*L'impersonnel de l'énonciation - Práxis énonciative: conversion, convocation, usage*” no qual postulou que, na evolução dos estudos enunciativos, uma abordagem subjetiva e individual da enunciação foi progressivamente substituída por uma abordagem intersubjetiva do mesmo ato. Porém, essa problemática estava novamente se deslocando, dessa vez, para o conceito de práxis enunciativa que, por meio da

acumulação dos atos de discurso e da repetição de seus enunciados, projeta configurações coletivas estabilizadas em formações discursivas em um universo cultural sob a forma de estereótipos discursivos.

Dessa forma, o autor propôs uma concepção de enunciação articulando a enunciação individual com as organizações culturais significantes sedimentadas e esquematizadas, as quais dependem da práxis enunciativa, isto é, da atualização dos produtos do uso no discurso, gerando novas significações, que são reintegradas ao uso<sup>38</sup>, tornando-se novamente convocáveis. Nesse sentido, pode-se dizer que o processo da práxis enunciativa é um ciclo infinito. Bertrand explicou que

Compreende-se que a enunciação individual não pode ser vista como independente do imenso corpo das enunciações coletivas que a precederam e que a tornam possível. A sedimentação das estruturas significantes, resultante da história, determina todo ato de linguagem. Há sentido “já-dado”, depositado na memória cultural, arquivado na língua e nas significações lexicais, fixado nos esquemas discursivos, controlado pelas codificações dos gêneros e das formas de expressão que o enunciador, no momento do exercício individual da fala, convoca, renova e transforma. O impessoal da enunciação rege a enunciação individual e esta às vezes se insurge contra ele. [...]. A primazia da práxis enunciativa sobre o engajamento particular na fala em ato é um primeiro dado: a enunciação, a seu modo, convoca os produtos do uso que ela atualiza no discurso. Quando revoga, ela pode transformá-los, dando lugar a práticas inovadoras, que criam relações semânticas novas e significações inéditas. E esses enunciados, por sua vez, se forem assumidos pela práxis coletiva, poderão cair no uso, nele se sedimentando e assim se tornando convocáveis, antes de se desgastarem e serem revogados. (BERTRAND, 2003, pp. 87-88 [2000]).

A concepção de práxis enunciativa não é nova na semiótica francesa. Fontanille (2007, p. 271 [1999]) afirmou que o conceito foi “introduzido em semiótica no final dos anos de 1980 por A. J. Greimas, retomado em *Semiótica das paixões* e, em seguida, desenvolvido por Denis Bertrand”. Entretanto, conforme foi demonstrado no capítulo 3 “Os estudos enunciativos nas obras de A. J. Greimas”, o conceito foi tratado de forma indireta, ou de forma pressuposta, em *Semiótica e ciências sociais* (1981 [1976]) e, de forma direta, em *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma* (1993 [1991]). No *Dicionário de semiótica* (2008 [1979]), Courtés e Greimas falam de “práticas semióticas”, postulando que,

---

<sup>38</sup> O “uso” deve ser entendido no sentido hjelmsleviano, que são os hábitos linguísticos e culturais de uma comunidade linguística.

1. Partindo da definição do sentido\* como intencionalidade\* orientada e tendo em conta que as organizações semióticas se constroem no interior destas duas macrossemióticas\* que são as línguas naturais e os mundos naturais, denominaremos práticas semióticas os processos semióticos reconhecíveis no interior do mundo natural e definíveis de modo comparável aos discursos\* (que são "práticas verbais", isto é, processos semióticos situados no interior das línguas naturais). (COURTÉS; GREIMAS, 2008, p. 380 [1979]).

Em 1980, Fiorin, ao questionar o caráter individual da fala, defendendo a ideia de que a fala não era tão individual quanto se postulava, pois ela era o lugar da reprodução dos discursos dominantes, entende-se que de uma forma indireta também abordou o tema. Tal questionamento de Fiorin já vem estampado no título de sua dissertação "A ilusão da liberdade discursiva: uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro", assunto será tratado no capítulo 5 "Contribuição brasileira para a semiótica francesa".

Outro semioticista que abordou esse tema foi Jean-Marie Floch (1995). Para esse estudioso, as condições de produção das identidades visuais, denominadas "bricolagem", podem ser entendidas como uma forma particular de práxis enunciativa. Floch afirmou que

Como toda práxis enunciativa, a bricolagem implica a convocação de certo número de formas já constituídas, que certamente podem ser formas cristalizadas. Mas a atividade enunciativa que a bricolagem representa não resulta na produção de um discurso estereotipado. A seleção e a exploração dos fatos do uso e dos produtos da história resultam, nesse caso, em uma criação que faz toda singularidade da bricolagem como práxis enunciativa. Podemos mesmo dizer que se trata de uma ocorrência de dupla criação. De um lado, a bricolagem resulta em um enunciado que possui as qualidades de uma entidade autônoma. De outro, esse enunciado dá existência a um sujeito enunciativo e o dota de uma identidade. (FLOCH, 1995, p. 6)<sup>39</sup>.

Para Fontanille e Zilberberg (2001, pp. 171-202 [1998]), ao contrário do percurso gerativo que foi concebido para gerar grandezas homólogas e isomorfas, a noção de práxis enunciativa despertou interesse por considerar a heterogeneidade das grandezas convocadas no discurso. Tais grandezas são representadas pelas formas semionarrativas, que são as competências enunciativas vituais, sistema segundo Hjelmslev; pela seleção das formas semionarrativas; pelos produtos resultantes da seleção, que podem ser de dois tipos: as

---

<sup>39</sup> No original: Comme toute praxis énonciative, le bricolagem implique la convocation d'un certain nombre de formes déjà constituées dont certaines peuvent être des formes figées. Mais l'activité énonciative que représente le bricolage ne débouche pas sur la production d'un discours stéréotypé. La sélection et l'exploitation des faits d'usage et des produits de l'histoire débouchent dans ce cas sur une création qui fait toute la singularité du bricolage comme praxis énonciative. On peut même dire qu'il s'agit en l'occurrence d'une double création. D'une part, le bricolage aboutit à un énoncé qui possède les qualités d'une entité autonome. D'autre part, cet énoncé donne existence à un sujet énonciateur et le dote d'une identité. (FLOCH, 1985, p. 6).

ocorrências, que se realizam no discurso e os praxemas, potencializados pelo uso; pelos praxemas, que podem ser guardados na memória ou realizados por uma nova convocação; e, pelos praxemas realizados que, por sua vez, tanto podem ser convocados para serem virtualizados como serem realizados em ocorrências.

Desse modo, essas grandezas heterogêneas do discurso, isto é, os produtos da práxis enunciativa, podem ser articulados com os modos de existência da seguinte maneira:

- o modo de existência virtualizado homologa-se às formas semionarrativas, que correspondem ao estado latente, à memória das operações do discurso;
- o atualizado corresponde à convocação, ou à seleção dessas formas;
- o potencializado, corresponde ao praxema, ou seja, a um dos tipos dos produtos da convocação, que também se apresenta em estado latente;
- o realizado, corresponde às ocorrências, outro tipo dos produtos da convocação.

Assim, os modos de existência virtualizado e potencializado pertencem ao sistema enquanto que o atualizado e o realizado, ao processo (sistema e processo na nomenclatura de Hjelmslev).

Portanto, na acepção tensiva, esses regimes graduam-se em intensidade e extensidade a partir da articulação entre os funtivos visada (foco) e apreensão respectivamente, permitindo uma transformação dinâmica do sistema ao processo.

As reflexões de diversos estudiosos sobre a mesma questão, primeiramente de forma pressuposta, posteriormente, de maneira mais aprofundada quando o conceito começa a se constituir e a se solidificar, demonstraram não só a complexidade do tema, mas também o comprometimento dos semioticistas com o desenvolvimento do conjunto teórico da semiótica.

Em *Caminhos da semiótica literária* (2003 [2000]), Bertrand dedicou o capítulo 3 dessa obra ao conceito de enunciação, apresentando uma abordagem de caráter historiográfico. Ele principiou suas reflexões dividindo os estudos linguísticos na França em três fases, denominando-as de acordo com as características do foco de abordagem. A primeira fase, ele denominou estrutura, pois os estudiosos, naquele momento, estavam interessados nas relações estabelecidas entre as formas linguísticas, não se importando com o sujeito falante. Esse tipo de abordagem vigorou no período de 1960 a 1970. A segunda, delimitada pelo período de 1970 a 1980, o autor chamou de enunciação, momento em que, ao contrário da primeira fase, deu-se prioridade ao sujeito falante, conseqüentemente, foi nessa época que os estudos enunciativos começaram a florescer com maior intensidade. À terceira

fase, denominada interação, foram dedicados os anos de 1980 a 1990. Nesse período o foco foi direcionado para uma abordagem interativa, dialógica e conversacional. Pode-se dizer que esse período de trinta anos delimitado por Bertrand, referentes aos estudos linguísticos, correspondeu, nos estudos semióticos, ao tempo em que Greimas permaneceu liderando o grupo de colaboradores interessados em desenvolver a disciplina.

No panorama delineado acima referente aos estudos linguísticos, Bertrand mostrou que a posição da semiótica, no que concerne ao conceito de enunciação, era ambígua, pois ao mesmo tempo em que, desde *Semântica estrutural*, a teoria já reconhecia a existência de uma dimensão discursiva da manifestação da língua, ela excluiu, por questões metodológicas, o sujeito falante, pois, considerá-lo representava uma atitude perigosa, era uma ameaça à imanência linguística. Essa afirmação de Bertrand pode ser comprovada nos postulados de Greimas, contidos em *Semântica estrutural*, em que o autor destacou que

Todo discurso pressupõe, como sabemos, uma situação não linguística de comunicação. Esta situação é recoberta por um certo número de categorias morfológicas [categoria de pessoa, de tempo, dêixis espaciais, elementos fáticos] que a explicitam linguisticamente mas que introduzem ao mesmo tempo, na manifestação, um *parâmetro de subjetividade*, não pertinente para a descrição, e que é preciso, portanto, eliminar do texto [...]. (GREIMAS, 1973, pp. 200-201 [1966]).

O excerto acima retirado de *Semântica estrutural* foi empregado por vários semioticistas - Coquet, Bertrand, Fontanille, entre outros - para defender a ideia de que a problemática envolvendo o conceito de enunciação já estava na origem da teoria.

A exclusão das questões enunciativas do quadro teórico da semiótica francesa não durou muito, conforme foi demonstrado no capítulo 3 desta tese, logo no início dos anos de 1970, Greimas, ao tratar do discurso poético, reconheceu que a subjetividade era elemento essencial a esse tipo de texto. Assim, a enunciação é reintroduzida na teoria e tratada de forma pressuposta, sendo analisadas, então, as marcas projetadas no enunciado por meio da operação de debreagem, condição primeira para a manifestação do discurso, e o retorno à enunciação dessas marcas (pessoa, espaço e tempo), resultantes do mecanismo de embreagem.

Bertrand (2003 [2000]) apresentou uma interpretação diferente em relação a que se propagou no Brasil a respeito dessas duas operações enunciativas. Para ele, a debreagem corresponde à projeção do “não eu-não aqui-não agora” no enunciado. A partir dessa primeira projeção, o enunciador pode retornar à enunciação e, pelo mecanismo de embreagem, projetar o “eu-aqui-agora”, que configura o discurso em primeira pessoa. O autor explicou seu ponto de vista da seguinte maneira,

Essa anterioridade da debreagem é fácil de compreender. Basta pensar na aquisição da linguagem pela criança. Ela começa invariavelmente pelo universo do “ele”, pois seus semelhantes se dirigem a ela na terceira pessoa [...]. As crianças, por meio dos relatos e das histórias que lhes contam, descobrem primeiro o mundo objetivado, separado de si mesmas, um mundo sem “eu”. É apenas num segundo tempo que o “eu” aparecerá e será dominado. (BERTRAND, 2003, p. 91 [2000]).

Nota-se que, para esse autor, a debreagem funda o discurso em terceira pessoa e a embreagem, em primeira e segunda pessoa.

Para Fiorin (2015), um dos pesquisadores brasileiros a se aprofundar no estudo dessas operações enunciativas, a visão dos conceitos de debreagem e de embreagem exposta por Bertrand apresenta dois problemas, o primeiro, é que esses dois mecanismos são operacionais só para a categoria de pessoa, não sendo operacionais para as categorias de tempo e de espaço; o segundo, é que, dessa forma, essas operações não esgotam todas as possibilidades de discursivização das categorias de pessoa, de tempo e de espaço das línguas naturais.

Até aqui, discutiram-se as reflexões enunciativas de Denis Bertrand. Na sequência esse assunto será abordado segundo a proposta de Jacques Fontanille.

#### 4.4 Ponto de vista enunciativo de Jacques Fontanille

[...] a enunciação é o lugar de organização de todo o discurso, a instância responsável pelo devir das figuras e, de uma forma mais geral, pelos atos que delas fazem um conjunto significante, sujeito a alguma racionalidade e a alguma axiologia. (FONTANILLE, 2007, p. 266 [1999]).

Jacques Fontanille, professor e pesquisador francês, iniciou seus estudos secundários em Limoges, França. No início da década de 1970, buscando uma teoria de análise textual que o auxiliasse em seu trabalho, foi a Paris conhecer os estudos que Algirdas Julien Greimas e seu grupo desenvolviam. Integrou-se ao grupo nessa época, em que se discutiam questões referentes aos estudos das modalidades.

Em 1979, Fontanille defendeu, na *École des Hautes Études en sciences sociales* (EHESS), em Paris, sua tese de doutorado de 3º ciclo, intitulada “*Consciences et paroles romanesques: sémiotique littéraire*”; e, em 1984, defendeu sua tese de doutorado d’Etat,

intitulada “*Les points de vue dans le discours de épistemologie à identification*”, em Paris IV – Sorbonne. Ambas dirigidas por Greimas.

Devido ao conteúdo volumoso desse último trabalho, Greimas sugeriu que algumas partes fossem suprimidas. O texto excedente, posteriormente, foi reescrito e inserido nos livros “*Le savoir partagé*”, publicado em 1987, dando destaque à dimensão cognitiva, e “*Les espaces subjectifs: introduction à la sémiotique de l’observateur*”, publicado em 1989, que tratou do conceito de actante em domínios como o discurso, a pintura e o cinema.

Dessa forma, entende-se que esse percurso teórico pode ser segmentado em duas fases. O início da primeira correspondendo à época em que o estudioso chegou a Paris e integrou-se ao grupo liderado por Greimas e seu término dando-se no final da década de 1980, momento em que os estudos sobre as paixões, responsáveis pela virada “sensível” nas pesquisas semióticas estavam no auge. Segundo esse estudioso, é nesse momento que nasce a semiótica que se faz hoje. A segunda fase, mais longa do que a primeira, iniciou-se com os estudos sobre as paixões e estende-se até o momento atual em que o pesquisador está empenhado em desenvolver o conceito de formas de vida.

O quadro a seguir mostra cronologicamente as obras de Fontanille que foram selecionadas para servir de base documental a fim de reconstruir o percurso do conceito de enunciação nessa vertente semiótica.

Quadro 7 - Relação das obras de Jacques Fontanille selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo

	Título	Ano da publicação
	<b>Primeiro período</b>	
01	<i>Le savoir partagé: Sémiotique et théorie de la connaissance chez Marcel Proust</i>	1987
02	<i>Les espaces subjectifs: Introduction à la sémiotique de l’observateur</i>	1989
	<b>Segundo período</b>	
03	<i>Tensão e significação</i> (capítulo 8 “Forma de vida”)	1998
04	<i>Sémiotique du discours</i>	1999
05	<i>Corps et sens</i>	2011
06	Quando a vida toma forma (in <i>Formas de vida: rotina e acontecimento</i> )	2014
07	<i>Formes de vie</i>	2015

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o quadro acima, que relaciona apenas algumas de suas obras, observa-se que no primeiro período desse percurso teórico, considerou-se apenas duas obras, resultantes dos trabalhos desenvolvidos durante o doutorado d’État (1984). Esse primeiro momento representou as primeiras interações de Fontanille com os aspectos teóricos



enunciativos da semiótica, os quais vinham sendo discutidos pelo grupo comandado por Greimas.

#### 4.4.1 A dimensão cognitiva segundo Fontanille

De acordo com Fontanille, em *Le savoir partagé: Sémiotique et théorie de la connaissance chez Marcel Proust* (1987), o saber, como objeto semiótico, pode ser encontrado tanto no enunciado como na enunciação. No enunciado, o saber é considerado o objeto de circulação de informações entre os personagens, e o responsável por tecer o desenvolvimento narrativo. Na enunciação, o saber encontra-se implicado nos processos de discursivização, isto é, na construção da significação como um dos objetos do fazer semiótico. Dessa forma, Fontanille define o saber como um objeto no enunciado ou, em um nível mais abstrato, na enunciação, como um valor em circulação entre os sujeitos do enunciado (atores) e os da enunciação (informador, observador, enunciador, enunciatário, narrador, narratário).

Na semiótica narrativa, considera-se que a natureza desses dois saberes procede da articulação entre as dimensões pragmática (relativa aos estados e às transformações práticas – semiótica da ação), tímica (relativa à euforia e à disforia – semiótica da paixão) e cognitiva (semiótica da cognição). Na epígrafe de abertura deste capítulo, Fontanille (2007 [1999]) menciona que a enunciação está sujeita a racionalidades<sup>40</sup>, de modo que as três dimensões acima citadas dizem respeito às racionalidades da ação, da paixão e da cognição respectivamente.

Fontanille (2007 [1999]) define dimensão como um conjunto de sujeitos, de objetos e de enunciados que se associam ao redor de um mesmo tipo de valor. Disso decorre que a dimensão pragmática se organiza ao redor de objetos práticos, ditos valores descritivos, os quais têm a característica de serem consumíveis; a dimensão tímica se constitui ao redor de valores reacionais, conhecidos como “fóricos”, que determinam as paixões dos sujeitos; e, por fim, a dimensão cognitiva organiza-se ao redor dos valores intelectuais ou espirituais, que não são tesarizáveis, não são consumíveis, portanto, o sujeito cognitivo, em seu percurso, pode acumular vários tipos de saberes, sem que outro sujeito se prive desse mesmo saber. Em *Semiótica do discurso*, Fontanille (2007 [1999]) afirma que:

---

<sup>40</sup> Termo utilizado por Jacques Geninasca em *La parole littéraire* (1997) para designar qualquer forma de assegurar a inteligibilidade do mundo e dos enunciados, reduzindo a multiplicidade dos fenômenos à unidade.

[...] quando falamos em “dimensão pragmática” (semiótica da ação), em “dimensão passional” (semiótica da paixão) e em “dimensão cognitiva” (semiótica da cognição), “dimensão” adquire um sentido forte, idêntico ao sentido empregado na expressão “espaço em três dimensões”. Nesse sentido, pode-se dizer que todo objeto semiótico é um objeto em *três dimensões* (ação, paixão e cognição) [...]. (FONTANILLE, 2007, p. 190 [1999]).

O alargamento dos estudos da dimensão narrativa à dimensão enunciativa apareceu gradativamente desde as primeiras formulações da teoria semiótica. Bertrand (2003 [2000]) afirmou que

As duas vias de acesso à enunciação desenvolvidas pela semiótica, a que se refere à convocação dos produtos do uso e a que se refere à atividade do sujeito enunciante, são estreitamente complementares uma à outra. Juntas, elas esclarecem a dupla dimensão atuante em toda prática de linguagem, e principalmente em seu exercício literário: a força impessoal da coerção e a afirmação singular do sujeito. Mas elas conduzem, sobretudo, por causa de sua convergência, a encarar o discurso, daqui para frente, em sua própria efetuação e não mais somente através das articulações organizadoras de um enunciado ou de um texto realizado. Com ancoragem na enunciação, a análise semiótica do discurso é então levada a pôr o sujeito no centro de suas investigações e a analisar o discurso em ato. (BERTRAND, 2003, p. 100 [2000]).

A enunciação surgiu, então, como um “fazer” transformador, como um ato, e as debreagens pragmáticas, cognitivas e passionais foram instaladas, ao mesmo tempo, na enunciação e no enunciado.

A existência dessas três dimensões pode ser observada, intuitivamente, no momento da leitura, devido à distinção entre o “fazer” narrativo e o enunciativo. Isso significa dizer que o “fazer” pragmático existe em função da distinção do “fazer” verbal, pictural e fílmico, na enunciação e no enunciado. O mesmo ocorre com o fazer cognitivo, que só é reconhecido pela atualização dos saberes e crenças no enunciado e na enunciação. Por fim, no que diz respeito ao fazer tímico, as transformações passionais somente são identificadas no enunciado se puderem ser supostas também na enunciação.

No desenvolvimento dos estudos enunciativos em semiótica, primeiramente circunscreveu-se a enunciação à dimensão pragmática, uma vez que se refere ao ato produtor do discurso, ou seja, ao “fazer” que transforma as estruturas semionarrativas em discursivas. Progressivamente, estendeu-se à dimensão cognitiva e, por último, à passional. Entendendo que os discursos nunca se baseiam apenas em uma dimensão, pode-se considerar que essas três grandes dimensões são complementares e geram regimes discursivos dominantes, não exclusivos.

A relação entre o saber enuncivo e o enunciativo é resultante das operações de embreagem e de debreagem, conhecidas como mecanismos elementares do ato de enunciação. Essas duas operações serviram de referência para a constituição de um modelo teórico-epistemológico dos pontos de vista no discurso, os quais subentendem as escolhas do enunciador feitas a partir do actante observador.

Ainda em seu trabalho de doutorado d'État (1984), em *Les spaces subjectifs: Introduction à la sémiotique d l'observateur*, publicado em 1989, na França, Fontanille abordou a questão do actante observador, esclarecendo que o observador é um actante semiótico, ou seja, um efeito de sentido, responsável pelas diversas seleções e focalizações que constituem um enunciado.

Graças ao fazer do observador, que organiza as ações e que as qualifica a partir das três categorias da enunciação – tempo, espaço e pessoa -, as estruturas lógicas do enunciado são transformadas em processo, o que significa dizer que elas são aspectualizadas. Portanto, aspectualizar é estabelecer um ponto de vista no interior do desenvolvimento sintagmático do enunciado (processo), é organizar o espaço e o tempo a partir de um “eu”, por meio dos semas aspectuais incoatividade, duratividade e terminatividade.

As reflexões desenvolvidas por Fontanille em seu doutorado d'Etat (1984) voltaram-se para a construção de um modelo teórico geral do conceito de ponto de vista na semiótica francesa. Seus estudos focaram, principalmente, a dimensão cognitiva, que trata da detenção do saber. O autor começa suas reflexões definindo “observador” como o actante por meio do qual a enunciação manipula, por intermédio do próprio enunciado, a competência de observação do enunciatário. Em outros termos, o observador é o actante responsável pela seleção e organização dos elementos que constituem as estratégias de manipulação.

Essas reflexões do pesquisador estabeleceram, em relação à dimensão cognitiva da enunciação, o observador como actante principal; em relação à dimensão pragmática da enunciação, instalou-se um actante responsável pela realização material do enunciado, denominado “performador”, que, instalado no enunciado como ator, será narrador ou locutor; na pintura, será representado pelo pintor, e, no cinema, pelo filmador (PRADO, 2013, p. 64).

Diante do exposto, concluiu-se que esse primeiro momento das reflexões desenvolvidas por Fontanille, configurou-se em uma abordagem subjetiva da enunciação, de base cognitiva. De agora em diante, o intuito deste estudo será o de apontar como esse estudioso passou de uma abordagem subjetiva (sujeito/objeto) para uma abordagem intersubjetiva (sujeito/sujeito), isto é, da enunciação enunciada à enunciação em ato.

#### 4.4.2 De uma abordagem subjetiva da enunciação a uma abordagem intersubjetiva

Conforme periodização sugerida neste trabalho, o início do segundo período dos estudos elaborados por Jacques Fontanille foi marcado pelas reflexões contidas no livro *Sémiotique des passions* (1991) escrito juntamente com Greimas. A análise dessa obra foi apresentada no capítulo 3 “Os estudos enunciativos nas obras de A. J. Greimas”, portanto, a obra não será contemplada nesse momento.

No ano de 1998, foi publicado o livro *Tensão e significação*, importante trabalho escrito em coautoria com Claude Zilberberg. Tal obra será considerada para compor o inventário de textos-fonte nos dois percursos teórico, ou seja, uma reflexão aprofundada do capítulo 5 “Presença” será apresentada mais adiante quando da abordagem do ponto de vista teórico de Claude Zilberberg, pois, entende-se que o conceito de campo de presença, com características fenomenológicas, definido como uma arena perceptiva onde ocorre o embate entre o sujeito e o objeto, identifica-se com a proposta teórica de Zilberberg, enquanto a noção de campo posicional, fundamentada no pensamento benvenistiano, identifica-se com os postulados de Fontanille. Por outro lado, a reflexão do capítulo 8 “Forma de vida” será apresentada no percurso teórico de Fontanille, pois é esse o assunto atual de sua pesquisa. Portanto, a investigação da segunda fase desse ponto de vista teórico principiará com a obra *Sémiotique du discours*, publicada em 1999, na França.

Em *Semiótica do discurso* (2007 [1999]), Fontanille postulou que, ao tomar a direção da teoria do discurso, a percepção e a sensibilidade ressurgiram nos estudos enunciativos. Os dois planos da linguagem – expressão e conteúdo – são separados por um corpo perceptivo, ou corpo próprio, que toma uma posição no mundo do sentido. Esse corpo perceptivo, ao mesmo tempo em que separa expressão e conteúdo definindo suas fronteiras, os une na linguagem. Dessa forma, o sensível e o inteligível – duas dimensões da significação - são ligados no ato da enunciação, isto é, na presença de um corpo sensível que se exprime.

Nesse estudo, Fontanille direcionou sua atenção para a constituição do conceito de campo posicional discursivo, ancorando suas reflexões e a denominação “campo posicional” nos estudos de Benveniste (1976 [1950]), em especial no conceito de “campo posicional do sujeito” definido como:

[...] um conjunto de três referências que, cada uma à sua maneira, situam o sujeito relativamente ao processo e cujo agrupamento define aquilo a que se poderia chamar o campo posicional do sujeito: a pessoa [...]; o número, segundo seja individual ou plural; finalmente a diátese, segundo seja exterior ou interior ao processo. (BENVENISTE, 1976, p.190 [1950]).

Podem-se reconhecer nessa definição as categorias gerais que constituem o campo posicional na semiótica: *actantes*, *quantidade* e *orientação discursiva*. Entretanto, ainda é cedo para se falar em “sujeito”, pois, no pensamento fontanilliano, trata-se de um actante que apenas sente a intensidade e a extensão de uma presença e a aproximação ou o distanciamento dos horizontes do campo.

Na concepção de Benveniste, a enunciação está associada à subjetividade, à transformação narrativa, ao discurso realizado. Nesse sentido, pode-se entender o desenvolvimento do aparelho formal da enunciação sob a forma de uma enunciação enunciada (atores, espaço, tempo), ou ainda, das instâncias da enunciação (narradores, observadores etc). Para Fontanille, a pessoa e a subjetividade são fenômenos diferentes. O autor estabelece uma distinção entre a noção de subjetividade e a instância do discurso, esclarecendo que, na descrição da enunciação a partir das reflexões de Benveniste,

[...] a noção de “subjetividade” remete à distinção entre os diversos actantes transformacionais (sujeito/objeto/destinador/destinatário), enquanto a estrutura actancial da instância de discurso é somente *posicional*. Segundo a perspectiva de análise que se adota, dessa estrutura actancial podem ser apreendidas somente as seguintes séries: quanto ao campo, *centro*, *horizontes* e *profundidade*, quanto às posições, *fonte alvo*, *controle* [...].  
[...] sendo o sujeito um actante de tipo transformacional, a enunciação é tratada como uma transformação que equivale a uma transformação narrativa [...], não é o ponto de vista do discurso em ato, e sim do discurso realizado, acabado, apreendido a partir do fim do processo. Portanto, com a noção de subjetividade, [...] considera-se a enunciação, do mesmo modo como o enunciado, inscrita em um discurso acabado e apreendida retrospectivamente. (FONTANILLE, 2007, p. 265 [1999]).

Nas reflexões de Fontanille (2007 [1999]), a enunciação, ato que produz a semiose, é a primeira tomada de posição para se estabelecer a significação, e quem realiza esse ato é o “corpo próprio”. Portanto, a semiose é apreendida a partir da tomada de posição de uma instância proprioceptiva e consiste em unir os planos de expressão e de conteúdo por meio de duas operações perceptivas elementares, a visada e a apreensão.

As propriedades elementares do campo posicional são: centro de referência, ocupado pelo actante operador da tomada de posição, lugar de intensidade máxima; os horizontes do campo, que delimitam o domínio da presença; a profundidade, correspondente à distância entre o centro e seus horizontes; e os graus de intensidade e de quantidade (extensão) próprios da profundidade.

Relacionando as propriedades elementares do campo com a visada (intensiva) e a apreensão (extensiva), dois atos perceptivos básicos, tem-se a modulação do campo

discursivo. De acordo com o autor, esses dois atos implicam dois actantes posicionais, fonte e alvo. Entre esses dois actantes, um terceiro deve ser previsto, o actante de controle que pode exercer as funções de regulação, filtro, obstáculo, entre outras.

Dessa forma, a semiótica distinguiu duas maneiras de abordar os actantes: do ponto de vista da cena predicativa, os actantes transformacionais, que derivam das proposições de Fillmore (1977) sobre a gramática dos casos, pertencentes à lógica das forças. Do ponto de vista do discurso em ato - enunciação -, os actantes posicionais são provenientes das proposições de Tesnière (1965) sobre a valência verbal, referentes à lógica dos lugares. Esses dois pontos de vista devem ser conservados em seus domínios de pertinência, e articulados entre si como complementação um do outro.

No domínio da lógica dos lugares, a manipulação desses valores conhece duas dimensões: a atualização dos valores, que corresponde ao ponto de vista estético do discurso, e a troca dos objetos de valor, correspondente ao ponto de vista ético do discurso. Ao passar para a lógica transformacional, os actantes mudam de estatuto, sendo então definidos em relação à força axiológica e não ao lugar que ocupam no campo posicional, duplicando a estrutura, de modo que o par de actantes do campo perceptivo – fonte e alvo - corresponde aos pares de actantes sujeito e objeto ou destinador e destinatário da cena predicativa.

Os actantes transformacionais derivam dos actantes posicionais, de forma que a diferença entre eles é o fato desse último pertencer ao universo da presença, da orientação discursiva (enunciação), enquanto o primeiro, ao universo da junção, das transformações (enunciado). A estrutura actancial da transformação pressupõe a existência de um sistema de valores, a estrutura actancial da percepção contribui para a instauração desse sistema. Os actantes posicionais esboçam os valores em um campo perceptivo e os actantes transformacionais os realizam, portanto, é o ponto de vista discursivo que coloca no centro da sintaxe narrativa o objeto de valor.

Morfologicamente, o plano sintático repousa na relação entre actantes posicionais (fonte/alvo/controlador), que caracterizam o que se passa entre o centro e os horizontes do campo. Já o plano semântico resulta da gradação entre intensidade e extensão.

A partir da gradação entre intensidade e extensão estabeleceu-se uma tipologia constituída por quatro principais formas sensíveis de construção do sentido: eletiva, acumulativa, particularizante e englobante.

Devido à lógica das pressuposições, que imperou na semiótica da ação, não houve a necessidade de se considerar o conceito de corpo no quadro epistemológico da teoria entre os anos 1960 e 1980. Porém, com a introdução da temática passional, desenvolvida na década de

1980, tornou-se necessário revisar o conjunto teórico e, principalmente, de considerar o corpo como operador da semióse.

Os estudos desenvolvidos por Fontanille, primeiramente, em *Soma et Séma* (2004) e, posteriormente, reformulados em *Corps et Sens* (2011), constituem um aprofundamento do conceito de corpo na semiótica.

Buscando construir o conceito de actante a partir de uma posição corporal, portanto, em um nível mais abstrato, Fontanille (2011) propõe que não se examine apenas o que se passa com o actante conhecido como uma regularidade sintagmática, calculável a partir dos argumentos recorrentes a uma classe predicativa, como acontece na semiótica “clássica”, mas, que também o considere como um corpo constituído de uma carne e de uma forma corporal. Esse corpo é considerado o centro e o condutor das impulsões e das resistências responsáveis pelos atos transformadores dos estados de coisas que animam os percursos das ações.

Com o intuito de estabelecer um elo entre a noção de corpo e a de actante, o estudioso parte de uma primeira divisão. Para ele, o conceito de corpo se divide em: carne e corpo próprio. A carne, substância material dotada de energia transformadora, seria a instância enunciante, atuando como força de resistência e de impulsão, responsável pela tomada de posição no processo de semióse. A carne seria também a instância de referência a partir da qual o campo discursivo se organiza. O corpo próprio seria o portador da identidade que se constrói no processo de semióse e no desenvolvimento sintagmático de cada semiótica objeto, principalmente no espaço e no tempo.

Como já vimos, Jean-Claude Coquet (2013, p. 313 [1997]) foi outro estudioso que se interessou pela problemática do corpo na semiótica, para ele “o corpo não é um objeto [...]; ele forma um par com o sujeito, ele é parte afetada pela experiência do Eu, que se faz conhecer como centro de discursividade; que predica”.

Por convenção, Fontanille denomina a carne, *moi*; e o corpo próprio, *soi*. O termo e a noção *soi* foram tomados emprestados a Paul Ricoeur (1990) que, apoiando-se nos postulados da gramática francesa e nos questionamentos da filosofia, estabeleceu a identidade *ipse* (*soi-ipse*) e a identidade *idem* (*soi-idem*) do sujeito filosófico.

Para Fontanille, o *moi* é a parte do actante a quem o *soi* se refere à medida que se constrói. Isso significa que o *soi* busca no *moi* a reflexividade necessária para construir sua identidade. O *soi* é a parte do actante que o *moi* projeta para se construir. Portanto, as duas instâncias pressupõem-se mutuamente. O *soi* é a instância responsável pela construção do “eu” (identidade) no discurso. Essa construção pode acontecer de duas maneiras: por repetição, recuperação e similitude configurando a identidade dos papéis, definido como *soi-*

*idem*, cujas operações são regidas pela apreensão, dimensão da extensão, espacializante; ou, por manutenção ou permanência de um movimento em uma mesma direção, correspondendo à identidade das atitudes, denominado *soi-ipse*, em que as operações são regidas pela visada, dimensão da intensidade, que possui um aspecto temporalizante.

Baseando-se nas tensões entre essas instâncias, Fontanille (2011) estabeleceu três zonas de correlações que definem e caracterizam três tipos de esquemas discursivos: coesão, coerência e congruência. A coesão de uma ação resulta do confronto entre a movimentação do *moi-chair* e o princípio de repetição que caracteriza o *soi-idem*; a coerência repousa sobre a direção das movimentações do *moi-chair* estabelecida pelo princípio de visada permanente (tensão teleológica), que caracteriza o *soi-ipse*; e, a congruência de determinada ação procede do equilíbrio entre os dois modos do *soi*, ou seja, da repetição dos papéis, de um lado, e, de outro, da permanência da visada.

De acordo com o predomínio das zonas de correlações, teríamos a produção de textos coesos, coerentes ou congruentes. As zonas de correlações apresentadas permitiram que Fontanille (2011) elaborasse uma tipologia dos atos discursivos, que consiste nas diferentes correlações tensivas entre valências fracas, no centro do esquema, no qual o ato praticamente não acontece por falta de pressão e de impulsão do *moi* ou do *soi*; e, valências fortes, ao redor do esquema.

O domínio do *moi-chair* é chamado de zona de esquema de emergência axiológica. O *moi-chair* toma a iniciativa e impõe-se como instância de referência diante da repetição e da similitude característica do *soi-idem* e das tensões teleológicas do *soi-ipse*. Ao enfraquecer a apreensão do *soi-idem* e a visada do *soi-ipse*, o *moi-chair* enfraquece o sistema de valores vigentes, tornando possível uma reorganização axiológica.

A zona em que o *soi-idem* domina é a da programação do corpo actante. A identidade do *soi-idem* é definida por repetição e por similitude, controlando, ao mesmo tempo, as tensões individualizantes do *moi-chair* e as tensões teleológicas do *soi-ipse*. Dessa forma, coloca-se em evidência uma especialização restritiva do corpo actante, definindo seu papel dentro do percurso por meio da apreensão. É a zona da eficiência e da economia narrativa.

Por último, a zona que o *soi-ipse* domina é a da construção em devenir do corpo actante. A tensão teleológica do *moi-ipse* atua, ao mesmo tempo, sobre as tensões individualizantes do *moi-chair* e sobre as exigências de repetição e similitude do *soi-idem*. O percurso da construção da identidade do actante pertencente à zona de prevalência do *soi-ipse* resulta de uma visada e de uma atitude. É a zona da ética narrativa.



Dessa forma, a tipologia elaborada por Fontanille propõe uma organização textual, levando em consideração a predominância de um ou de outro regime narrativo, ou mesmo a presença simultânea de mais de um regime no interior de um mesmo texto.

As instâncias *moi* e *soi* constituem os dois tipos de propriedades elementares do campo posicional, ou seja, as determinações topológicas, como: centro de referência instituído pelo corpo sensível (*moi-chair*) e os horizontes do campo; e as determinações tensivas, que correspondem à profundidade, resultante da modulação entre o centro e os horizontes, e aos graus de intensidade e de extensão perceptivas, próprios a essa profundidade.

Atualmente, os estudos de Fontanille estão voltados para o conceito de forma de vida. No início da década de 1990, a semiótica tomou emprestado o termo “forma de vida” ao discurso filosófico, mais precisamente das reflexões de Ludwig Wittgenstein (1984), para denominar o estudo referente aos modos pelos quais os indivíduos sentem o mundo, externalizando suas impressões por meio de maneiras de ser e de fazer e de organizar seu espaço.

Em *Tensão e significação* (2001), Fontanille e Zilberberg tratam desse tema, inserindo no oitavo capítulo da obra um estudo referente ao conceito de forma de vida. Os autores declaram que essa noção, além de aparecer em Wittgenstein (1984), encontra-se também em Cassirer, porém, para este autor, o conceito de forma de vida não se une apenas a uma pragmática da linguagem, mas à semiótica da cultura.

Na obra, os autores definem a morfologia geral da forma de vida como “um ‘esquema de esquemas’ responsável pela coerência e significação de todos os esquemas imanentes a um conjunto discursivo vinculado a uma enunciação”. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 209 [1998]). Contudo, não se trata apenas de reconhecer o esquema na imanência do discurso, mas de examinar o sentido de seu efeito estético. Os autores explicam que

Já não se trata somente de identificar uma forma, estrutura ou dispositivo na imanência discursiva, e sim de abordar-lhes o *efeito estético*. Quer do ponto de vista do emissor, quer do ponto de vista do receptor, construir ou interpretar uma forma de vida é focalizar, para o emissor, ou apreender, para o receptor, a estética, ou seja, o plano de expressão adequado de um sistema de valores, tornando sensível graças à disposição coerente das esquematizações por uma enunciação. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 209 [1998]).

Essas definições paradigmáticas são relativas aos modos de existência semióticos – atualização, virtualização, realização e potencialização. Por outro lado, as definições

sintagmáticas, referentes às formas sintáticas, encarregam-se das tensões que surgem entre esses modos de existência.

Dessa forma, o confronto entre atualização e virtualização é denominado totalizante quando os funtivos de determinada função são compatíveis entre si, e chamado de partitivo quando ocorre o contrário. A tensão entre realização e potencialização refere-se à relação pertinente entre imperfectividade e perfectividade convergindo com a problemática das triagens e das misturas. Assim, uma forma de vida pode ser dirigida ou pela triagem, ou pela mistura, resultando em diferentes práxis enunciativas.

De acordo com a intensidade do campo discursivo, as formas de vida, do ponto de vista da direção, resultariam em totalizantes e acumulativas (mistura), ou partitivas e eletivas (triagem); e do ponto de vista do acento, em estrondosas ou discretas<sup>41</sup>. Segundo Fontanille e Zilberberg, (2001, p. 213 [1998]) “[...] há forma de vida a partir do momento em que a práxis enunciativa apareça como intencional, esquematizável e estética, ou seja, preocupada com um plano da expressão que lhe seja peculiar”.

O sentido de uma vida, como acontece em um texto, é construído pela coerência de um percurso, ou a vida não terá sentido. Dessa maneira, uma forma de vida se constitui em uma esquematização coerente que a torna sensível, perceptível. A coerência é sintagmática e determina a identidade do percurso. A congruência é paradigmática e se refere ao equilíbrio das seleções operadas no interior de cada nível (modal, actancial, passional etc). A concatenação das seleções baseia-se em um princípio de comutação. Fontanille e Zilberberg afirmam que

A seleção de um certo regime, operada num nível qualquer, acarreta uma cadeia de seleções congruentes nos demais níveis. O conjunto aparecerá depois como coerente, contanto que uma forma de vida identificável assuma a intencionalidade dessa “comutação em cadeia”. Desse ponto de vista, a congruência das seleções e a coerência global da deformação assim operada tornam-se manifestação de um projeto de vida subjacente. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 214-215 [1998]).

Considerando o sistema das paixões, as formas de vida alteram também a forma do campo de presença, pois afetam as estesias do sujeito sensível. No caso da profundidade perceptiva, um dos elementos constitutivo do campo de presença, articulando os funtivos da função percepção (visada e apreensão), os autores estabelecem quatro tipos de formas de vida: a busca (focalizante), a fuga (focalizado), a dominação (apreendedor) e a alienação

---

<sup>41</sup> Nota-se que os autores empregaram a mesma terminologia utilizada para classificar os diferentes tipos de pontos de vista tensivo.

(apreendido). Dessa maneira, o percurso pode ser descrito a partir de uma sequência de impulso (busca e fuga) ou de paradas (dominação e alienação), que caracterizam a mobilidade da profundidade perceptiva.

Do ponto de vista do processo, a articulação ocorre entre as modalizações existenciais (plenitude, vacuidade, falta e inanidade). Essa articulação resulta em um processo que reconhece a passagem progressiva de um percurso a outro pela gradação entre os furtivos visada e apreensão.

Considerando o processo de condensação - que resulta em uma expressão enunciada que denomina determinada forma de vida - e o de extensão - que se constitui em todo desdobramento sintagmático resultante da interpretação -, pode-se estabelecer uma aproximação das formas de vida com algumas figuras de retórica como é o caso do anacoluto, que se constitui na quebra da estrutura sintática da oração; na lítotes, que sugere uma ideia pela negação de seu contrário; na síncope, que se configura no desaparecimento de fonemas no interior de vocábulos etc.

Em continuidade aos estudos referentes às formas de vida, Fontanille (2014, p. 56) define tal conceito como “[...] organizações semióticas (“linguagens”) características das identidades culturais, individuais e coletivas, e, como tais, podem ser aproximadas dos outros planos semióticos de análise das culturas, por exemplo, os objetos, os textos e as práticas”.

Para Fontanille (2014), a instância que engloba todas as semióticas-objeto é a categoria geral ser/estar junto, que gera experiências de interação esquematizadas em estilos figurais, isto é, em traços sensíveis. O conviver, considerado uma macroexperiência, é uma subcategoria dessa categoria geral. O conviver atribui investimentos modais e passionais humanos à categoria geral ser/estar junto. Nas macroexperiências e nas suas experiências constituintes há esquemas figurais que prefiguram, respectivamente, as formas de vida e as práticas semióticas:

A vida é delimitada, de um lado, pelo nascimento e, de outro lado, pela morte; entre esses dois extremos há vários obstáculos que devem ser superados para que o curso da vida (substância) não seja interrompido, portanto, viver é dar continuidade à vida apesar das diversidades, definida como contraperseverança. Guimarães Rosa, em *Grande sertão: veredas* (2006, p. 312-313), resume bem esses dois princípios ao declarar que “Todo caminho da gente é resvaloso. Mas, cair não prejudica demais – a gente levanta, a gente sobe, a gente volta!”.

Em relação às práticas semióticas, busca-se dar continuidade à ação; no que concerne às formas de vida, a continuidade que se deseja é a do curso da vida, o que implica perseverar. Fontanille postulou que,

As razões para continuar a viver se tornam, assim, razões para viver. Muitas outras axiologias podem evidentemente interferir nas formas de vida e conduzir a questionamentos e confrontações mais radicais, mas a axiologia que é sempre, de algum modo, solicitada, por padrão, é, em realidade, esta: perseverar em seu caminho. Eis porque “viver é sobreviver”: “sobreviver” revela as razões e os valores para “viver”. (FONTANILLE, 2014, p. 71).

A forma de expressão do curso da vida resulta de um esquema sintagmático projetado sobre tal percurso; a forma do conteúdo são as configurações modais, passionais e temáticas agregadas ao esquema sintagmático. Para que haja sentido tem de haver coerência na recorrência e nos investimentos dos elementos de um percurso sintagmático, isto é, no plano da expressão da forma de vida. A congruência que diz respeito ao eixo paradigmático, caracteriza o plano do conteúdo. Ela organiza a seleção operada em todos os níveis (modais, actanciais, passionais), assim,

[...] a *coerência do plano da expressão* e a *congruência do plano do conteúdo* conformam-se uma à outra no processo de individuação icônica da forma de vida.

Nessa perspectiva, *a coerência do esquema sintagmático e a congruência das seleções convergem para manifestar a existência de um projeto de vida subjacente*. (FONTANILLE, 2014, p. 81).

Na sequência, serão discutidos os estudos enunciativos fundamentados no pensamento de Claude Zilberberg.

#### 4.5 Ponto de vista enunciativo de Claude Zilberberg

A lógica tensiva não pode ser senão uma lógica do desejo, do ser vivo (o que não implica qualquer energetismo, qualquer vitalismo, qualquer vegetalismo). A tensão só pode proceder da instância da enunciação; a tensividade só pode ser a interface do tempo e do espaço. Zilberberg reconhece o tempo-espaço e sua “marca aspectual” como a posição *ab quo*, a partir da qual todo sentido é gerado, seja ele proto-subjetal, actancial ou superficialmente discursivo. (PARRET, 2006, p. 13 [1988]).

Claude Zilberberg, semioticista francês, participou ativamente do grupo liderado por Greimas. A reflexão semiótica desenvolvida por esse estudioso, comparada às outras vertentes que surgiram a partir das obras de Greimas, é sem dúvida uma das mais poéticas. Não é à toa que ela ficou conhecida como “semiótica do afeto”, afeto como interesse pela disposição mínima que anima a subjetividade, como exercício de um estilo, ou seja, afetividade como elemento central dos processos de significação, portanto, sua preocupação teórica focou a construção de um modelo descritivo dos fenômenos contínuos associados ao universo sensível. Tal reflexão é considerada mais um dispositivo da semiótica pós-greimasiana que deu continuidade aos questionamentos iniciados por Greimas tanto em *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma* (1993 [1991]) (obra escrita em coautoria com Jacques Fontanille) como em *Da imperfeição* (2002 [1987]), obras que já foram contempladas neste trabalho.

Por meio da investigação de duas importantes obras, que serviram de base documental, relacionadas no Quadro 8 abaixo, pretende-se especificar como se constituiu a abordagem dos estudos enunciativos nesse percurso teórico.

Quadro 8 - Relação das obras de Claude Zilberberg selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo

Obras	Ano de publicação
<i>Tensão e significação</i> (capítulo 5 Presença)	2001 [1998]
<i>Elementos de semiótica tensiva</i>	2011 [2006]

Fonte: Elaboração própria

A obra *Tensão e significação* (2001 [1998]) foi escrita em coautoria com Fontanille. Ao escrever tal obra, os autores tinham como objetivo a elaboração de um dicionário composto por verbetes da semiótica tensiva. Por motivos anteriormente citados, não foi possível realizar essa tarefa. Então, *Tensão e significação* (2001 [1998]) pode ser considerada uma expansão de horizontes em relação à *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma* (1993 [1991]). Segundo os autores, *Tensão e significação*

[...] tenta comparar certas propostas teóricas e metodológicas ligadas de perto ou de longe à semiótica tensiva, à semiótica das paixões e à semiótica do contínuo. Por conseguinte, compreende algumas escolhas iniciais que definem um ponto de vista: ponto de vista da complexidade, da tensividade, da afetividade, da percepção. Nesse particular, não pretende substituir a semiótica “clássica”, de onde provém, e cujos “estandartes” são o quadrado semiótico e o esquema narrativo canônico: debateremos longa e frequentemente a cerca de ambos. Mas este trabalho procura situá-la, ao mesmo tempo em que se situa a si próprio: situá-la e situar-se como uma das

semióticas possíveis, no seio de uma semiótica geral ainda por construir. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 9 [1998]).

Apesar do comprometimento e da seriedade com que os colaboradores de Greimas se empenharam, e se empenham, em desenvolver seus pensamentos teóricos, ainda assim há críticas proferidas por alguns estudiosos que consideram as vertentes da semiótica pós-greimasiana outro paradigma. Sobre esse assunto, Fontanille e Zilberberg argumentaram que,

Revelar uma escolha é preservar-se da ilusão que consiste em querer escrever a história de uma disciplina quando se está dentro dela, e em decretar, por exemplo, que este ou aquele paradigma anterior está ultrapassado, e que o futuro está do lado daquele que está propondo. Revelar uma escolha é, em suma, reivindicar a pertinência validável e falsificável do ponto de vista defendido, e a coerência do método decorrente. E quando esse ponto de vista e essa coerência compreendem a possibilidade de se pôr em perspectiva entre os outros pontos de vista e as outras coerências possíveis, então, é uma outra maneira de fazer semiótica que se desenha, mais do que um outro “paradigma”. (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 9 [1998]).

Percorrer a evolução do conceito de enunciação nos diferentes percursos teóricos da semiótica francesa a partir de um viés historiográfico é o assunto que está no centro das investigações deste capítulo. Visando elaborar essa busca no pensamento zilberberguiano, selecionou-se como um dos textos-fonte o capítulo intitulado “Presença”, inserido em *Tensão e significação* (2001 [1998]). Embora a obra tenha sido escrita em coautoria com Fontanille, entende-se que a noção de presença atrelada à de percepção pertencem aos postulados de Zilberberg. Entretanto, respeitando as normas da ABNT referentes à autoria, que orienta a indicação de todos os responsáveis pela criação de um texto ou documento, sempre que se fizer necessário, serão citados Fontanille e Zilberberg.

Assim sendo, de acordo com Fontanille e Zilberberg, a relação cognitiva entre o sujeito e o objeto é a base perceptiva da apreensão da significação. Desse modo, atribui-se ao ato perceptivo prioridade na organização do processo de significação. A questão não é mais a de saber se o sujeito está disjuncto do objeto valor ou conjunto a ele, mas, identificar os instantes efêmeros em que a presença do objeto impõe-se ou revela-se inesperadamente.

Em *Tensão e significação* (2001), os autores apropriaram-se da reformulação elaborada pela fenomenologia em relação à categoria presença/ausência, que a definiu como “‘entes’ sensíveis [que] se destacam do ‘ser’ subjacente, e depois retornam a ele” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001, p. 123), porém, destacam que não se trata de integrar essas noções fenomenológicas ao discurso, mas de analisar como elas são representadas no discurso em ato. Nesse sentido, o par presença/ausência integra uma configuração perceptiva

anterior à categorização, aquém ao nível profundo, fato que permite considerar que esse procedimento prefigura o aparecimento da enunciação.

Entende-se que esse pensamento representou uma continuidade, de caráter perceptivo, às reflexões de Fontanille e de Greimas (1993, p. 138 [1991b]) que reconheceram uma fase de tensividade fórica localizada entre o nível de discretização e de categorização e o nível epistemológico, em que o sujeito epistemológico foi considerado um “quase-sujeito” que interage com uma “sombra de valor”. Ao elaborar a teoria das instâncias e clivar a categoria de pessoa em três níveis de maior abstração, Coquet (1984) já havia empregado o termo quase-sujeito, definindo-o como um operador de transformação entre o não sujeito e o sujeito, ou seja, como um agente informador que faz passar do não saber ao saber, ou do inconsciente (não sujeito) ao consciente (sujeito). Porém, a definição do quase-sujeito<sup>42</sup> apresentada por Fontanille e por Greimas, em *Semiótica das paixões* (1993 [1991a]), assemelha-se à definição do não sujeito - o corpo próprio, estabelecida por Coquet, que a considerou uma instância submetida a pulsões emocionais, juntamente com o sujeito, instância julgadora compõem o centro da instância discursiva; a partir desse centro organiza-se o espaço e o tempo discursivo.

Para Fontanille e Zilberberg (2001 [1998]), a enunciação, ato que produz a “função semiótica”, é a primeira tomada de posição de um corpo que sente, no centro de um espaço perceptivo, denominado campo de presença. A enunciação, que a princípio foi considerada uma instância pressuposta, e instância de mediação entre as estruturas semionarrativas e as discursivas, sendo a responsável pela manifestação do discurso por meio dos mecanismos de debreagem e de embreagem, considerada apenas no nível superficial do percurso gerativo, passou a ser entendida como uma instância presente em todas as camadas do percurso gerativo, agora considerado um campo discursivo. Dessa maneira, atenua-se o grande problema da semiótica referente à conversão dos níveis do percurso que, de estanque, torna-se modulado, articulado pelos vetores de intensidade e de extensidade, abrindo caminho para a surpresa, para o imprevisto.

A tomada de posição divide o mundo perceptivo em dois tipos de profundidades ou em dois domínios, o interior (interoceptivo), que afeta interiormente o sujeito e atualiza seu domínio, e o exterior (exteroceptivo), que atualiza o domínio exterior da percepção. No espaço interior as percepções (apreensão) são tônicas. No espaço exterior, isto é, no

---

<sup>42</sup> [...] se o imaginário do sujeito narrativo consiste em simulacros, o imaginário do sujeito epistemológico, imaginário da própria teoria, não pode ser senão o espaço tensivo da foria, aquele onde esboçamos um “quase-sujeito”, um sujeito que sente. (FONTANILLE; GREIMAS, 1993, p. 139) (Aspas dos autores).

“extracampo”, as percepções (visada) são átonas, lembrando que visada e apreensão são considerados os dois funtivos da função percepção.

A gradação entre as categorias presença e ausência depende da tensão entre os dois gradientes da tonicidade perceptiva, a visada e a apreensão. As modulações entre intensidade e extensidade são estabelecidas pelo corpo próprio. A articulação desses dois gradientes resulta nos modos de presença: *plenitude, falta, inanidade e vacuidade*.

De acordo com o que se apresentou acima, nos estudos desenvolvidos por Fontanille e por Zilberberg (2001 [1998]), a categoria presença/ausência foi organizada considerando a existência de um campo de presença, isto é, um campo perceptivo onde ocorre a relação entre sujeito e objeto submetidos à tensividade desse campo, ou seja, ao movimento entre intensidade e extensidade. Tal movimento pode ser analisado como um ritmo. Assim, entende-se que para a abordagem tensiva os processos de significação são resultantes das modulações que o campo de presença assume diante do embate entre enunciador e enunciatário, concedendo papel importante à enunciação. Em estudos posteriores Zilberberg, por meio da articulação entre intensidade e extensidade, concebeu a noção de acontecimento.

Em *Elementos de semiótica tensiva* (2006 [2011]), o estudioso reafirmou que a primeira esquiza (divisão) da categoria tensividade resultou nas grandezas intensidade e extensidade. A grandeza intensidade é dividida em duas subdimensões: andamento e tonicidade; a extensidade subdivide-se em espacialidade e temporalidade. No caso do acontecimento, o autor postulou que a intensidade, composta com o clasema /humano/ apresenta-se como afetividade, e a extensidade como algo legível, que possa ser entendido.

Nesse sentido, o acontecimento, do ponto de vista da intensidade, é o sincretismo das subdimensões andamento e tonicidade. Do ponto de vista da extensidade, a temporalidade é aniquilada e o espaço reduzido. Nessa semiose intensa, o acontecimento absorve o agir, deixando o sujeito estupefato, a sofrer. Tem-se, então, o sujeito da admiração, que, repentinamente, entrou em conjunção com um objeto-acontecimento. Em contrapartida, devido à rapidez com que esse processo ocorre, a percepção desse sujeito torna-se nula, ilegível. A recomposição do sujeito, isto é, o retorno a sua antiga atitude, aquela que o acontecimento suspendeu momentaneamente, está condicionada a uma desaceleração e a uma atomização. Em relação a esse processo, Zilberberg explicou que,

Em decorrência da intensidade repentina e superior daquilo que sobrevém, a “admiração” inerente ao objeto-acontecimento penetra no espaço tensivo, onde se instala como guardião do acento, e inscreve a percepção como correlato inacentuado ou desacentuado. A cada um desses regimes do objeto está vinculada uma atitude modal do sujeito: a do *sofrer*, enquanto a



“admiração” não “desandar”, na acepção metafórica utilizada na arte culinária, e a do *agir*, no que se refere à percepção. (ZILBERBERG, 2011, p. 165 [2006]).

Assim, no auge da intensidade, a legibilidade é nula, mas à medida que o impacto diminui, o sujeito consegue gradativamente reconfigurar o conteúdo semântico do acontecimento, equilibrando a modulação entre a intensidade e a extensidade. Segundo Zilberberg,

O acontecimento não pode ser *apreendido* senão como algo afetante, perturbador, que suspende momentaneamente o curso do tempo. Mas nada nem ninguém conseguiria impedir que o tempo logo retome seu curso e que o acontecimento entre pouco a pouco nas vias da potencialização, isto é, primeiramente, na memória, depois, com o tempo, na história, de maneira que, *grosso modo*, tal acontecimento ganhe em legibilidade, em inteligibilidade, o que perde, paulatinamente em agudeza. (ZILBERBERG, 2011, p. 169 [2006]).

Sobre a noção de acontecimento, o autor diz ainda que

[...] na qualidade de grandeza tensiva, deve ser apreendido como uma inversão das valências respectivas do sensível e do inteligível. Marcado por um andamento rápido demais para o sujeito, o acontecimento leva o sensível à incandescência e o inteligível à nulidade. [...]. A narratividade, que o acontecimento virtualizou, reclama seus direitos, em compreensão ou em aplicação, conforme o estilo persuasivo vigente. [...].

No que se refere à historicidade, reencontramos obviamente o circuito característico da discursividade: do ponto de vista enuncivo, o *antes* explica ou leva a compreender o *depois*, na exata medida em que, do ponto de vista enunciativo, o *depois* constatado explica ou faz compreender o *antes* suposto. A conduta enunciativa é a contraparte da conduta enunciva. (ZILBERBERG, 2011, p. 190 [2006]).

Para Zilberberg, o acontecimento, concebido como o sobrevir, como a realização do irrealizável, implica uma lógica concessiva, isto é, uma lógica dinâmica, do inesperado.

A partir do ponto de vista tensivo, é possível realizar uma abordagem dinâmica da relação entre enunciador e enunciatário. Dessa forma, observa-se que, em alguns textos, o enunciador manipula seu enunciatário pelo esperado, pelo inteligível, portanto, a manipulação se dá pela apreensão, sendo uma lógica implicativa; por outro lado, há textos em que o enunciador opta por manipular seu enunciatário pela surpresa, pelo desconhecido, nesse caso, a manipulação é fruto de uma visada, e a lógica é concessiva.

A seguir, o conceito de enunciação será investigado na proposta de estudo de Eric Landowski.

#### 4.6 Ponto de vista enunciativo de Eric Landowski

[...] é, de fato, o conjunto do “vivido”, enquanto sentido para sujeitos interativos e como sentido produzido por sua interação (verbal ou não), que a problemática da enunciação assim entendida engloba. (LANDOWSKI, 1992, p. 170 [1989]).

Eric Landowski foi um dos importantes colaboradores de A. J. Greimas no desenvolvimento do projeto semiótico. Pesquisador ativo tanto na França como no Brasil, onde, em 1994, criou o Centro de Pesquisas Sociossemióticas (CPS), na PUC, em São Paulo, cujo objetivo foi desenvolver ferramentas teórico-metodológicas capazes de analisar conteúdos e explicar os modos de produção e de apreensão da significação nos diferentes discursos e práticas sociais vividas, assunto de suas principais reflexões na área da semiótica francesa. Esse direcionamento em seus estudos resultou em um reexame da gramática narrativa. Landowski é autor de várias obras das quais destacamos: *A sociedade refletida: ensaio de sociossemiótica I* (1992 [1989]), *Presenças do outro: ensaio de sociossemiótica II* (2002 [1997]) e *Passions sans nom: essais de sócio-sémiotique III* (2004).

Para examinar a concepção de Landowski referente ao conceito de enunciação, nossa reflexão fundamentou-se em *A sociedade refletida: ensaio de sociossemiótica*, primeira obra a apresentar seu programa de pesquisa sociossemiótica. Portanto, entende-se que as bases epistemológicas da teoria já estavam previstas nessa obra.

Quadro 9 - Obra de Eric Landowski selecionada para a investigação de seu ponto de vista enunciativo

Obra	Ano de publicação
<i>A sociedade refletida: ensaio de sociossemiótica I</i>	1992 [1989]

Fonte: Elaboração própria

Em *A sociedade refletida: ensaio de sociossemiótica I* (1992 [1989]), Landowski postulou que é preciso repensar a função semiótica, isto é, a relação entre a significação e o sujeito. Em um primeiro momento, tal relação pode ser descrita como de pressuposição entre a existência do sentido e a competência do sujeito, pois só um sujeito competente é capaz de “fazer ser” sentido. Portanto, o sentido é um ato semiótico que o sujeito constrói. O autor propôs a substituição do verbo “fazer” pelo verbo “enunciar”, assim, a enunciação foi definida como “[...] o ato pelo qual o sujeito faz o sentido ser, correlativamente, o ‘enunciado’

realizado e manifestado aparecerá, na mesma perspectiva, como *o objeto cujo sentido faz o sujeito ser*” (LANDOWSKI, 1992, p. 167 [1989]).

O sujeito semiótico é uma realidade linguística, um efeito de sentido que resulta do discurso realizado, portanto, ele é uma forma, é o produto de uma organização discursiva. Entretanto, as condições de produção, ou seja, a posição social, política, institucional do locutor condicionam as estruturas enunciativas assumidas pelo enunciador, permitindo compreendê-las como reflexo das relações intersubjetivas “reais”. O autor observou que considerar as condições de produção é uma atitude que, a princípio, contraria a tradição linguística desde Saussure, pois negaria a imanência da linguagem. Mas, o estudioso salienta que o princípio de organização e de funcionamento é a gramática inscrita no interior do discurso. Landowski explicou que se trata de uma “gramática translinguística”, isto é, “[...] um conjunto de hipóteses e de modelos que visam explicar a ação em geral, contada ou vivida.” (LANDOWSKI, 1992, p. 169 [1989]). Sendo assim, não é o sujeito, mas a noção de actante que comanda a constituição do quadro teórico e a definição do processo de descrição.

Nessa obra, o autor defendeu a ideia de que as regularidades sintáticas e modais encontradas no enunciado regem o processo de enunciação, contribuindo para a apreensão da significação. A enunciação, considerada um ato, um fazer, deve ser submetida a uma gramática do fazer, que requer a instalação de alguns dispositivos actanciais, que será aplicável tanto para as estruturas semânticas e sintáticas quanto para as determinações temáticas e modais. Tais competências devem ser atributos comuns aos enunciadores para que o fazer discursivo seja eficiente.

Esse tipo de abordagem, da enunciação como forma de narrativização, abre novas perspectivas para a investigação do discurso em situação (em ato), o qual considera não só os discursos sociais, mas outras práticas extralinguísticas também. Essa visão teórica preconiza que a enunciação não só engloba o conjunto do vivido enquanto sentido para sujeitos em interação (verbal ou não verbal) como também é resultante da interação que a própria enunciação engloba. Landowski explicou que

[...] os fenômenos a serem levados em conta concernem, uns, ao que podemos chamar, em termos mais sugestivos do que técnicos, de *encenação* dos actantes, sujeitos da enunciação, os outros à *assunção* dos enunciados, objetos da comunicação. (LANDOWSKI, 1992, p. 170 [1989]).

A ideia de cena parece útil quando se trata da interação semiótica entre sujeitos. Para o autor, essa ideia refere-se ao contexto semiótico, isto é, ao conjunto de traços linguísticos, ou

extralinguísticos, que concorrem para a construção da significação do ato de enunciação. O contexto semiótico seleciona no “real” os elementos significantes para a encenação, tais como: o próprio enunciado, a maneira como o enunciador se inscreve no tempo e no espaço do enunciatário, as determinações sintáticas e semânticas que ajudam a construir a imagem dos sujeitos no ato da comunicação. Esses elementos não estão todos no mesmo patamar de profundidade, nem são manifestados pela mesma substância de expressão, mas juntos compõem um único efeito de encenação dos actantes do discurso.

Em relação à análise, Landowski postulou que ela se dará

[...] por reconstituição, sob a forma de modelos actanciais e temáticos, das coordenações de papéis que pressupõem, entre os atores em presença, a efetivação do ato discursivo considerado (a “promessa”, a “ordem”, etc.). Se invertermos a perspectiva e considerarmos a interação como processo em curso de efetuação, teremos os mesmos tipos de investimentos, mas considerados, desta vez, como constitutivos de *simulacros em construção*. É do ajuste entre essas figuras, realizado por aproximações sucessivas no âmbito de programas narrativos englobantes, que resulta o mínimo de “senso comum” (ainda que ilusório) sobre o qual se fundam a existência e a manutenção de toda relação intersubjetiva. (LANDOWSKI, 1992, p. 171 [1989]).

Para que os procedimentos de análises não se tornem muito extensos, o autor salientou que é preciso recorrer ao princípio da pertinência semiótica. Esse princípio foi definido por Courtés e Greimas (2008) como uma

[...] regra deôntica, que o semiótico adota, de descrever o objeto escolhido de um só ponto de vista (R. Barthes), retendo, por consequência, com vistas à descrição, apenas os traços que interessam a esse ponto de vista (que, para o semiótico, é o da significação). É de acordo com esse princípio que se fará, por exemplo, numa primeira abordagem, quer a extração\* (a partir de um *corpus*\* determinado) de elementos\* considerados pertinentes para a análise, quer, ao contrário, a eliminação\* do que é julgado não pertinente. (COURTÉS; GREIMAS, 2008, p. 369 [1979]).

Nesse sentido, é função da gramática narrativa, que opera a sintaxe interacional, programar e regular o sentido da encenação que os sujeitos desempenham no momento da interação. Ao aparelho formal da enunciação, que constitui o conjunto de elementos da gramática discursiva, cabe a colocação em discurso. Nessa etapa da análise, as operações a serem analisadas são os mecanismos de desembreagens e de embreagens, que transformam posições virtuais, que o componente narrativo oferece aos actantes da comunicação (enunciador/enunciatário), em posições “reais” assumidas por eles.

No último capítulo, apresentaremos a contribuição brasileira para os estudos enunciativos.

## 5 Contribuição brasileira para a semiótica francesa

O fato de a semiótica pensar-se como uma teoria do discurso faz que se introduza, na teoria, a questão da enunciação no sentido benvenistiano como a discursivização da língua. Assim, entende ela que a passagem das estruturas mais profundas e simples às mais superficiais e concretas se dá pela enunciação. Isso significa que a semiótica não se pretende uma teoria do enunciado, mas deseja integrar enunciação numa teoria geral. (FIORIN, 2003, p. 51).

A semiótica francesa, desde o final dos anos de 1960, contou com pesquisadores brasileiros interessados em contribuir para seu desenvolvimento. Professores de renome como Edward Lopes, entre outros, em um período de repressão militar, final da década de 1960 e início dos anos de 1970, foram afastados de suas funções na Universidade de São Paulo (USP), indo desbravar o interior paulista em busca de novas oportunidades de emprego. Esse acontecimento ajudou a disseminar a semiótica no interior de São Paulo e a constituir importantes núcleos de formação de estudiosos que se interessavam por essa área do conhecimento.

Segundo Nascimento (2010), os professores Ignácio Assis Silva, Edward Lopes, Eduardo Peñuela Cañizal, Alceu Dias Lima e Tiekko Yamaguchi, que, em 1969, lecionavam na UNESP de São José do Rio Preto, lá se reuniram e formaram um grupo de estudos que tinha como objetivo debater as questões semiológicas daquela época. Desse encontro resultou o primeiro número da revista BACAB – Estudos Semiológicos. Esse mesmo grupo de professores fundou, no início dos anos de 1970, porém em outra instituição de ensino, um centro de estudos semióticos, cuja inauguração foi marcada pela presença do mestre lituano.

Assim, a visita de Greimas ao Brasil em meados de 1973, época em que foi inaugurado, pelo próprio semioticista, o “Centro de Estudos Semióticos Algirdas Julien Greimas”, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Barão de Mauá, em Ribeirão Preto/SP, foi mais uma prova concreta do empenho de pesquisadores brasileiros em construir um sólido conhecimento nessa área de estudo. Foi durante sua visita ao Brasil que Greimas ofereceu um importante curso de especialização, resultando no artigo *L’énonciation: une posture épistémologique*, publicado no primeiro número da revista *Significação*, em 1974. Portanto,

pode-se dizer que o Centro Universitário Barão de Mauá foi o berço dessa conceituada revista.

Na UNESP de Araraquara, alguns dos professores mencionados acima, pertencentes ao, então, Programa de Linguística e Língua Portuguesa na FCL, fundado em 1977, que transitavam também pela literatura, não mediram esforços para implantar, em 1980, o programa que inicialmente foi denominado Programa de Pós-graduação em Semiótica. Ao longo dos anos ocorreram alterações e a denominação do programa foi mudando, até que, em 2002, adotou-se o atual nome de Programa de Pós-graduação em Estudos Literários. Por influência desses professores, a teoria semiótica teve uma posição privilegiada nessa universidade no campo da literatura. Leonel (2010) lembra que

Do processo de implantação cuidaram, entre outros, os professores doutores Ignacio Assis Silva, Edward Lopes, Alceu Dias Lima, Daisi Malhadas, Dante Tringale, Fúlvia Maria Moretto. São também citados como componentes do corpo docente os professores doutores Diana L. P. de Barros, Lauro F. B. da Silveira e Eduardo Peñuela Cañizal. (LEONEL, 2010, p. 3).

Além dos professores citados por Leonel (2010), no ano de 1980, integrou-se a esse corpo docente o Prof. Dr. José Luiz Fiorin, que se desligou da UNESP/Araraquara em 1987. Nesse período de sete anos, Fiorin, enquanto professor, ministrou, em nível de graduação, aulas no curso de Letras. Após concluir o doutorado (1983), ele foi o responsável pelas disciplinas “Semiótica soviética” e “Semiótica francesa” na pós-graduação, na área de literatura.

Observa-se que, ao longo dos anos, o interesse dos pesquisadores brasileiros pelos estudos discursivos, que têm por base teórica a semiótica narrativa e discursiva, foi aumentando e atualmente há destacados centros universitários que dão continuidade a esses estudos. Barros (1999), em um artigo que abordou as diferentes vertentes dos estudos do texto e do discurso no Brasil, disse que

A linha de investigação semiótica tem seus principais e mais antigos núcleos em São Paulo, na Universidade de São Paulo - USP, sobretudo na pós-graduação em Linguística e na Escola de Comunicações e Artes - ECA, e na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Araraquara e em São José do Rio Preto. Nessas universidades formou-se a maioria dos pesquisadores em Semiótica no Brasil e desenvolveu-se grande parte dos projetos de pesquisa na área. Em 1973, constituiu-se, com pesquisadores dessas instituições, um Centro de Estudos Semióticos que teve papel inegável na formação de pesquisadores e na divulgação dessa linha de pesquisa. Há atualmente outros grupos que merecem destaque, na PUC-SP (com um Centro de Estudos

Sociossemióticos muito ativo), nas universidades federais do Rio Grande do Sul - UFRGS, de Minas Gerais - UFMG e Fluminense - UFF, na Universidade Estadual Paulista - UNESP, em Assis, e na Universidade de Londrina - UEL. Alguns desses núcleos não estão ligados diretamente aos estudos lingüísticos, em sentido restrito, o que permite o enriquecimento dos estudos dos discursos verbais, orais e escritos, que podem assim ser aproximados, com um mesmo ponto de vista teórico, dos discursos do cinema, da publicidade, da pintura, etc. (BARROS, 1999, p. 191-192).

Em seus estudos, Barros desenvolveu importante reflexão referente à sintaxe e à semântica discursiva. Na obra *Teoria do discurso: fundamentos semióticos* (2002 [1988]), em relação à sintaxe discursiva, a autora analisou as projeções da intância da enunciação (actancial, temporal e espacial) no discurso enunciado e as relações entre enunciador e enunciatário; no que diz respeito à semântica discursiva, ela postulou que “A semântica discursiva descreve e explica a conversão dos percursos narrativos em percursos temáticos e seu posterior revestimento figurativo” (BARROS, 2002, p. 113 [1988]), afirmando que esse procedimento se constitui em uma tarefa do sujeito da enunciação.

Porém, nesta tese, priorizou-se os estudos desenvolvidos por José Luiz Fiorin. Essa preferência deve-se ao fato de que o conceito de enunciação foi para esse pesquisador uma preocupação teórica que o acompanhou, de forma gradativa, desde o início de seus estudos acadêmicos, sendo que tal conceito é também o principal foco deste trabalho. Outro motivo da escolha diz respeito à atenção especial dispensada por Fiorin às operações enunciativas conhecidas por *debreagem* e *embreagem*, dois mecanismos fundamentais pertencentes ao conceito de enunciação, porém pouco detalhados pela comunidade semiótica de linha francesa, sendo sua abordagem única tanto no Brasil como no exterior.

#### Ponto de vista enunciativo de José Luiz Fiorin

[...] o discurso, concebido como produto de um processo de trabalho, é um enunciado que contém as marcas formais da enunciação, isto é, um valor de uso que carrega as marcas do processo de trabalho que o forjou. É a relação dialética enunciado/enunciação. (FIORIN, 1980, p. 45).

O itinerário pelo discurso não se esgota no interior do próprio discurso, mas se projeta pela História em que o homem vive, pois é ela que encerra a inteligibilidade do texto. O contexto traduz o texto.



É preciso ler o contexto, para saber ler o texto.  
(FIORIN, 1980, p. 100).

José Luiz Fiorin, linguista e semiótico brasileiro, em seu longo e produtivo percurso acadêmico, ancorou seus estudos nas questões enunciativas e nas referentes à historicidade na semiótica de linha francesa. Pode-se dizer que esses foram os fios condutores que nortearam suas reflexões acadêmicas. Entre seus trabalhos encontram-se vários artigos publicados em periódicos, livros – escritos ou por ele organizados –, e capítulos de livros.

Buscando reconstruir seu percurso teórico, dando ênfase às questões enunciativas devido ao tema principal desta tese, considerou-se, como ponto de partida, os anos de 1980, em que Fiorin defendeu, no limiar dessa década, na Universidade de São Paulo (USP), a dissertação *A ilusão da liberdade discursiva: uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro* (1980) e, logo em seguida, em 1983, ele defendeu a tese *A religião da imanência: uma leitura de discursos presidenciais (1964 - 1978)*. Esses dois trabalhos foram orientados por Izidoro Blikstein.

Na década de 1990, a obra escolhida como representante principal desse período foi *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo* (2002 [1996]), na qual o autor buscou estudar os mecanismos de projeção da enunciação no enunciado. Como ponto de chegada, encerrando um período de quase 40 anos, selecionaram-se alguns estudos publicados nas duas últimas décadas, de 2000 e de 2010. O quadro a seguir apresenta, em ordem cronológica, as obras que fundamentaram as reflexões aqui expostas.

Quadro 10 - Relação das obras de José Luiz Fiorin selecionadas para a investigação de seu ponto de vista enunciativo

	Título	Ano de publicação
01	<i>A ilusão da liberdade discursiva: uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro</i>	Dissertação - Defesa em 1980
02	<i>A religião da imanência: uma leitura de discursos presidenciais (1964-1978)</i>	Tese - Defesa em 1983
03	<i>As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo</i>	1996
04	<i>À propos des concepts de débrayage et d'embrayage: les rapports entre la sémiotique et la linguistique</i> (artigo)	2016

Fonte: Elaboração própria

Em *A ilusão da liberdade discursiva: uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro* (1980), o objetivo principal foi analisar os componentes semânticos e os aspectos

do aparelho formal da enunciação na obra manuscrita de Antônio Conselheiro. Nesse trabalho, o estudioso procurou demonstrar, por meio da análise, a existência de uma determinação ideológica, no caso, a religiosa, que incide sobre tal discurso.

A expressão “ilusão da liberdade discursiva”, que compõe o título da obra, diz respeito ao questionamento feito pelo autor em relação ao caráter individual atribuído por Saussure à *parole*. Fiorin postulou que, apesar de Saussure não ter considerado explicitamente a relação entre a linguagem e a história, pode-se notar a presença dessa questão nos estudos do linguista de Genebra quando ele declarou que a linguística fazia parte de uma ciência geral denominada Semiologia, a qual, no futuro, se preocuparia em estudar os signos no seio da sociedade, esclarecendo que caberia ao psicólogo determinar o lugar exato dessa ciência, e aos linguistas, definir o que faz da língua um sistema dentro do conjunto semiológico.

O ponto de vista de Fiorin sobre essa questão é que

[...] a parole não pode ser considerada primacialmente o lugar da “liberdade” e da “criação”, mas, na maior parte das vezes, o lugar da reprodução dos discursos dominantes no meio social em que vive o falante. Isso quer dizer que, na maioria dos casos, quando a parole produz discursos, ela apenas os reproduz. (FIORIN, 1980, p. 34).

Após refletir a respeito da posição de vários estudiosos como Charles Bally, Walter von Wartburg, Barthes, Martinet, Hjelmslev, Coseriu, entre outros, referente à dicotomia *langue/parole*, Fiorin, ora contestando, principalmente no que diz respeito à ausência dos aspectos históricos que interferem na constituição do signo linguístico, ora atribuindo os devidos méritos, reconhecendo a grande contribuição que os estudos saussurianos trouxeram para o desenvolvimento da linguística como uma ciência autônoma, sintetizou o que entendeu por *langue*, discurso e *parole*, declarando que

A langue é o conjunto dos meios de trabalho discursivo institucionalizados em sistemas. [...]. O discurso é a atividade linguística de cunho social; é produto do processo de trabalho discursivo, [...] é um enunciado que porta as marcas formais do processo de enunciação que o forjou. [...]. A parole só pode ser entendida como atividade linguística individual se for considerada como o momento psico-físico-fisiológico da articulação linguística. Afora isso, [...], é ela, na maioria das vezes, o lugar em que os agentes individuais da fala reproduzem os discursos de seu grupo social. (FIORIN, 1980, pp. 79-80).

Baseando-se nessas reflexões, com a finalidade de reconstruir o sentido e as determinações ideológicas presentes nas prédicas de Antônio Conselheiro, Fiorin (1980) propôs uma análise que contemplou os mecanismos internos, isto é, a investigação da trama

semântica e da articulação dos meios de trabalho (*langue*), e os externos, que dizem respeito ao processo do trabalho discursivo que considera o contexto. Dito de outra forma, ele sustentou a trama semântica e a organização enunciativa no contexto histórico em que o discurso foi produzido. Entretanto, o próprio estudioso, em uma autocrítica de seu trabalho, declarou que sua dissertação era

[...] muito irregular com relação à teoria com que eu pretendia analisar o discurso. Eu não posso dizer que eu tenha me valido de Benveniste nessa época. Isso só mais tarde... no doutorado, é que eu estudei de fato teoria da enunciação. Não se pode confundir a minha análise do discurso político apresentada na tese com a análise do discurso religioso elaborada na dissertação. Na análise apresentada na dissertação, pode-se perceber que os recursos utilizados não são do mesmo nível da discussão teórica. A minha pesquisa de mestrado sofria do que sofriam os estudos do discurso da época, uma falta ainda de método muito claro, muito determinado, não havia instrumentos para análise. Foi só no doutorado, depois de ter estudado semiótica francesa, que eu posso dizer que eu tinha um método para estudar os textos. (FIORIN, 2018, p. 2, texto inédito)<sup>43</sup>.

Ao terminar sua pesquisa de mestrado, Fiorin declarou que “Ao entregar esse trabalho, não estou pondo um ponto final numa série de reflexões e considerando definitivas as conclusões. Coloco antes um ponto e vírgula.” (FIORIN, 1980, p. 3).

E assim ele procedeu, uma vez que, em 1983, quando o estudioso encerrou outro importante ciclo acadêmico, culminando na defesa da tese intitulada *A religião da imanência: uma leitura de discursos presidenciais (1964 - 1978)*, nota-se que novos instrumentos de análise surgiram, resultando no amadurecimento das questões teóricas iniciadas em seu curso de mestrado. O objetivo da tese foi demonstrar que o investimento ideológico se faz por meio dos mecanismos da enunciação ao tematizar e figurativizar as estruturas semionarrativas, tomando como objeto de análise, dessa feita, o discurso político pós-64, principalmente, os discursos do Mal. Castelo Branco. Fiorin (2018) disse que

No doutorado eu tinha a ideia de que a enunciação era muito importante, mas não tinha a mesma nitidez que eu tive quando escrevi *As astúcias da enunciação*, porque, na tese, eu não considerei a sintaxe da enunciação; eu me concentrei na semântica da enunciação, isto é, na tematização e na figurativização. Esses são os elementos centrais do meu estudo do discurso político. Então, no doutorado, eu sabia da importância dos estudos enunciativos, mas eu não tinha ainda noção clara da riqueza que, posteriormente, eu desenvolvi na livre-docência. (FIORIN, 2018, p. 3, texto inédito).

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida em maio/2018, inserida como Apêndice nesta tese.

Dessa forma, observa-se que sua trajetória acadêmica evidenciava um crescente interesse pelas questões discursivas, considerando o discurso não apenas como uma estrutura imanente, mas também como o lugar de inserção da história na língua, interesse esse que, de uma maneira cada vez mais elaborada, permeia seus estudos até os dias atuais.

As reflexões desenvolvidas nos anos de 1980, resultantes da dissertação e da tese, aos poucos, foram sendo enriquecidas com os saberes adquiridos por meio dos estudos acadêmicos, de participações em seminários, no Brasil e no exterior, e até mesmo, ou principalmente, na prática docente, desaguando no trabalho de livre-docência que resultou no livro *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo* (2002 [1996]). Pode-se dizer que esses trabalhos representam três grandes ciclos acadêmicos de José Luiz Fiorin, que se desenvolveram em torno de um importante núcleo temático, a enunciação. Sobre esses três grandes ciclos, Fiorin (2018) revela que:

Durante o mestrado, fundamentalmente, eu estava interessado no que é ideológico no discurso. Eu me preocupava com a enunciação, mas ainda não tinha os instrumentos para operar com a enunciação. Eu diria que no mestrado eu procurei aquilo da enunciação que era o histórico, aquilo que era o ideológico. No doutorado, eu também tinha essa preocupação, porém, tinha uma visão mais clara do que era enunciação e me ocupei, então, com a semântica da enunciação, porque, naquela época, eu acreditava que os elementos ideológicos não estavam na sintaxe da enunciação. Eu estudei fundamentalmente a semântica da enunciação. Posteriormente, comecei a entender que a enunciação não se reduzia à semântica, que era preciso haver um estudo aprofundado de sua sintaxe. Foi então que me dediquei à sintaxe da enunciação no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, foi nesse período que fiz o que penso ser o mais inovador do meu trabalho. (FIORIN, 2018, p. 4, texto inédito).

Em *As astúcias da enunciação* (2002 [1996]), tomando como ponto de partida para organizar suas ideias e explicar a origem da linguagem e a colocação do homem na história, Fiorin se baseou em narrativas míticas que aparecem em quatro relatos bíblicos, sendo três no Antigo Testamento (relatos da criação, do dilúvio e da torre de Babel) e um no Novo Testamento (milagre da Pentecostes). Assim, o estudioso postulou que, no início, a linguagem era um atributo da divindade que, linguisticamente, criou o mundo. No sexto dia da criação, Deus criou o homem e depois a mulher e os colocou no paraíso terrestre. Depois de provarem do fruto proibido, eles passaram do estado natural ao cultural. Essa transição marcou a inserção do homem na história. No que diz respeito à linguagem, o que pertence à história é o discurso, que é o lugar das instabilidades das estruturas. Dessa forma, segundo esse estudioso, essa “primeira queda” marcou

[...] a entrada do homem na História, ou seja, no tempo e no espaço não-mítico, em que o ser humano sofrerá a condição humana. O castigo do homem é passar a sofrer o tempo (“morrerá”), o espaço (“a natureza lhe será hostil”) e a actorialidade (“comerá o pão com o suor do rosto, dará à luz em meio à dor”). A História está, então, marcada pela temporalidade, pela espacialidade e pela actorialidade.

[...]

No âmbito da linguagem, o que pertence à ordem da História é o discurso e não o sistema. Ora, como se passa deste àquele? Com a enunciação, ou seja, temporalizando, espacializando e actorializando a linguagem. O mito mostra que [...] o homem foi submetido às coerções dessas que são três categorias enunciativas. Colocar o homem na História é enunciá-lo. (FIORIN, 2002, pp. 12-14).

Nessa esteira de raciocínio, Fiorin (2002 [1996]) postulou que há nas narrativas míticas duas teses centrais para a Teoria do Discurso. A primeira é que o discurso é da ordem do acontecimento, da história; a segunda considera que não existe acontecimento que não seja delimitado pelos mecanismos de temporalização, espacialização e actorialização, que são processos discursivos fundamentais.

Porém, para que essas questões enunciativas, latentes desde tempos remotos, aflorassem e se tornassem o centro das atenções da comunidade científica, era preciso que se definisse um objeto de estudo para a Linguística para que ela fosse aceita como uma ciência autônoma. Essa tarefa Ferdinand de Saussure desenvolveu em seus três últimos cursos proferidos no período de 1907 a 1911, na Universidade de Genebra. Apesar das posteriores críticas proferidas por vários pesquisadores, é indiscutível a contribuição saussuriana para o desenvolvimento da linguística contemporânea. É do conhecimento de todos que se interessam pelos estudos linguísticos que o foco dos estudos saussurianos foi a *langue*, isto é, o sistema linguístico, porém o próprio Saussure reconheceu a importância de uma linguística da fala, estudo que não chegou a ser elaborado por ele.

Observa-se que, na obra *As astúcias da enunciação*, ao desenvolver suas reflexões sobre o conceito de enunciação, Fiorin apresentou uma retomada dos estudos linguísticos com a finalidade de delimitar o lugar desse conceito na Linguística do século XX. Esse procedimento teórico foi recorrente também em sua dissertação (1980) e em sua tese (1983). Até os dias atuais, nos cursos sobre enunciação que ele ministra, o professor, na primeira aula, faz uma retomada do pensamento de Saussure, de Benveniste etc. para em seguida discorrer sobre o conceito de enunciação na semiótica francesa.

Dando sequência ao desenvolvimento de seus pensamentos, baseando-se em ideias de alguns estudiosos como Benveniste (1976/2006), Kerbrat-Orecchioni (1980), entre outros, ele

apresentou uma definição linguística da enunciação como o ato produtor do enunciado, um ato que é sempre pressuposto. Portanto, na impossibilidade de estudar o ato em si, os linguistas buscaram identificar as marcas (pronomes, adjetivos, advérbios, dêiticos espaciais e temporais) do ato no produto. O conjunto dessas marcas, como já vimos, Benveniste (2006 [1970]) denominou de “aparelho formal da enunciação”, enquanto Jakobson chamou de *shifters* (embreantes).

Mantendo-se fiel ao pensamento de Greimas, segundo o qual a geração do sentido percorre um caminho que vai do nível fundamental (o mais simples e abstrato), passando pelo narrativo, chegando ao discursivo (o mais complexo e concreto), e reconhecendo a contribuição dos estudos benvenistianos no desenvolvimento do conceito de enunciação na semiótica, Fiorin entende que tal conceito é definido como uma instância de mediação entre as categorias sêmio-narrativas (nível fundamental e narrativo), que constitui a competência do sujeito, e as discursivas (nível da manifestação), representando a *performance* desse sujeito.

Esse semioticista brasileiro salientou ainda que Greimas e Courtés (2008, p. 168 [1979]) alertavam para uma confusão recorrente entre a enunciação propriamente dita, instância sempre pressuposta pela existência do enunciado, e a enunciação enunciada, que é o conjunto das marcas de enunciação encontradas no texto, esta última, configurando-se em um simulacro da enunciação. Na verdade, esse alerta já tinha sido proferido por Greimas (1974) no texto “*L’énonciation: une posture épistémologique*”, conforme exposto no capítulo 3, “Os estudos enunciativos nas obras de A. J. Greimas”, desta tese.

Nas pegadas de Greimas e Courtés, Fiorin menciona, então, para a existência de dois grupos de textos, aqueles que se apresentam como enunciação enunciada, que contêm as marcas da enunciação, e aqueles denominados enunciado enunciado, cujo texto apresenta-se desprovido dessas marcas. No interior do processo de enunciação enunciada pode ocorrer ainda outro tipo de ato enunciativo denominado enunciação reportada, conhecido também como enunciação de segundo grau; fato esse que ocorre quando o narrador delega a voz a um ator da narrativa, processo gramaticalmente conhecido como discurso direto. Esse mecanismo configura uma das tipologias da categoria de pessoa elaborada pelo autor, a qual ele denominou “pessoa transformada”, conforme será demonstrado adiante.

Nas reflexões apresentadas no livro *As astúcias da enunciação*, ilustradas com algumas passagens da Bíblia, o autor procurou demonstrar que enunciar é criar. Nesse sentido, ele afirmou que

[...] a enunciação faz dos homens seres iguais a Deus, pois com ela criam mundos diversos. Não é à toa que o Criador desconfiava da palavra, como demonstrou no episódio da torre de Babel, pois com ela os homens o desafiaram, seriam tão poderosos quanto ele. (FIORIN, 2002, p. 43 [1996]).

Na semiótica, os mecanismos fundadores do discurso, isto é, que instauram as categorias de pessoa, tempo e espaço, ficaram conhecidos como *debreagem* e *embreagem*, noção que, de acordo com o exposto na segunda seção, “Roman Jakobson e o conceito de *embreagem* (*shifters*)”, do capítulo 2 desta tese, foi tributária dos pensamentos de Jakobson (1963 [1950]), que, por sua vez, se baseou nos estudos críticos de Burks (1949) sobre a classificação pierciana dos signos.

A grande contribuição dos estudos de Fiorin para a semiótica da escola de Paris, apresentada nessa obra, resultante de sua livre-docência, refere-se à descrição detalhada desses dois mecanismos, responsáveis pela projeção no texto das categorias de pessoa, de tempo e de lugar, elementos esses que constituem a sintaxe discursiva. Pode-se afirmar que, na teoria semiótica de linha francesa, essa é a abordagem mais completa e esmiuçada desses dois mecanismos enunciativos.

Fiorin, seguindo à risca os postulados apresentados por Courtés e Greimas (2008 [1979]), em que esses autores definiram *debreagem* como a projeção das categorias de pessoa, espaço e tempo no enunciado, afirmou a existência de dois tipos de *debreagem*: a enunciativa e a enunciva, declarando ainda que esses dois mecanismos criam os efeitos de subjetividade e de objetividade respectivamente.

A *debreagem* enunciativa consiste em projetar um “eu-aqui-agora” (actantes da enunciação) no enunciado; a *debreagem* enunciva, por sua vez, projeta o “ele-alhures-então” (actantes de enunciado). Hierarquicamente, a enunciação enunciva está subordinada à enunciação enunciativa, que, por sua vez, subordina-se à enunciação propriamente dita. O mecanismo de *debreagem* instaura no enunciado as categorias actanciais, espaciais e temporais.

A *embreagem* ficou conhecida como o retorno aparente dessas categorias à enunciação. Porém, o retorno é só aparente, uma vez que a enunciação é singular, única, portanto, ela é sempre nova, não tendo como retornar a essa instância de origem. Outro fato que se deve destacar é que a *embreagem* sempre pressupõe uma *debreagem*. Assim, esse mecanismo que simula um retorno às categorias da enunciação classifica-se em *embreagem* externa, quando é realizado por uma instância enunciativa pressuposta pelo enunciado, e

interna, quando é produto de uma instância enunciativa inscrita no enunciado. Da mesma forma como ocorre com a debreagem, temos embreagem actancial, temporal e espacial.

Fiorin afirma que

Os mecanismos de debreagem e de embreagem não pertencem a esta ou àquela língua, a esta ou àquela linguagem (a verbal, por exemplo), mas à linguagem pura e simplesmente. Da mesma forma, todas as línguas e todas as linguagens possuem as categorias de pessoa, espaço e tempo, que, no entanto, podem expressar-se de maneira diferente de uma língua para outra, de uma linguagem para outra.

[...] aquilo que se refere à instância da enunciação (debreagem, embreagem, enunciação enunciada, enunciação reportada, enunciado enunciado, enunciativo, enuncivo, *ego*, *hic et nunc*) constitui um conjunto de universais da linguagem. O que é particular a cada língua ou a cada linguagem são as maneiras de expressar esses universais. (FIORIN, 2002, pp. 52-54 [1996]).

Os elementos linguísticos que indicam pessoa, espaço e tempo dividem-se em dois grupos: os dêíticos (referentes à enunciação pressuposta ou explícita) e os anafóricos (que são elementos do enunciado), constituídos pelos pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos. A presença desses elementos produz textos chamados enunciativos; a ausência gera os textos denominados enuncivos.

As operações de debreagem e de embreagem compõem a sintaxe discursiva. A categoria de pessoa quando tematizada e figurativizada, processo que pertence à semântica discursiva, torna-se um ator do discurso.

Para a categoria de pessoa – centro discursivo que organiza o espaço e o tempo ao seu redor –, Fiorin estabeleceu uma classificação em seis diferentes tipos: pessoa demarcada, multiplicada, transformada, subvertida, transbordada e desdobrada. Essa classificação representa as diferentes projeções da pessoa, portanto, constitui a sintaxe da pessoa.

A pessoa demarcada é aquela expressa por meio dos pronomes pessoais retos e oblíquos, pronomes possessivos e desinências dos verbos.

A pessoa multiplicada está relacionada à hierarquia dos níveis de enunciação, ou de produção de enunciados. O primeiro nível, implícito, é o que recobre as posições do sujeito da enunciação propriamente dita, enunciator/enunciatário; o segundo patamar enunciativo corresponde aos actantes da enunciação enunciada, narrador/narratário, que diz respeito à debreagem do 1º grau; o terceiro nível dessa hierarquia ocorre quando o narrador dá a voz a um actante do enunciado, representado pelo par interlocutor/interlocutário – esse nível é conhecido também como debreagem do 2º grau. Além desses três tipos que configuram a pessoa multiplicada, Fiorin estabeleceu ainda outro tipo, que ocorre quando determinados



enunciados incorporam diferentes responsáveis pela enunciação, isto é, quando a voz de outro é reconhecida em um enunciado do narrador ou do interlocutor; essa instância foi denominada locutor/alocutário.

A pessoa transformada é representada pela citação. De acordo com os gramáticos, há três maneiras de realizá-la: por meio do discurso direto, do indireto e do indireto livre.

A gramática define discurso direto como a reprodução da fala de alguém, introduzida pelo travessão ou aspas e pelos verbos *dicendi*; em termos semióticos “O discurso direto é resultado de uma debreagem interna (em geral de segundo grau), em que o narrador delega voz a um actante do enunciado” (FIORIN, 2002, p. 72 [1996]), portanto, há dois atos de enunciação enunciados, um que instaura o narrador e outro o interlocutor.

O discurso indireto, segundo os gramáticos, é a reprodução da fala de outro pelo narrador. Para a semiótica, “No discurso indireto não há uma debreagem interna, o que significa que o discurso citado está subordinado à enunciação do discurso citante” (FIORIN, 2002, p. 75 [1976]).

Por fim, segundo as gramáticas, o discurso indireto livre associa as características do discurso direto e do indireto, isto é, o narrador insere, de maneira sutil, a fala de outro em seu discurso. Fiorin (2002, pp. 82-83 [1996]) explicou que no discurso indireto livre “[...] o narrador delega a palavra à personagem (debreagem enunciativa de segundo grau), em seguida, há uma neutralização entre primeira e terceira pessoas em proveito da última (embreagem enunciativa do segundo grau)”.

A pessoa subvertida é resultante do mecanismo de embreagem, isto é, o enunciador emprega determinada pessoa com o valor de outra. Fiorin (2002, p. 98 [1996]) esclareceu que “A língua, com o mecanismo da embreagem, permite que pronomes derrapem e efetuem sua ancoragem em pontos de referência deslocados em relação às coordenadas enunciativas efetivas”.

A pessoa transbordada é uma construção frequente, pertencente à linguagem familiar. Ela ocorre quando “[...] a instância enunciativa transborda instalando o *eu* ou o *tu* (este com mais frequência) como complementos dativos. É o chamado *dativo ético*.” (FIORIN, 2002, p. 102 [1996]) que, segundo o autor, por parte do enunciador, gera enunciados enfáticos devido à recorrência da marca de pessoa.

A pessoa desdobrada diz respeito à problemática da delegação de voz, da delegação do saber – que envolve a questão da noção de ponto de vista na semiótica –, e do sincretismo, ou não, do narrador com os outros actantes da narrativa, inclusive podendo ocorrer sincretismo do narrador com o actante observador. Prado (2013, p. 72) postulou que “[...] o conceito de

ponto de vista refere-se a um conjunto de procedimentos utilizados pelo enunciador, por meio de um actante observador [...] por ele instaurado no enunciado, para diversificar a leitura que o enunciatário fará da narrativa [...]”. Nesse sentido, o narrador pertence à dimensão pragmática da enunciação e o observador, à dimensão cognitiva.

Em relação à abordagem detalhada da categoria de pessoa por meio dos mecanismos de debreagem e de embreagem elaborada por Fiorin (2002 [1996]), Mancini (2006) sintetizou que

[...] o autor aborda os mecanismos da sintaxe discursiva, notadamente os desdobramentos possíveis decorrentes das operações de debreagem e embreagem. No que tange à categoria de pessoa, analisa detalhadamente as alternativas da projeção da pessoa no enunciado – as debreagens – que podem se dar seja pela instauração direta no enunciado do eu enunciativo, seja por sua ocultação no emprego do ele (debreagem enunciativa), assim como discute os efeitos de sentido de ambas as estratégias. Além do mais, investiga as consequências das neutralizações possíveis entre essas projeções – as embreagens. Ainda no que diz respeito à categoria de pessoa, o autor examina também o problema da incorporação da voz de outrem na voz de quem está com a palavra, por meio dos mecanismos do discurso direto, indireto e indireto livre. (MANCINI, 2006, p. 90).

Foi dessa forma que Fiorin demonstrou as diferentes maneiras de como a categoria de pessoa pode ser debreada ou embreada no discurso. O mesmo ele fez para a categoria de tempo, estabelecendo uma tipologia constituída a partir de sete diferentes aspectos temporais: o tempo dominado, demarcado, sistematizado, transformado, harmonizado, subvertido e desdobrado. Esses diferentes processos constituem a sintaxe do tempo, isto é, a relação entre o tempo da enunciação e o do enunciado e suas projeções.

No que tange ao tempo dominado, a reflexão apresentada pelo linguista brasileiro representou a busca por uma definição para a noção de tempo, ou seja, compreender o significado do tempo. Partindo do pensamento mítico, adentrando ao filosófico, principalmente, no que diz respeito aos postulados de Santo Agostinho contidos no “Livro décimo-primeiro” de suas *Confissões*, Fiorin concluiu que

A marcha da reflexão sobre o tempo começa como mito, dá lugar à filosofia, que estabelece as bases da compreensão do tempo físico, e, ao perceber a sutileza e a complexidade da experiência temporal humana, desemboca na análise linguística. O tempo é uma categoria da linguagem, pois é intrínseco à narração, mas cada língua manifesta-o diferentemente. (FIORIN, 2002, pp. 141-142 [1996]).

Remetendo a Benveniste, mais especificamente ao artigo “O aparelho formal da enunciação”, Fiorin denominou tempo demarcado aquele relacionado à enunciação. Nesse sentido, o autor postulou que o tempo linguístico é o presente, pois ele indica a contemporaneidade entre o acontecimento e o momento da narração, isto é, o presente linguístico (o momento da enunciação) ordena o eixo da temporalidade em concomitância e não concomitância entre a narração e o narrado. A não concomitância articula-se ainda em anterioridade (pretérito1) e posterioridade (futuro). Diferentemente do tempo linguístico, tem-se o tempo crônico, que expressa as divisões do tempo físico.

O tempo sistematizado diz respeito à organização do sistema temporal em tempos enunciativos e enuncivos. Os tempos enunciativos se organizam em torno do subsistema centrado no momento de referência presente. Os tempos enuncivos se organizam em dois subsistemas, um que se organiza em torno do momento de referência pretérito1, ao qual Fiorin, metaforicamente, referiu-se como “o instante do pôr-do-sol”, e o outro centrado no momento de referência futuro.

Ao sistematizar o presente, o autor definiu três formas: o presente pontual, no qual o momento de referência coincide com o momento de enunciação; o presente durativo, quando o momento de referência é mais longo do que o momento de enunciação; e o presente omnitemporal ou gnômico, em que seu momento de referência é ilimitado, é o tempo das verdades eternas.

No que concerne aos tempos enuncivos, o subsistema cujo centro é o pretérito1, respeitando o eixo da concomitância do momento do acontecimento em relação ao momento de referência pretérito, divide-se em pretérito perfeito2 e pretérito imperfeito. Esses dois tempos verbais se distinguem pelos aspectos que exprimem, isto é, o pretérito perfeito2 apresenta um aspecto limitado, dinâmico, pontual e acabado; o pretérito imperfeito, por sua vez, expressa um aspecto inacabado, durativo, estático e não limitado. No que diz respeito ao eixo da não concomitância, ele se divide em dois aspectos: anterioridade e posterioridade. Indicando uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência pretérito, tem-se o pretérito-mais-que-perfeito, cujo aspecto é sempre perfectivo, ou seja, essa forma verbal apresenta um aspecto que indica uma ação realizada e concluída, acabada.

Ainda no eixo da não concomitância, porém, indicando uma relação de posterioridade do momento do acontecimento em relação ao momento de referência pretérito, tem-se o futuro do pretérito simples, tempo verbal que apresenta o aspecto imperfectivo, isto é, indica

que a ação não está concluída; e o futuro do pretérito composto, que expressa um aspecto perfectivo.

O segundo subsistema dos tempos enuncivos, centrado, desta feita, no momento de referência futuro, considera também o eixo da concomitância e da não concomitância. A concomitância é indicada pelo presente do futuro (no português expresso pelo futuro do presente simples) relacionado ao presente do futuro do subjuntivo, estabelecendo, portanto, uma concomitância com um momento de referência futuro. A não concomitância é seccionada em anterioridade e posterioridade. A anterioridade em relação a um momento de referência futuro é expressa pelo futuro anterior (na gramática portuguesa é chamado de futuro do presente composto). A posterioridade referente ao momento de referência futuro é manifestada pela forma verbal futuro do presente simples, relacionada a um momento de referência que é também um futuro do presente simples.

O tempo sistematizado é representado pelas formas verbais e pelos elementos gramaticais que também desempenham esse papel, como é o caso dos advérbios e locuções adverbiais de tempo, das preposições e das conjunções.

Os advérbios e locuções adverbiais de tempo também se articulam em sistema enunciativo e em enuncivo. Assim, os que pertencem ao sistema enunciativo estão centrados em torno de um momento de referência presente; e os que constituem o sistema enuncivo organizam-se ao redor de um momento de referência pretérito ou futuro. Da mesma maneira que ocorre com as formas verbais, esses dois sistemas consideram o eixo da concomitância e da não concomitância, essa última dividida em anterioridade e posterioridade.

As preposições ou locuções prepositivas temporais não apresentam um sistema enunciativo e um enuncivo, mas constituem-se ao redor da categoria concomitância e da não concomitância (anterioridade e posterioridade).

As conjunções temporais, assim como as preposições e locuções prepositivas, não apresentam o sistema enunciativo e o enuncivo, porém dividem-se em um sistema temporal, obedecendo ao eixo da concomitância e da não concomitância (anterioridade e posterioridade); e em um sistema aspectual, ordenado em torno da categoria incoatividade e da terminatividade.

Outra tipologia temporal que o autor de *As astúcias da enunciação* definiu foi a do tempo transformado. De acordo com o que se demonstrou anteriormente, a pessoa transformada é representada pelos discursos direto, indireto e indireto livre. No que se refere ao discurso direto, há dois atos de enunciação enunciados, isto é, duas debreagens, uma de primeiro grau, que instaura o narrador e a outra de segundo, que instaura o interlocutor,

portanto, em relação à temporização ocorrem dois diferentes momentos de referência. Fiorin (2002, p. 177 [1996]) explicou que “Se temos dois momentos de referência, os tempos de cada enunciação organizam-se segundo o momento de referência a que remetem”. No discurso indireto, temos apenas uma debreagem, a que instaura o narrador, então, o tempo se organiza a partir das projeções do narrador. No discurso indireto livre, em que a fala do narrador se confunde com a fala da personagem, os tempos verbais do subsistema enunciativo (presente, pretérito<sup>1</sup> e futuro do presente) representados pelas formas temporais do pretérito imperfeito, mais-que-perfeito e pelo futuro do pretérito, uma vez que as narrativas são no pretérito, indicam a fala da personagem. Por sua vez, os tempos verbais do subsistema temporal enuncivo marcam a fala do narrador.

O tempo harmonizado é uma tipologia essencialmente temporal, pois não há correspondente na classificação da categoria de pessoa e de espaço. Como a própria denominação indica, esse tipo diz respeito à harmonia dos tempos verbais, sendo, portanto, considerado em um quadro mais amplo da enunciação, pois sua organização temporal depende do verbo da oração principal estar em um dos tempos do subsistema enunciativo (presente, pretérito perfeito<sup>1</sup> ou futuro do presente); ou em um dos tempos do subsistema enuncivo da anterioridade (pretérito perfeito<sup>2</sup>, pretérito imperfeito, mais-que-perfeito, futuro do pretérito simples ou composto); ou ainda, se o verbo da oração principal estiver em um dos tempos do subsistema enuncivo da posterioridade (presente do futuro, futuro anterior e futuro do futuro). Cada uma dessas possibilidades apresenta diferentes compatibilidades temporais minuciosamente detalhadas por Fiorin (2002 [1996]).

O tempo subvertido é a neutralização do tempo projetado por meio do mecanismo de debreagem temporal, portanto, a neutralização é o efeito de retorno à instância da enunciação, resultante do mecanismo de embreagem temporal. Fiorin esclareceu que

[...] a debreagem cria uma enunciação enunciada, em que os tempos do enunciado simulam os tempos da enunciação, ou um enunciado enunciado, em que se tem a ilusão de estar diante da temporalidade dos acontecimentos. Tem-se a impressão de estar sempre em presença de uma temporalidade não-linguística: tempo do ato de dizer, no primeiro caso; tempo dos eventos, no segundo. Ora, quando se neutralizam termos da categoria do tempo, o efeito de sentido que se produz é o de que o tempo é pura construção do enunciador, que presentifica o passado, torna o futuro presente, etc. (FIORIN, 2002, p. 191 [1996]).

O tempo desdobrado refere-se às duas temporalizações linguísticas: o tempo da enunciação, sempre pressuposto, mas que pode ser enunciado pela projeção do eixo da concomitância e da não concomitância (a não concomitância dividindo-se em anterioridade e

posterioridade) em um momento de referência que coincide com o da enunciação, tempo que comanda a temporalização dos acontecimentos; e o tempo do enunciado, respeitando o eixo de anterioridade e de posterioridade ao momento da enunciação.

Por fim, da mesma maneira como fez com as duas categorias anteriormente apresentadas, cuidadosamente, Fiorin detalhou a categoria de espaço, classificando-a em seis diferentes aspectos denominados: espaço dominado, demarcado, sistematizado, transformado, subvertido e desdobrado. Dessa maneira, o autor apresentou como pode ser constituída a sintaxe do espaço por meio da debreagem e da embreagem.

Em espaço dominado, mantendo a regularidade de sua exposição, da mesma forma como fez em “tempo dominado”, o autor buscou uma compreensão do significado de espaço. Ele esclareceu que, desde o início dos estudos enunciativos, das três categorias da enunciação, essa foi a menos estudada, pois, em relação à categoria de pessoa e de tempo, a categoria de espaço era a que tem menos importância no processo discursivo, uma vez que se pode falar sem determinar uma localização espacial. Embora espaço e tempo sejam categorias tidas por muitos como interdependentes, na língua, há morfemas distintos para designá-las, portanto, é a linguagem que torna possível a compreensão da concepção de espaço. De acordo com Fiorin,

[...] o esforço humano para dominar o espaço desemboca na Linguística. Dado que uma das funções da enunciação é localizar no espaço, todas as línguas devem conter uma categoria espacial e é preciso compreendê-la para perceber qual é a experiência de espacialidade presente na linguagem. (FIORIN, 2002, p. 261 [1996]).

Procurando esclarecer o que se tratou por espaço demarcado, o autor explicou que as línguas, assim como diferenciam o tempo linguístico do tempo crônico, diferenciam também dois tipos de espaços, que ele denominou de espaço linguístico e de espaço tópico. O espaço linguístico se ordena a partir do *ego*, é o espaço dos actantes da enunciação, que estabelecem seus próprios limites independentes das coordenadas do espaço tópico. O espaço tópico é determinado em relação ao enunciador ou a um ponto de referência inscrito no enunciado.

Em espaço sistematizado, o autor desenvolveu um estudo de alguns elementos gramaticais que se relacionam com a espacialização, como os pronomes demonstrativos, os advérbios de lugar, advérbios que exprimem espacialidade e aspectualização do espaço e as preposições, a partir de um ponto de referência enunciativo ou enuncivo.

O espaço transformado diz respeito ao espaço resultante da debreagem de segundo grau, que constitui o discurso direto, e à ausência desse tipo de debreagem no discurso

indireto. Dessa forma, no discurso direto, os dêiticos espaciais estão submetidos a duas instâncias de enunciação, a da narração e a da interlocução. No discurso indireto, os dêiticos obedecem apenas a uma instância, a da narração.

O espaço subvertido, assim como a pessoa e o tempo subvertidos, é representado pela neutralização espacial entre os sistemas enunciativo e enuncivo resultante de embreagens espaciais.

Por fim, o espaço desdobrado, última classificação apresentada pelo autor, constitui-se no espaço da enunciação – espaço da narração; e em espaço do enunciado – espaço dos acontecimentos narrados. Esses espaços permitem situar os diferentes programas narrativos.

Em resumo, a classificação elaborada por Fiorin (2002 [1996]) para as categorias de pessoa, tempo e espaço pode ser sintetizada no seguinte quadro:

Quadro 11 - Classificação das categorias da enunciação

Categoria de pessoa	Categoria de tempo	Categoria de espaço
-	Dominado	Dominado
Demarcada	Demarcado	Demarcado
Multiplicada	-	-
-	Sistematizado	Sistematizado
Transformada	Transformado	Transformado
-	Harmonizado	-
Subvertida	Subvertido	Subvertido
Transbordada	-	-
Desdobrada	Desdobrado	Desdobrado

Fonte: Elaboração própria

Diante do que foi exposto sobre as categorias de pessoa, tempo e espaço, pode-se tirar algumas conclusões. Primeiramente, destaca-se que essas categorias são criadas pela enunciação, portanto, a instância da enunciação não se submete à do enunciado, pelo contrário, ela subordina a instância do enunciado. Observa-se também que cada uma dessas categorias apresenta um sistema enunciativo e um enuncivo. Além disso, os mecanismos de debreagem e de embreagem são uma sintaxe que produz diferentes sentidos e a escolha entre um mecanismo, ou outro, depende do ponto de vista do enunciador. Outro fato que vale destacar é que o discurso direto apresenta enunciação dupla enquanto o indireto, enunciação simples. Desse fato resulta a pessoa transformada, o tempo transformado e o espaço transformado. De acordo com o quadro apresentado acima, observa-se que alguns tipos são comuns às três categorias enunciativas, enquanto outros, por apresentarem características restritas a determinadas categorias, são exclusivos a elas, como é o caso da pessoa

multiplicada e da transbordada para a categoria actancial, e do tempo harmonizado para a categoria temporal.

É importante salientar que a análise dessas operações não se resume a identificar as três categorias no discurso, mas a identificar e analisar os efeitos de sentidos produzidos pela discursivização dos diferentes mecanismos enunciativos.

Observa-se que a interpretação de Fiorin referente às definições das operações enunciativas de embreagem e de debreagem que foram apresentadas por Courtés e Greimas no *Dicionário de semiótica* (2008[1979]) não é igual a de alguns semioticistas franceses, como é o caso da reflexão de Denis Bertrand exposta no livro *Caminhos da semiótica literária* (2003 [2000]), em que o autor postulou que a embreagem é o discurso do eu-aqui- agora e a debreagem, do ele-ahures-então. Fiorin (2016), em um artigo publicado na revista *Actes sémiotiques* e, posteriormente, em texto inédito (FIORIN, 2018, p. 5), explicou que esse ponto de vista teórico apresenta dois problemas operacionais,

O primeiro é dizer que a embreagem é o discurso do eu, o que a teoria literária chama de narrativa em primeira pessoa, e a debreagem é a narrativa em terceira pessoa. Sendo assim, como se faz a debreagem e a embreagem temporal? Dizer que é do agora e do então é pouco. Quais são os tempos verbais? Isso não aparece, não tem operacionalidade. Segundo, e mais grave, a postura teórica de Denis Bertrand não dá conta das diferentes possibilidades de uso das categorias de pessoa, tempo e de espaço. Por exemplo, a narrativa em terceira pessoa com valor de primeira pessoa é diferente de uma narrativa em terceira pessoa de um romance naturalista, na qual o narrador em terceira pessoa é terceira pessoa mesmo, não com valor de primeira pessoa. A divisão de Denis Bertrand em debreagem e embreagem não dá conta dessas possibilidades de uso. (FIORIN, 2018, p. 5, texto inédito).

Apesar do artigo “*À propos des concepts de débrayage et d’embrayage: les rapports entre la sémiotique et la linguistique*” (2016) ter sido publicado em um periódico francês, a revista *Actes sémiotiques* – comprovando que a comunidade semiótica francesa reconhece a importância do estudo desenvolvido por Fiorin –, ainda assim eles continuam considerando embreagem como o discurso do “eu” e debreagem do “ele”.

A partir da leitura das obras de José Luiz Fiorin, pode-se construir a imagem – ou o éthos – desse enunciadador como sendo um estudioso responsável que, embora crítico, se preocupou em compreender, respeitar e contribuir para o desenvolvimento dos estudos da linguística e da semiótica francesa. É visível em seu trabalho a influência, principalmente, de estudiosos como Saussure, Benveniste, Greimas e Hjelmslev.



Entende-se que a reconstrução da trajetória de José Luiz Fiorin apresentada neste trabalho constitui-se em uma análise possível do princípio de contextualização proposto nesta tese, seguindo a leitura de Fiorin sobre os postulados de Hjelmslev, nos quais o linguista dinamarquês buscou demonstrar que se pode incorporar a história ao estudo do texto desde que isso seja feito do ponto de vista da forma.

## Considerações finais

Ao entregar este trabalho, não estou pondo um ponto final numa série de reflexões e considerando definitivas as conclusões. Coloco antes um ponto e vírgula. Dentro dessa perspectiva, devem ser encaradas, com um ceticismo humilde ou com uma humildade cética, mesmo as afirmações mais categóricas. (FIORIN, 1980, p. 3).

Este trabalho propôs elaborar um estudo historiográfico do conceito de enunciação na semiótica francesa com o objetivo de analisar, interpretar e descrever seu desenvolvimento, visando à reconstrução de seu percurso por meio dos textos que nos serviram de base documental.

Optou-se por desenvolver um estudo historiográfico adaptado às especificidades do nosso objeto de análise. Assim, “sem acanhamento”, emprestou-se, da historiografia linguística, os postulados de Konrad Koerner e de Pierre Swiggers, mesclando essa base teórica com a maneira de contar história de semioticistas como Jacques Fontanille e Denis Bertrand que, mesmo de maneira breve, abordaram o tema em capítulos de seus livros. Dessa forma, delineou-se uma investigação historiográfica do conceito de enunciação, evidenciando suas fases de amadurecimento teórico e as divergências entre uma abordagem do conceito definido como instância pressuposta e, outra fase, como enunciação em ato. A exposição dos resultados em forma de narrativa foi organizada por autores, seguindo uma sequência cronológica estabelecida a partir da publicação das obras que serviram como base documental, orientando, assim, a leitura pelo viés historiográfico.

Como pudemos demonstrar, o conceito de enunciação não é exclusivo da semiótica, pelo contrário, os estudos enunciativos desenvolvidos na semiótica francesa herdaram os postulados de linguistas, como Émile Benveniste e Roman Jakobson, e do literato Gérard Genette. O conhecimento de tais postulados foi necessário para a compreensão da constituição e do desenvolvimento do conceito no quadro teórico geral da semiótica, representando o que a historiografia linguística chamou de argumento de influência.

Ao findar a leitura e a investigação dos textos-fonte selecionados para examinar o desenvolvimento dos estudos enunciativos no período em que A. J. Greimas esteve à frente do projeto semiótico, evidenciou-se que apesar de sua exclusão inicial, visto que, naquele

momento, o objetivo era estabelecer a organização interna dos conjuntos significantes - estruturas elementares, narrativas e discursivas, voltada para a isotopia, a problemática envolvendo o conceito de enunciação sempre esteve presente, desde a fundamentação da teoria semiótica, mesmo que de forma embrionária, pois, nos anos de 1960, ao reconhecer que todo texto apresentava uma situação não linguística de comunicação, Greimas valida essa nossa afirmação.

No início dos anos de 1970, o que havia sido provisoriamente deixado de lado tornou-se uma questão urgente, era preciso estabelecer o estatuto da enunciação e de seu sujeito. Muitos debates, discussões teóricas e aplicações práticas foram realizadas até a enunciação ser definida como instância pressuposta pelo enunciado, só podendo ser analisada por meio das marcas encontradas no enunciado, ou seja, como um simulacro da enunciação propriamente dita, denominada enunciação enunciada. Os textos desprovidos dessas marcas ficaram conhecidos como enunciado enunciado. Esses dois tipos de enunciados caracterizam, respectivamente, a enunciação enunciativa e a enunciativa. As “marcas” encontradas no enunciado são as projeções das categorias de pessoa, tempo e de espaço, resultantes das operações enunciativas conhecidas como *debreagem* e *embreagem*.

Ainda nos anos de 1970, outro importante passo para o enriquecimento teórico da semiótica foi o desenvolvimento da teoria das modalidades, ou seja, dos predicados que incidem tanto sobre o sujeito do ser, atribuindo existência modal ao sujeito de estado, como sobre o sujeito do fazer, assegurando a competência modal do sujeito do fazer. A modalização do ser resultou na categoria de veridicção, responsável pela interpretação e adesão do destinatário ao contrato proposto pelo destinador. Esses estudos, que abriram caminho para uma semiótica das paixões, reforçados com as reflexões sobre a estesia apresentadas na obra *De l'Imperfection* (1987), marcaram a década de 1980.

No limiar dos anos de 1990, Greimas escreveu seu último texto, *Le beau geste*, no qual ele postulou que a irrupção do inesperado, ou seja, um acontecimento pode desencadear uma nova forma de vida. Assim, conceitos como presença, acontecimento, forma de vida, que fazem parte do conjunto teórico atual da semiótica, eram previstos por Greimas. Parafrazeando uma frase escrita pelo mestre em 1979, pode-se dizer que ele aplainou o terreno para que as novas investigações pudessem começar.

Nos anos de 1980 e 1990 o pensamento desenvolvido por Jean-Claude Coquet foram importantes para a evolução do conceito de enunciação, pois Coquet esteve sempre preocupado com as questões enunciativas, principalmente com o sujeito da enunciação. A semiótica subjetal, denominação que o estudioso atribuiu a seus estudos, inspirada em

Benveniste, consistiu em estabelecer as instâncias enunciantes: instância de origem, de produção e de recepção, cuja base é a percepção. Entretanto, Coquet salientou que para a semiótica discursiva essas questões estavam associadas à representação da realidade, não à realidade propriamente dita, caráter que difere o pensamento semiótico das reflexões benvenistiana. Embora seus estudos não sejam considerados uma vertente atual da semiótica, suas reflexões contribuíram para a mudança de abordagem do conceito de enunciação na semiótica, portanto, Coquet pode ser considerado um dos precursores dos estudos tensivos em sentido amplo, que posteriormente foram aprofundados e enriquecidos com as reflexões de Jacques Fontanille e de Claude Zilberberg.

A característica principal do percurso teórico de Joseph Courtés configura-se em uma abordagem tradicional do conceito de enunciação, dedicando seus estudos aos desenvolvimentos dos modos de existência da enunciação e de seu sujeito, e à comprovação da eficiência dos conceitos por meio da prática analítica, fato que imprimiu a seu trabalho um caráter pedagógico. Atento à homogeneidade e à coerência do conjunto teórico, pode-se dizer que suas reflexões transitaram entre os postulados do *Dicionário de semiótica* (2008 [1979]) e de *Semiótica das paixões* (1993 [1991]).

No que diz respeito a Denis Bertrand, destaca-se que esse estudioso, assim como todos os semioticistas franceses, interpreta as operações de debreagem e de embreagem de maneira diferente à visão brasileira. Para esse autor, a embreagem é o discurso do eu-aqui-agora e a debreagem, do ele-alhures-então, portanto, ele transfere a noção de debreagem enunciativa para a debreagem, e a noção de debreagem enunciativa para o conceito de embreagem. A definição de embreagem como retorno das categorias de pessoa, tempo e de espaço à enunciação não corresponde à noção de neutralização dessas mesmas categorias postulada na proposta brasileira. Nesse sentido, conclui-se que são duas maneiras diferentes de apreender as definições dos conceitos de embreagem e de debreagem conforme apresentadas no *Dicionário de semiótica* (2008 [1979]). Outro conceito teórico que teve destaque nas reflexões de Bertrand foram as questões envolvendo o conceito de práxis enunciativa, definida como uma operação que reproduz estruturas cristalizadas ou estereótipos, atribuindo-lhes novas significações, projetando, portanto, configurações coletivas estabilizadas.

Em relação ao pensamento de Jacques Fontanille, evidenciou-se que o início de seus estudos focou o desenvolvimento do conceito de ponto de vista na semiótica, conseqüentemente, o estatuto do sujeito observador, definindo-o como responsável pela organização dos elementos discursivos que constroem as estratégias de manipulação. Na década de 1990, com a introdução do elemento passional no quadro geral da teoria, Fontanille

direcionou sua atenção à constituição do conceito de campo posicional, tomando como base os estudos de Émile Benveniste (1976 [1950]). O semioticista de Limoges definiu campo posicional como um lugar de intensidade máxima, cujo centro é ocupado pelo corpo próprio, considerado o operador da semiose, o condutor das impulsões e das resistências responsáveis pelas transformações dos estados de coisas. Atualmente, Fontanille dedica-se ao aprofundamento e refinamento do conceito de forma de vida, entendido como organizações semióticas culturais, individuais e coletivas, que se aproximam de outros planos semióticos de análise, como os objetos, os textos e as práticas.

A investigação do percurso teórico de Claude Zilberberg, conhecido como estudos tensivos, deixou claro que seu pensamento representou uma continuidade aos estudos das paixões desenvolvidos nos anos de 1980 e às reflexões apresentadas no livro *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma* (1993 [1991]), de Fontanille e Greimas. O conceito de campo de presença, com características fenomenológicas, foi definido como um campo perceptivo, cujo centro é habitado por um “corpo que sente”. É nesse campo que ocorre o embate entre enunciador e enunciatário. Tal pensamento atribuiu importante papel à enunciação, pois ela passou a ser entendida como uma instância presente em todas as camadas do percurso gerativo. Assim, os níveis do percurso gerativo, de estanques, tornam-se modulados em intensidade e extensidade, abrindo caminho para a surpresa, para o acontecimento. A partir da lógica tensiva foi possível realizar uma abordagem dinâmica da enunciação.

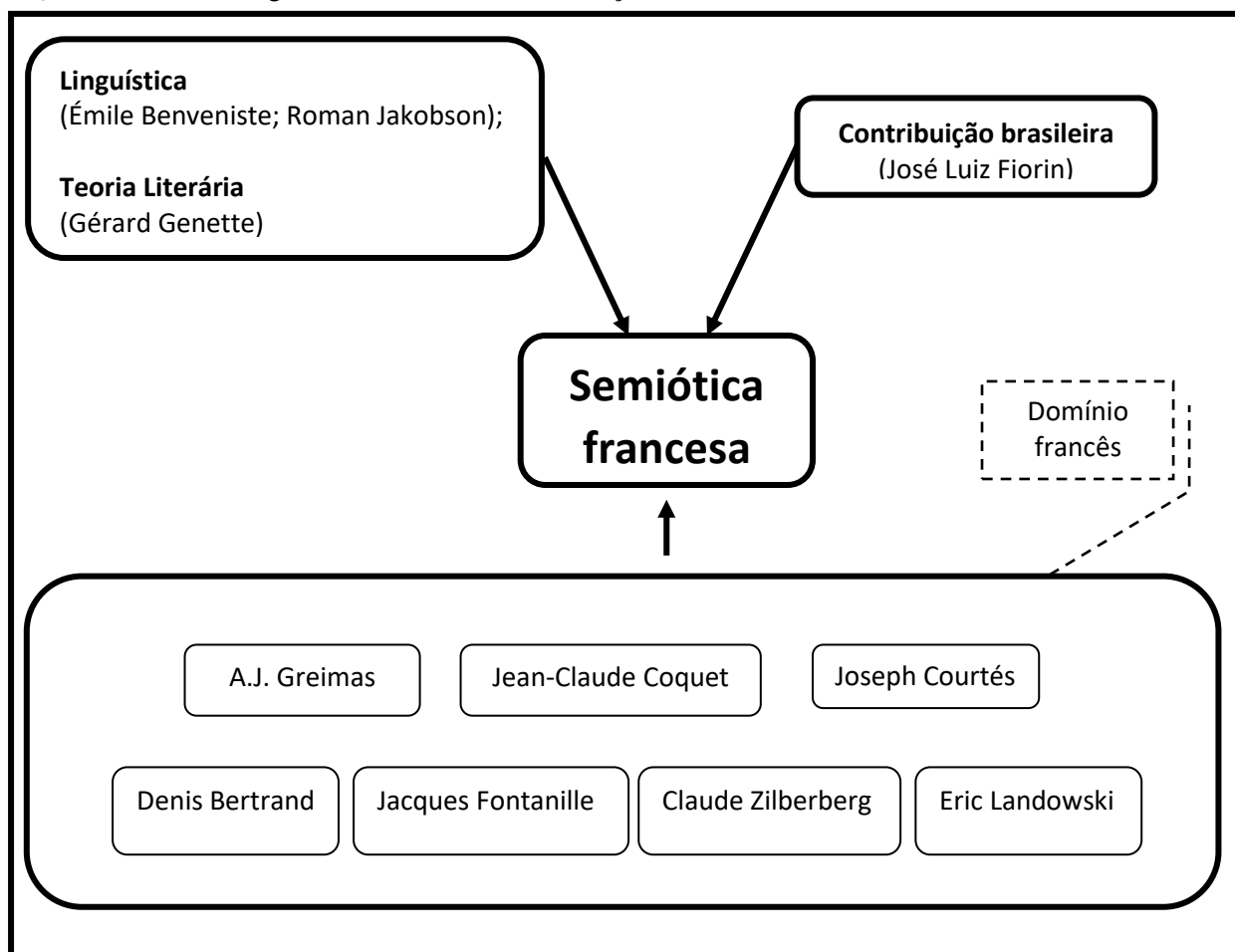
As reflexões teórico-metodológica de Eric Landowski focaram o desenvolvimento de ferramentas analíticas que permitissem explicar os modos de produção e de apreensão da significação nos discursos e práticas sociais vividas, pois a posição social, política, cultural do locutor condicionam os elementos estruturais discursivos assumidos pelo enunciador, representando um simulacro das relações intersubjetivas “reais”, ou seja, da interação semiótica entre sujeitos. Dessa forma, a enunciação deve ser tratada em forma de narrativização, pois as regularidades sintáticas e modais identificadas no enunciado organizam o processo de enunciação, produzindo um efeito de encenação dos actantes do discurso. Assim, a função da gramática narrativa é programar e regular a encenação dos sujeitos no momento da interação, do discurso em ato.

A análise do percurso acadêmico de José Luiz Fiorin revelou como se constituíram os estudos discursivos, mais precisamente os estudos semióticos, no Brasil. Em uma época em que essa área de pesquisa era um privilégio das grandes universidades, muitos estudantes não tiveram acesso a esses estudos durante a graduação. Somente quem buscou uma formação

acadêmica e optou pela pesquisa na área do discurso teve oportunidade de adquirir esses conhecimentos. Foi assim com José Luiz Fiorin: no início, seu aprendizado foi pessoal, posteriormente, com a ajuda de professores como Izidoro Blikstein e Edward Lopes, aprofundou seus conhecimentos. Devido a essa formação irregular, observa-se que os estudos enunciativos esboçados no mestrado careciam de instrumentos analíticos. No doutorado, com o pensamento teórico mais amadurecido, abordou a semântica da enunciação, pois entendia que era na semântica discursiva que estavam os elementos históricos do discurso. Finalmente, em sua livre-docência, entendeu a importância da teoria da enunciação, elaborando um detalhado estudo das categorias que compõem a sintaxe discursiva, considerado um trabalho inovador no Brasil e no exterior.

As influências e as contribuições que o conceito de enunciação recebeu ao longo de seu percurso na semiótica francesa, que foram contempladas nesta pesquisa, podem ser ilustradas conforme quadro abaixo.

Quadro 12 - Historiografia do conceito de enunciação na semiótica francesa



Fonte: Elaboração própria

Embora os resultados obtidos sejam importantes para a compreensão da evolução do conceito de enunciação, ainda há questões que podem ser mais exploradas e aprofundadas, principalmente, no que tange à segunda fase da teoria, que deu primazia à abordagem da enunciação em ato. Espera-se que esta pesquisa forneça subsídios teóricos para estudiosos interessados no conceito de enunciação na teoria semiótica.

Esta vida é uma estranha hospedaria,  
De onde se parte quase sempre às tontas,  
Pois nunca as nossas malas estão prontas,  
E a nossa conta nunca está em dia...  
(QUINTANA, 2006, p. 229, XCVI Dos Hóspedes)

### Referências bibliográficas

ABRIATA, Vera Lúcia Rodella; NASCIMENTO, Edna M. F. dos Santos. (Orgs.). *Formas de vida: Rotina e acontecimento*. Ribeirão Preto: Coruja, 2014.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ALMEIDA, Dayane Celestino de. A vertente da semiótica greimasiana no Brasil: Breve estudo historiográfico. In: *CASA – Cadernos de Semiótica Aplicada*. UNESP/Araraquara. v.7, n.2, dezembro/2009, p.1-23. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/2223>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

ALTMAN, Cristina. Sobre mitos e história: a visão retrospectiva de Saussure nos três Cursos de linguística geral. In: BARBISAN, Leci Borges; FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento. (Orgs.). *Saussure - A invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 21-32.

ALTMAN, Cristina. História, estória e historiografia da linguística brasileira. In: *Todas as Letras*. São Paulo. v. 14, n. 1, 2012, p. 14-27. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4526/3488>. Acesso em: 23 ago. 2013.

BALLY, Charles. *Linguistique générale et Linguistique française*. Quatrième édition revue et corrigée. Paris: Éditions Francke Berne, 1965.

BALLY, Charles. *El lenguaje y la vida*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1941.

BARBISAN, Leci Borges; FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento. (Orgs.). *Saussure - A invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

BARROS, Diana L. P. de. Uma reflexão semiótica sobre a “exterioridade” discursiva. In: *Alfa*. São Paulo. v. 53, n. 2, 2009, pp. 351-364. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/2120/1738>. Acesso em: 09 jun. 2017.

BARROS, Diana L. P. de. Rumos da semiótica. In: *Todas as Letras*. São Paulo. v.9, n.1, 2007, pp.12-23. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/648/578>. Acesso em: 23 ago. 2013.

BARROS, Diana L. P. de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 3.ed. São Paulo: Humanitas, 2002 [1988].

BARROS, Diana L. P. de. Estudos do texto e do discurso no Brasil. In: *D.E.L.T.A.*, v.15, n. especial, 1999, p.183-199. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4016.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

BARROS, Diana L. P. de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

BARROS, Diana L. P. de; FIORIN, José L. (Org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1999a.



BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et alii. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução Maria da Glória Novak São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Tradução Grupo CASA, sob a coordenação de: Ivã C. Lopes, Edna M. F. Nascimento, Mariza B. T. Mendes, Marisa G. de Souza e colaboradores. Bauru: EDUSC, 2003 [2000].

BERTRAND, Denis. *Précis de sémiotique littéraire*. Paris: Nathan/Her, 2000.

BERTRAND, Denis. *L'Impersonnal de l'énonciation. Praxis énonciative : conversion, convocation, usage*. In : *Protée*, v. 21, n. 1, hiver 1993, p. 25-32.

BRONDAL, Viggo. *Omnis et Totus. Actes Sémiotiques . Documents VIII, 72*. Paris, *Groupe de Recherches sémio-linguistiques, École de Hautes Études en Sciences Sociales*, 1986. p. 11-18.

BURKS, Arthur W. *Icon, index, and symbol*. In. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 9, n. 4, jun 1949, pp. 673-689.

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ. Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.baraodemaua.br/paginas/init/historico>. Acesso em: 09 mar. 2018.

CERVONI, Jean. *A enunciação*. Tradução L. Garcia dos Santos. Revisão da tradução Valter Kehdi. São Paulo: Ática, 1989.

COQUET, Jean-Claude. *A busca do sentido - A linguagem em questão*. Tradução Dilson Ferreira Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

COQUET, Jean-Claude. *Physis et Logos*. Collection: La philosophie hors de soi. Paris: Presses Universitaires de Vincennes, 2007.

COQUET, Jean-Claude. *La quête du sens - Le langage en question*. Paris: PUF, 1997.

COQUET, Jean-Claude. *Le discours et son sujet*. v. 2. Paris: Klincksieck, 1985.

COQUET, Jean-Claude. *Le discours et son sujet*. v. 1. Paris: Klincksieck, 1984.

COQUET, Jean-Claude. *Sémiotique musicale*. In: *Actes Sémiotiques - Bulletin*, n. 28, 1983, p. 31-35.

COQUET, Jean-Claude. *L'École de Paris*. In: *Sémiotique L'École de Paris*. Langue Linguistique Communication (Collection dirigée par Bernard Quemada). Paris: Hachette, 1982, pp. 05-64.

COQUET, Jean-Claude. *Sémiotique littéraire: contribution à l'analyse sémantique du discours*. Paris: Mame, 1973.

CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata Coelho. Teoria semiótica: a questão do sentido. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Ana C. *Introdução à lingüística III: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 393-436.

COURTÉS, Joseph. *La sémiotique du langage*. Paris : Armand Colin, 2011[2003].

COURTÉS, Joseph. L'énonciation comme acte sémiotique. In : *Nouveaux actes sémiotiques*, n° 114, Limoges: Pulim, 58-59, 1998, pp. 7-60.

COURTÉS, Joseph. *Analyse sémiotique du discours: de l'énoncé à l'énonciation*. Paris: Hachette, 1991.

COURTÉS, Joseph. *Introduction à la sémantique de l'énoncé: exercice pratique*. In: *Actes Sémiotiques - Documents*, VIII, n. 73-74, 1986, pp. 5-63.

COURTÉS, Joseph. *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*. Tradução de Norma Backes Tasca. Coimbra/Portugal: Livraria Almedina, 1979 [1976].

COURTÉS, Joseph. *Introduction à la sémiotique narrative et discursive*. Paris: Hachette, 1976.

COURTÉS, Joseph; GREIMAS, Algirdas Julien. *Dicionário de semiótica*. Tradução Alceu Dias Lima et all. São Paulo: Contexto, 2008.

COURTÉS, Joseph; GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémiotique: Dictionnaire raisonné de la théorie du langage* (2v). Paris: Hachette, 1986.

COURTÉS, Joseph; GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémiotique: Dictionnaire raisonné de la théorie du langage* (Tome 1). Paris: Hachette, 1993 [1979].

DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste*. Collection dirigée par Daniel Delas. Paris: Bertrand-Lacoste, 1993.

DORRA, Raúl; LANDOWSKI, Eric; OLIVEIRA, Ana Claudia. *Semiótica, estesis, estética*. São Paulo: EDUC, 1999.

FIORIN, José Luiz. À propos des concepts de débrayage et d'embrayage: les rapports entre la sémiotique et la linguistique. In: *Actes Sémiotiques* [En ligne]. 2016, n. 119, pp. 1-25. Disponível em: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/5605>. Acesso em 23 fev 2018.

FIORIN, José Luiz. Semiótica e história. In: *Cadernos de letras da UFF - Dossiê: Linguagens em diálogo*. n. 42, pp. 15-34, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/42/artigo1.pdf>. Acesso em 23 fev 2018.

FIORIN, José Luiz. O sujeito na semiótica narrativa e discursiva. In: *Todas as Letras*. v. 9, n. 1. São Paulo, 2007, pp. 24-31. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/649/579>. Acesso em: 22 fev. 2018

FIORIN, José L. O *éthos* do enunciador. In: CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata C. (Org). *Razões e sensibilidades: a Semiótica em foco*. Araraquara: Laboratório Editorial da FCL, 2004a, p. 117-138.

FIORIN, José L. O *pathos* do enunciatário. In: *Alfa*. Revista de Linguística. v. 48, n. 2. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2004b, pp. 69-78. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4297/3885>. Acesso em: 09 jun. 2017.

FIORIN, José Luiz. O Projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa. *Revista Galáxia*, v.3, n.5, pp.19-52, abril/2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1314/810>. Acesso em: 09 jun. 2017.

FIORIN, José L. *As astúcias da enunciação: As categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002.

FIORIN, José L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1997.

FIORIN, José L. *A religião da imanência: Uma leitura de discursos presidenciais (1964 - 1978)*. v.1 e v.2. São Paulo, 1983. 549 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral). Universidade de São Paulo.

FIORIN, José L. *A ilusão da liberdade discursiva: Uma análise das prédicas de Antônio Conselheiro*. São Paulo, 1980. 301 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). Universidade de São Paulo.

FLOCH, Jean-Marie. *Identités visualles*. Paris: PUF, 1995.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2015.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FONTANILLE, Jacques. *Corpo e sentido*. Tradução Fernanda Massi e Adail Sobral. Londrina: Eduel, 2017.

FONTANILLE, Jacques. Quando a vida toma forma. In: ABRIATA, Vera Lúcia Rodella; NASCIMENTO, Edna M. F. dos Santos. (Orgs.). *Formas de vida: Rotina e acontecimento*. Ribeirão Preto: Coruja, 2014.

FONTANILLE, Jacques. *Corps et sens*. 1er éd. Paris: PUF, 2011.

FONTANILLE, Jacques. Práticas semióticas: imanência e pertinência, eficiência e otimização. Tradução Jean C. Portela e Maria Lúcia V. P. Diniz. In: DINIZ, Maria Lúcia V. P.; PORTELA, Jean C. *Semiótica e Mídia: textos, práticas, estratégias* (Org). Bauru, Unesp/FAAC, 2008.

FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do discurso*. Tradução Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.

FONTANILLE, Jacques. Conversations avec Jacques Fontanille. 2006. Entrevistador: Jean Cristtus Portela. *Revista Alfa*. São Paulo, v. 50, n. 1, p. 159-186, 2006. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1401/1101>. Acesso em: 06 set. 2013. ISSN 1981-5794.

FONTANILLE, Jacques. *Significação e visualidade: exercícios práticos*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FONTANILLE, Jacques. *Soma & Séma: figures du ceps*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2004.

FONTANILLE, Jacques. *Sémiotique du discours*. Limoges: Pulim, 1999a.

FONTANILLE, Jacques. *Sémiotique et littérature: essais de méthode*. Paris: PUF, 1999b.

FONTANILLE, Jacques. Resenha: Présences de l'autre. Essais de socio-sémiotique II. In: *Nexos - Revista de Estudos de Comunicação e Educação*. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi. Ano II, n. 3, agosto/1998, pp. 145-150.

FONTANILLE, Jacques. Sémiotique littéraire et phénoménologie. In: COSTANTINI, Michel; DARRAULT-HARRIS, Ivan. *Sémiotique, phénoménologie, discours* (Du corps présent au sujet énonçant). Textes réunis et présentés par Michel Constantini et Ivan Darrault-Harris en hommage à Jean-Claude Coquet. Paris: L'Harmattan, 1996, pp. 171-182.

FONTANILLE, Jacques. *Sémiotique du visible: des mondes de lumière*. Paris: PUF, 1995a.

FONTANILLE, Jacques. *Introduction*. In: *Collection Nouveaux Actes Sémiotiques (Le Devenir)*. Limoges/Pulim, 1995b, pp. 5-15.

FONTANILLE, Jacques. *Aspectualisation, quantification, et mise en discours*. In: *Collection Nouveaux Actes Sémiotiques (Le discours aspectualisé)*. Limoges/Amsterdam/Philadelfia: Pulim/Benjamins, 1991b, pp. 127-143.

FONTANILLE, Jacques. *Les espaces subjectifs: introduction à la sémiotique de l'observateur*. Paris: Hachette, 1989.

FONTANILLE, Jacques. *Le savoir partagé: Sémiotique et théorie de la connaissance chez Marcel Proust*. Paris: Hadès/Benjamins, 1987.

FONTANILLE, Jacques; GREIMAS, Algirdas Julien. ABRIATA, Vera Lúcia Rodella; NASCIMENTO, Edna M. F. dos Santos. (Orgs.). *Formas de vida: Rotina e acontecimento*. Ribeirão Preto: Coruja, 2014.

FONTANILLE, Jacques; GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. Tradução Maria José Rodrigues Coracin. São Paulo: Ática, 1993.

FONTANILLE, Jacques ; GREIMAS, Algirdas Julien. *Avant-propos*. In: *Collection Nouveaux Actes Sémiotiques(Le discours aspectualisé)*. Limoges/Amsterdam/Philadelphia: Pulim/Benjamins, 1991c, pp. 5-16.

FONTANILLE, Jacques; GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémiotique des passions: des états de choses aux états d'âme*. Paris: Seuil, 1991a.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas São Paulo: Humanitas, 2001 [1998].

GENETTE, Gérard. *Discours du récit*. Paris: Seuil, 2007 [1972].

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Vega Universidade, 1976 [1972].

GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In: BARTHES, Roland et all. *Análise estrutural da narrativa*. 2. ed. Tradução Maria Zélia Barbosa Pinto. Revisão de Milton José Pinto. Petrópolis: Vozes, 1972.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II - Ensaios semióticos*. Tradução Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin/EDUSP, 2014.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Da imperfeição*. Tradução Ana Cláudia de Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Maupassant - A semiótica do texto: exercícios práticos*. Tradução Teresinha Oenning Michels e Carmen Lúcia Cruz Lima Geriach. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993a.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Le beau geste. Recherches Sémiotiques. Semiotic Inquiry*, v.13, n. 1-2, pp. 21-35, 1993b.

GREIMAS, Algirdas Julien. *De l'imperfection*. Paris: Pierre Fanlac, 1987.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens II: essais sémiotiques*. Paris: Seuil, 1983.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica e ciências sociais*. São Paulo: Cultrix, 1981.

GREIMAS, Algirdas Julien. As aquisições e os projetos (Prefácio de A. J. Greimas). In : COURTÉS, Joseph. *Introdução à Semiótica narrativa e discursiva*. Tradução Norma Backes Tasca. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Maupassant - La sémiotique du texte: exercices pratiques*. Paris: Seuil, 1976a.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémiotique et sciences sociales*. Paris: Seuil, 1976b.

GREIMAS, Algirdas Julien. Semiótica do discurso científico. Da modalidade. Tradução Cidmar Teodoro Pais. In: *Monografias de Semiótica e Linguística I*. São Paulo: DIFEL/SBPL, 1976c.

GREIMAS, Algirdas Julien. (Org.). Por uma teoria do discurso poético. In: *Ensaio de semiótica poética*. Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1976d, pp. 11-31.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Tradução Ana Cristina Cruz Cezar et al. Petrópolis: Vozes, 1975.

GREIMAS, Algirdas Julien. *L'énonciation: une posture épistémologique*. In: *Significação*, n. 1, Centro de Estudos Semióticos A. J. Greimas. Ribeirão Preto, 1974, p. 09-35.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. Tradução de Haqira Osakabe e de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julien. (Org). *Essais de sémiotique poétique*. Paris: Larousse, 1972.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens: essais sémiotiques*. Paris: Seuil, 1970.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémantique structurale: recherche de méthode*. Paris: Larousse, 1966.

GUILLAUME, Gustave. *Langage et science du langage*. Paris: Librairie A.-G. Nizet et Québec: Presses de l'Université Laval, 1964.

HAMMAD, Manar. L'énonciation: procès et système. In: *Langages*, Paris, 18e année, n. 70, 1983, p. 35-46.

HÉNAULT, Anne. *História concisa da semiótica*. Tradução Marcos Marcionili. São Paulo: Parábola, 2006.

HÉNAULT, Anne. *Histoire de la sémiotique*. Paris: PUF, 1992.

HJELMSLEV, Louis. *Ensaio lingüísticos*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. 24ª ed. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2007.

JAKOBSON, Roman. Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. In: *Essais de linguistique générale*. Traduit de l'anglais et préfacé par Nicolas Ruwet. Paris: Les Éditions de Minuit, 1963.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'Énonciation*. Paris: Armand Colin, 2009.

KOERNER, E. F. K. Quatro décadas de historiografia lingüística: estudos selecionados. Seleção e edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman. Tradutores: Cristina Altman et al. *Coleção Lingüística* 11. Braga: Publito, 2014.

KOERNER, E. F. K. Questões que persistem em Historiografia Linguística. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 45-70. Tradução Cristina Altman, 1996.

LANDOWSKI, Eric. *Aquém ou além das estratégias: a presença contagiosa*. Tradução Dílson Ferreira Cruz Júnior. São Paulo: CPS, 2005.

LANDOWSKI, Eric. *Passions sans nom: Essais de socio-sémiotique III*. Paris: PUF, 2004.

LANDOWSKI, Eric. *Presença do outro: ensaio de sociossemiótica II*. Tradução Mary Amazonas Leite Barros. São Paulo: Prespectiva, 2002.

LANDOWSKI, Eric; OLIVEIRA, Ana C. de. *Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas*. São Paulo: Educ, 1995.

LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica I*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: EDUC: Pontes, 1992.

LEONEL, Célia Maria. Inácio Assis Silva e os Estudos literários. In: *Cadernos de Semiótica Aplicada*, Araraquara (SP), v.8, n.2, pp. 1-9, 2010.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

LOPES, Ivã Carlos; TATIT, Luiz. *Elos de melodia e letra – Análise semiótica de seis canções*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

LOPES, Ivã Carlos; HERNANDES, Nilton (Org.). *Semiótica: objetos e práticas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LOPES, Ivã Carlos. A noção de “profundidade” na Semiótica. *CASA – Cadernos de Semiótica Aplicada*, UNESP/Araraquara, v. 4, n. 2, dez. 2006, p. 1-14. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa>. Acesso em: 23 set. 2011.

LOPES, Edward. *A identidade e a diferença*. São Paulo: Edusp, 1997.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1981.

MANCINI, Renata C. *Dinamização nos níveis do percurso gerativo: canção e literatura contemporânea*. São Paulo, 2006. 191 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral). Universidade de São Paulo.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NASCIMENTO, Edna Maria Fernandes dos Santos. *Metamorfose: Reflexões sobre o pensamento de Inácio Assis Silva, ou tentando achar o fio da meada...* In: *CASA - Cadernos de Semiótica Aplicada*, Araraquara (SP), v.8, n.2, pp. 1-14, 2010.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Fundamentos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística. In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas. (Org). *A historiografia linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar, 2005. pp. 11-30.

NETO, João Cabral de Melo. Tecendo a manhã. In: *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1967, pp. 15-16.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PARRET, Herman. Prefácio. In: ZILBERBERG, Claude. *Razão e poética do sentido*. São Paulo: Edusp, 2006, pp. 11-14.

PORTELA, Jean Cristtus. História das ideias semióticas: entre cronistas e inovadores. In: *Estudos Semióticos*. v. 14, n. 1, pp. 1-7, 2018.

PORTELA, Jean Cristtus. Metalinguagem semiótica: empréstimos e redefinições. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, Araraquara (SP), v. 10, n. 2, pp. 1-15, 2012.

PORTELA, Jean Cristtus. *Práticas didáticas: Um estudo sobre os manuais brasileiros de semiótica greimasiana*. 2008, 181f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista - Unesp, Araraquara.

PRADO, Maria Goreti Silva. O corpo próprio na semiótica, 2013a. *Estudos Semióticos*, USP – SP, v. 9, n. 1, jul de 2013, p. 68-79. ISSN: 1980-4016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/61248/64189>. Acesso em: 06 set. 2013.

PRADO, Maria Goreti Silva. *O ponto de vista em semiótica: Fundamentos teóricos e ensaio de aplicação em A hora da estrela*. 2013, 129 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista – Unesp, Araraquara, 2013b.

PROPP, Vladimir. *Morfologia do conto*. 2. ed. Tradução Jaime Ferreira e Victor Oliveira. Lisboa/Portugal: Vega, 1983.

QUINTANA, Mário. *Poesia completa*. (Organização Tania Franco Carvalhal). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa 2: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. Tradução Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

SAUSSURE, Ferdinand de; JAKOBSON, Roman; HJELMSLEV, Louis; CHOMSKY, Noam. *Textos selecionados*. Tradução de Carlos Vogt et all. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 3.ed., 1971.

SILVA, Inácio Assis. *Figurativização e metamorfose: o mito de Narciso*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.



SILVA, Inácio Assis (Org.). *Corpo e sentido – A escuta do sensível*. Araraquara: Editora da UNESP, 1996.

SWIGGERS, Pierre. Linguistic Historiography: object, methodology, modelization. In: *Todas as Letras*. São Paulo, v. 14, n. 1, 2012, pp. 38-53. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4527/3489>. Acesso em: 23 ago. 2013.

SWIGGERS, Pierre. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. In: *RAHL* (Revista Argentina de Historiografía lingüística). Argentina, v.1, n.1, 2009, pp. 67-76. Disponível em: <http://www.rahl.com.ar/index.php/rahl/article/view/6>. Acesso em: 06 mai. 2018.

TATIT, Luiz. *Semiótica à luz de Guimarães Rosa*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

TATIT, Luiz. *Semiótica da canção – Melodia e letra*. 3. ed. São Paulo: Escuta, 2007

ZILBERBERG, Claude. *La structure tensiva: suivi de Note sur la structure des paradigmes et de Sur la dualité de la poétique*. Collection Sigilla. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2012.

ZILBERBERG, Claude. *Des formes de vie aux valeurs*. Paris: PUF, 2011b.

ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução Ivã C. Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011a.

ZILBERBERG, Claude. Síntese da gramática tensiva. Tradução Ivã Carlos Lopes e Luiz Tatit. *Significação*, São Paulo: Annablume, n. 25, p. 163-204, junho 2006a.

ZILBERBERG, Claude. *Razão poética do sentido*. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Edusp, 2006b.

ZILBERBERG, Claude. As condições semióticas da mestiçagem. Tradução Ivã Carlos. Lopes e Luiz Tatit. In: CAÑIZAL, Eduardo Peñuela, CAETANO, Kati Eliana (Org). *O olhar à deriva: mídia, significação e cultura*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 69-101.

ZILBERBERG, Claude. *Plaidoyer pour le Tempo*. In: *Collection Nouveaux Actes Sémiotiques (Le Devenir)*. Limoges: Pulim, 1995, pp. 223-241.

ZILBERBERG, Claude. *Aspectualisation et dynamique discursives*. In: *Collection Nouveaux Actes Sémiotiques (Le discours aspectualisé)*. Limoges: Pulim/Benjamins, 1991, pp. 83-104.

ZILBERBERG, Claude. *Raison et poétique du sens*. Paris: PUF, 1988.

ZILBERBERG, Claude. *Essai sur les modalités tensives*. Amsterdam: Benjamins, 1981.

# APÊNDICE

ENTREVISTA com José Luiz Fiorin

### Percurso acadêmico

Maria Goreti Silva Prado<sup>44</sup>

Colaboração de Jean Cristtus Portela

O linguista e semioticista brasileiro José Luiz Fiorin graduou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (1970) e obteve os títulos de mestre (1980), doutor (1983) e livre-docente (1994) na Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, aposentado, Fiorin é Professor Associado do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. No dia 09 de maio de 2018, logo após ministrar a segunda aula do curso “Enunciação e argumentação em semiótica”<sup>45</sup>, na USP, gentilmente, aceitou responder algumas perguntas sobre seu percurso acadêmico. Isso significa que seu relato vem envolto em uma conversa sincera, e até comovida, de quem sabe contar histórias de um jeito muito especial.

É assim a entrevista que se segue, em cuja trajetória fica visível a marca do rigor e da coragem de quem, desde o início da carreira acadêmica, enfrentou com maestria o desafio de desbravar uma área do conhecimento, até então, pouco explorada no Brasil. Fiorin construiu um importante legado que acompanha os estudantes de Letras e de Linguística desde a graduação até a pós-graduação, e que o tornou reconhecido no Brasil e no exterior.

*Quem conhece seu trabalho sabe que, além de linguista e semioticista, você transita muito bem pela literatura. O que fez você optar por aprofundar seus estudos na área da linguística, posteriormente, se interessar por questões discursivas e, mais especificamente, como aconteceu seu encontro com a semiótica de linha francesa?*

Fui para a linguística um pouco casualmente, porque quando eu fiz a faculdade, tive um professor de teoria literária muito bom, por isso eu pretendia estudar teoria literária. Ao terminar a faculdade, uma faculdade municipal em Penápolis, essa mesma instituição estava

---

<sup>44</sup> Maria Goreti Silva Prado é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP/Araraquara (magoreti.silva@gmail.com).

<sup>45</sup> Curso ministrado na USP, nos dias 08, 09, 10 e 11 de maio/2018.

precisando de um professor de linguística, mas tinha de ser um professor de linguística que soubesse literatura também. Eu fui convidado a assumir esse cargo e orientado a fazer um curso de especialização em linguística na UNESP de Araraquara com o Prof. Dr. Francisco da Silva Borba. Foi nesse momento que eu me encantei pela linguística, porém meu interesse pela literatura continuou. Quando surgiram as primeiras teorias do discurso, entendi que era isso que eu deveria estudar porque, se meu interesse era pelo texto literário, eu devia estudar a linguística do discurso. Nessa época, eu não tinha muita noção das teorias do discurso ainda. Na faculdade, eu tive uma formação linguística clássica, estudei fonologia, morfologia, sintaxe, semântica. Não tive um curso de teoria do discurso. Em 1980, depois que terminei o mestrado, fui aprovado em um concurso e contratado precariamente para ministrar aulas na graduação, na UNESP/Araraquara. Em Araraquara, fui aluno na pós-graduação do Prof. Dr. Edward Lopes, em um curso de narrativa. Foi então que conheci a semiótica francesa; foi o meu grande encontro com a semiótica e, a partir de então, passei a me dedicar a esse estudo.

*O objetivo de sua pesquisa de mestrado (defendida na USP/1980) foi examinar os componentes semânticos e os aspectos do aparelho formal da enunciação no discurso religioso (prédicas de Antônio Conselheiro) com a finalidade de demonstrar a determinação ideológica que incide sobre tal discurso. Ao ler sua dissertação, pode-se observar a presença de dois importantes teóricos da linguística: Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste. O que determinou à época a escolha dessa abordagem teórica?*

A minha dissertação tem um problema: ela é muito irregular com relação à teoria com que eu pretendia analisar o discurso. Eu não posso dizer que eu tenha me valido de Benveniste nessa época. Isso só mais tarde... no doutorado, é que eu estudei de fato teoria da enunciação. Não se pode confundir a minha análise do discurso político apresentada na tese com a análise do discurso religioso elaborada na dissertação. Na análise apresentada na dissertação, pode-se perceber que os recursos utilizados não são do mesmo nível da discussão teórica. A minha pesquisa de mestrado sofria do que sofriam os estudos do discurso da época: uma falta ainda de método muito claro, muito determinado, não havia instrumentos para análise. Foi só no doutorado, depois de ter estudado semiótica francesa, que eu posso dizer que eu tinha um método para estudar os textos. Na tese, eu faço outra leitura da minha dissertação.

*Pode-se considerar que seu curso de doutorado (USP/1983) foi um aprofundamento das questões teóricas iniciadas no mestrado, pois o objetivo da pesquisa foi demonstrar que o*

*investimento ideológico se faz por meio dos mecanismos da enunciação ao tematizar e figurativizar as estruturas sêmio-narrativas, tomando como objeto de análise, desta feita, o discurso político. Você tinha consciência de que realizava um projeto intelectual em torno do conceito de enunciação?*

Minha pesquisa de doutorado não foi um aprofundamento da minha dissertação, na verdade, na tese, eu encontrei os instrumentos de análises que eu não tinha quando do mestrado. No doutorado, eu já tinha consciência de que realizava um projeto intelectual do conceito de enunciação. Eu tinha a ideia de que a enunciação era muito importante, mas não tinha a mesma nitidez que eu tive quando escrevi *As astúcias da enunciação*, porque, na tese, eu não considerei a sintaxe da enunciação; eu me concentrei na semântica da enunciação, isto é, na tematização e na figurativização. Esses são os elementos centrais do meu estudo do discurso político. Então, no doutorado, eu sabia da importância dos estudos enunciativos, mas eu não tinha ainda noção clara da riqueza que, posteriormente, eu desenvolvi na livre-docência. Eu acho que *As astúcias da enunciação* foi o grande trabalho da minha vida.

*No ano de 1980, quando chegou à UNESP, com os esforços dos professores Ignácio Assis Silva, Edward Lopes, Alceu Dias, entre outros, foi implantado o programa que, inicialmente, foi denominado Programa de Pós-graduação em Semiótica. Posteriormente, esse programa sofreu alterações e, atualmente, adota a denominação de Programa de Pós-graduação em Estudos Literários. Qual foi sua participação no processo inicial de implantação do programa?*

Quando eu cheguei na UNESP, já havia o Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa e o Programa de Pós-graduação em Semiótica. Eu era mestre, então só podia ministrar aula na graduação. Depois que terminei o doutorado, ministrei as disciplinas “Semiótica soviética” e “Semiótica francesa” na pós-graduação. A disciplina Semiótica soviética foi instituída porque entendíamos que os alunos deviam ter conhecimento não só da semiótica francesa. Como havia vários professores que ministravam a disciplina Semiótica francesa, eu me ocupei também da Semiótica soviética.

*Em 1987, você se desligou da UNESP/Araraquara e foi para a USP/SP. Em 1994, defendeu sua livre-docência, que resultou no livro “As astúcias da enunciação”, publicado em 1996. Pode-se considerar que, na década de 1980 e início dos anos de 1990, o mestrado, o*

*doutorado e a livre-docência representaram três grandes ciclos acadêmicos, que se fundamentaram, principalmente, no pensamento de estudiosos como Saussure, Benveniste e Greimas?*

Na época, não havia muito concurso como existe hoje. Eu fui indicado para ocupar um cargo na USP em caráter precário. Eu pedi transferência da UNESP, que me foi negada, então, eu pedi demissão e fui para a USP. Depois de algum tempo, prestei o concurso e me tornei efetivo. Eu gostaria de explicar esses três grandes ciclos que foram o mestrado, o doutorado e a livre-docência. Durante o mestrado, fundamentalmente, eu estava interessado no que é ideológico no discurso. Eu me preocupava com a enunciação, mas ainda não tinha os instrumentos para operar com a enunciação. Eu diria que, no mestrado, eu procurei aquilo da enunciação que era o histórico, aquilo que era o ideológico. No doutorado, eu também tinha essa preocupação, porém, tinha uma visão mais clara do que era enunciação e me ocupei, então, com a semântica da enunciação, porque, naquela época, eu acreditava que os elementos ideológicos não estavam na sintaxe da enunciação. Eu estudei fundamentalmente a semântica da enunciação. Posteriormente, comecei a entender que a enunciação não se reduzia à semântica, que era preciso haver um estudo aprofundado de sua sintaxe. Foi então que me dediquei à sintaxe da enunciação no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990; foi nesse período que fiz o que penso ser o mais inovador do meu trabalho.

*Nos anos de 2000, a leitura de alguns de seus trabalhos publicados, como o artigo “O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa” (2003), “O sujeito na semiótica narrativa e discursiva” (2007), “Semiótica e história” (2011), passa uma imagem de que se afastou um pouco de Saussure e de Benveniste, dedicando-se mais a estudar Hjelmslev. Esse fato seria consequência de uma leitura mais atenta da obra “Prolegômenos a uma teoria da linguagem”? E por que nesse momento?*

Eu acho um pouco injusto dizer que eu abandonei o pensamento de Saussure e de Benveniste, porque em meu trabalho sempre cito esses teóricos. Por exemplo, na primeira aula do curso “Enunciação e argumentação em semiótica” (USP, 2018), eu iniciei o curso falando que Saussure estabeleceu o objeto teórico da linguística, a língua em oposição à fala; que a questão de Benveniste era como se passa da virtualidade da língua. Eu não abandonei Saussure, eu entendo só que Hjelmslev estabeleceu com mais precisão do que Saussure a questão da forma do conteúdo e da forma da expressão. Hjelmslev mostrou que se pode

incorporar a história no estudo do texto, desde que se faça isso do ponto de vista da forma. Os autores aparecem conforme as necessidades que temos. A minha primeira leitura de Hjelmslev foi para dar um curso. Foi quando comecei a entender suas potencialidades e fui me aprofundando cada vez mais na leitura. Eu tive uma formação muito irregular, diferente da formação homogênea de hoje em dia. À medida que eu ia descobrindo as teorias, eu ia incorporando esse conhecimento em um conjunto. Só agora eu coloquei tudo em um conjunto harmonioso. Antes, Hjelmslev não aparece em meus estudos porque eu não tinha lido, nunca tive curso de Hjelmslev. Quando comecei a ler, às vezes não descobria a potencialidade de seu pensamento, mais tarde eu lembrava, voltava a ler e conseguia entender. Na verdade, o caminho dos estudos discursivos foi muito irregular e isso tem de ser considerado.

*No artigo “O sujeito na semiótica narrativa e discursiva” (2007), você não cita, nem em Referências bibliográficas, Émile Benveniste. Suas reflexões partem do sujeito como foi definido por Courtés e por Greimas no “Dicionário de semiótica”. A que se deve essa escolha?*

É preciso entender a razão pela qual eu escrevi esse artigo e, conseqüentemente, por que Benveniste não foi citado. Na verdade, para os analistas do discurso, nós não tratávamos do sujeito. Para mim, esse texto foi uma resposta para essa questão. O que eu queria responder para eles é que nós tratávamos do sujeito da mesma forma que eles, isto é, para nós, o sujeito era um sujeito construído a partir do discurso. Não citar Benveniste se deve às limitações de páginas e à razão pela qual eu escrevi.

*Qual é sua opinião a respeito do ponto de vista teórico de Denis Bertrand referente aos mecanismos de embreagem e debreagem?*

Todos os franceses foram repetindo o seguinte: embreagem é o discurso do eu-aqui-agora e debreagem, do ele-alhures-então. Ocorre que essa leitura tem dois problemas. O primeiro é dizer que a embreagem é o discurso do eu, o que a teoria literária chama de *narrativa em primeira pessoa*, e a debreagem é a *narrativa em terceira pessoa*. E como que faz a debreagem e a embreagem temporal? Porque dizer que é do agora e do então é pouco. Quais são os tempos verbais? Isso não aparece, não tem operacionalidade. Segundo, e mais grave, a visão teórica do Denis (Bertrand) não dá conta das diferentes possibilidades de uso das categorias de pessoa, tempo e de espaço. Por exemplo, a narrativa em terceira pessoa com valor de primeira pessoa é diferente de uma narrativa em terceira pessoa de um romance

naturalista; nesse caso, o narrador em terceira pessoa é terceira pessoa mesmo, não com valor de primeira pessoa. A divisão de Denis Bertrand em *debreagem* e *embreagem* não dá conta dessas possibilidades de uso.

O que eu gostaria que ficasse claro é que não se deve procurar muita regularidade na minha trajetória, porque eu tive uma formação muito irregular. Eu fui formado em um momento em que estava se constituindo essa área no Brasil. Na graduação, meu curso de linguística foi teórico, nunca fiz um exercício de fonologia, nunca fiz uma transcrição fonética. No final da minha graduação, eu não sabia para que servia a oposição *langue/parole*. O dia que o Prof. Borba ensinou o que era fonema e o que era variante, que o primeiro pertencia à língua enquanto a segunda, à fala, foi a iluminação para mim. Foi no curso do Prof. Borba que eu aprendi linguística. O discurso foi num aprendizado pessoal, depois com o Izidoro [Blikstein], com o Edward [Lopes], com as discussões que tínhamos no Centro de semiótica. Eu sempre estava preocupado com a enunciação, porque eu pretendia ver como a história se colocava no discurso, como os elementos históricos apareciam no discurso. Eu fiz uma colocação sobre ideologia sem material na dissertação; depois, pensando em semântica da enunciação no doutorado, para finalmente entender o grande alcance que tem a teoria da enunciação na livre-docência.

**São Paulo, maio de 2018.**